



PLANO DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DE BASE
CONSERVACIONISTA DO MOSAICO
SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

EXECUÇÃO

Fundação Pró-Natureza - FUNATURA

Diretor-Presidente

Henrique Brandão Cavalcanti

Presidente do Conselho de Curadores

Luis Van Beethoven B. de Abreu

Superintendente-Executivo

Cesar Victor do Espírito Santo

Coordenador do Projeto

Fernando Antônio Rodrigues Lima

Assistente de Coordenação

Kolbe Soares

Assistente de Campo

Arcanjo Daniel Fonseca

Conselho de Curadores

Cleber José Rodrigues Alho (Diretor 1º Vice-Presidente)

Estanislau Monteiro de Oliveira (Diretor 2º Vice-Presidente)

Herbert O.R. Schubart

Ibsen de Gusmão Câmara

Raimundo Alves de Lima Filho

João Carlos de Souza Carvalho

Christoph Peter Hrdina

Tânia Munhoz

Augusto César Lobo de Carvalho

Luiz Filipe Ribeiro Coelho

Paulo Nogueira Neto

Jorge Gomes do Cravo Barros

Conselho Fiscal

Alcides Costa Vaz

Carlos Alberto Xavier (Presidente)

Emerson José de Almeida

Fernando Antônio Thomé Andrade

José Cláudio Lima Lopes

Paulo de Freitas Maciel

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Cesar Victor do Espírito Santo

Engenheiro Florestal

Fernando Antônio Rodrigues Lima

Engenheiro Florestal

Mara Cristina Moscoso

Geógrafa, Especialista em Desenvolvimento Sustentável

CONSULTORES SETORIAIS

Socioeconomia - Gabriela Castro – Turismóloga e

Dallyana Souza - Estagiária

Extrativismo Vegetal - Kolbe Soares, Engenheiro Florestal

Turismo Ecocultural - Ricardo Attuch, Sociólogo

Comunidades Tradicionais - Iara Attuch, Antropóloga

Elaboração de Mapas - Rogério Silva, Geógrafo

APOIO

Arcanjo Daniel Fonseca e Paulo Henrique G. de Souza

DESIGNER GRÁFICO

Milton Goes

PARCEIROS DO PROJETO

Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável
de Chapada Gaúcha (ADISC)

Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável
do Vale do Rio Urucuia (ADISVRU)

Cáritas de Januária

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis (IBAMA/MG)

Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG)

Prefeitura de Chapada Gaúcha

SESC Januária, MG

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha

SUMÁRIO

1. Introdução	6
1.1. Considerações Gerais.....	6
1.2. O Cerrado.....	6
1.3. A Região do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.....	7
2. Objetivos	7
2.1. Objetivo Geral.....	7
2.2. Objetivos Específicos.....	7
3. Período de Duração do Plano	7
4. Metodologia e Histórico de Elaboração do Plano	8
4.1. Composição dos Grupos de Trabalho.....	9
4.2. Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de DTBC.....	10
5. Diagnóstico Socioeconômico e Cultural	10
5.1. Estado de Minas Gerais.....	10
5.2. Localização Geográfica do Mosaico SVP.....	11
5.3. Aspectos Populacionais e Socioeconômicos.....	13
5.4. Aspectos Ambientais.....	14
5.4.1. Aspectos Físicos e Bióticos.....	14
5.4.2. Principais Problemas Ambientais.....	16
5.4.3. Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas.....	17
5.5. Povos e Comunidades Tradicionais do Mosaico.....	20
6. Focos de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista	22
6.1. Extrativismo Vegetal Sustentável.....	22
6.1.1. Frutos.....	22
6.1.2. Artesanato.....	23
6.1.3. Fitoterápicos.....	24
6.1.4. Práticas de Manejo.....	24
6.1.4.1. Sugestões de regulação dos recursos a serem explorados.....	26
6.1.5. Dificuldades do Sistema Extrativista.....	26
6.1.6. Comercialização.....	27
6.1.7. Parceiros.....	27
6.1.8. Comunidades Prioritárias para o Extrativismo.....	28
6.1.9. Planos de Manejo das Unidades de Conservação.....	29
6.1.9.1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas.....	29
6.1.9.2. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.....	30
6.1.9.3. Parque Estadual Serra das Araras.....	31
6.2. Turismo Ecocultural.....	31
6.2.1. Turismo Ecocultural na Região do Sertão.....	31
6.2.2. Potencialidades do Turismo Ecocultural.....	32
6.2.2.1. Aspectos Gerais.....	32
6.2.2.2. Núcleo Sertão Veredas.....	32
6.2.2.3. Núcleo Pandeiros.....	34
6.2.2.4. Núcleo Peruaçu.....	35
6.2.3. Equipamentos e Serviços.....	36
6.2.4. Infra-estrutura.....	37
6.2.4.1. Estrada-Parque Guimarães Rosa.....	38
6.2.5. Mercados em Potencial.....	39
6.3. Gestão Integrada.....	40
6.3.1. O conceito de gestão integrada e sua relação com o Plano de DTBC.....	40
6.3.2. O Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.....	40
6.3.3. Fundo de apoio ao desenvolvimento territorial sustentável do MSVP.....	41
6.3.4. Os desafios da gestão integrada no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.....	41
7. Propostas de Ações para o Extrativismo, Turismo Ecocultural e Gestão Integrada de Unidades de Conservação	42
7.1. Ações para o Extrativismo.....	42
7.1.1. Metas.....	42
7.1.1.1. Meta 1 – Capacitação das comunidades para o uso sustentável dos produtos do cerrado.....	42
7.1.1.2. Meta 2 – Educação Ambiental.....	44
7.1.1.3. Meta 3 – Fortalecimento da Organização Comunitária.....	45
7.1.1.4. Meta 4 – Visitas de Intercâmbio.....	46
7.1.1.5. Meta 5 – Assistência Técnica.....	46
7.1.1.6. Meta 6 – Ações de implantação de infra-estruturas nos núcleos e comunidades.....	47
7.2. Ações para o Turismo Ecocultural.....	48
7.2.1. Capacitações.....	48
7.2.2. Visitas de intercâmbio.....	50
7.2.3. Valorização da cultura tradicional.....	50
7.2.3.1. Educação ecocultural nas escolas e comunidades.....	50
7.2.3.2. Realização do Encontro Anual dos Povos do Grande Sertão Veredas.....	51
7.2.3.3. Realização de Inventários do Patrimônio Imaterial e Material.....	51
7.2.4. Fortalecimento da Organização Comunitária.....	52
7.2.5. Melhoria da Infra-estrutura.....	52
7.2.5.1. Estrada-Parque Guimarães Rosa.....	52
7.2.5.2. Pousadas Comunitárias.....	52
7.2.5.3. Elaboração de Planos Diretores Municipais.....	53
7.2.6. Marketing.....	53
7.3. Ações para a Gestão Integrada de Unidades de Conservação.....	53
7.3.1. Metas para a Gestão Integrada de Unidades de Conservação.....	53
7.3.1.1. Programa de Fiscalização Integrada do MSVP.....	53
7.3.1.2. Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.....	54
7.3.1.3. Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico.....	55
7.3.1.4. Programa Integrado de Pesquisa Científica nas UCs.....	55
7.3.1.5. Programa de Levantamento da Situação Fundiária das UCs.....	56
Bibliografia	56
Anexos	57
Roteiros de turismo ecocultural propostos para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.....	57

LISTA DE QUADROS

01	Resumo das etapas de elaboração do Plano de DTBC.....	8
02	Estado da Arte das Unidades de Conservação e Área Indígena.....	18
03	Comunidades Quilombolas do MSVP.....	20
04	Principais frutos utilizados em cada região.....	23
05	Espécies Potenciais para o Extrativismo.....	23
06	Principais parceiros atuando nas Unidades de Conservação do Mosaico.....	28
07	Comunidades a serem atendidas no projeto extrativista do Mosaico.....	29
08	Lista de cursos de frutos a serem realizados nos núcleos extrativista.....	43

LISTA DE TABELAS

01	Ficha-resumo dos municípios.....	13
02	Principais dados socioeconômicos.....	14
03	Unidades de conservação e área indígena.....	17
04	Orçamento dos cursos de capacitação em frutos do cerrado/artesanato e plantas medicinais do cerrado.....	43
05	Orçamento do curso de capacitação em gestão de unidades de beneficiamento e comercialização.....	44
06	Orçamento do seminário de extrativismo.....	44
07	Orçamento dos Cursos de capacitação em Educação Ambiental.....	45
08	Orçamento da realização de palestras e atividades de divulgação.....	45
09	Orçamento da capacitação em associativismo e cooperativismo.....	45
10	Orçamento da realização das visitas técnicas.....	46
11	Orçamento da realização de assistência técnica.....	46
12	Orçamento sobre melhoria aspecto visual produtos extrativismo.....	47
13	Orçamento de infra estrutura para implantação UBs.....	47
14	Orçamento total para implementação das metas do extrativismo.....	47
15	Orçamento para Empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação.....	48
16	Orçamento para Guiagem de Turistas.....	48
17	Orçamento para desenvolvimento de roteiros ecoculturais.....	49
18	Orçamento para operadores locais de turismo.....	49
19	Orçamento para noções de turismo.....	49
20	Orçamento para Orçamento Total da Capacitação.....	50
21	Orçamento para Cronograma dos Cursos.....	50
22	Orçamento para visitas técnicas.....	50
23	Orçamento para palestras.....	51
24	Orçamento para o Encontro dos Povos.....	51
25	Cronograma dos inventários.....	52
26	Orçamento Total da Valorização da Cultura Tradicional.....	52
27	Orçamento para fortalecimento da organização comunitária.....	52
28	Orçamento para as pousadas comunitárias.....	53
29	Cronograma para os planos diretores.....	53
30	Orçamento Global do Turismo Ecocultural.....	53
31	Orçamento do Programa de Fiscalização.....	54
32	Orçamento do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.....	54
33	Orçamento do programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico.....	55
34	Orçamento do Programa Integrado de Pesquisa Científica.....	55
35	Orçamento Programa de Levantamento da Situação Fundiária.....	56
36	Orçamento Total das metas de Turismo Ecocultural.....	56
37	Orçamento Global do Plano de DTBC.....	56

LISTA DE MAPAS

01	Localização do Estado de Minas Gerais	10
02	Divisão Geoeconômica de Minas Gerais	11
03	Biomos do Estado de Minas Gerais.....	12
04	Delimitação do Mosaico SVP.....	12
05	Áreas Prioritárias para a Conservação do Estado de Minas Gerais.....	14
06	Hidrografia da Região do MSVP.....	15
07	Unidades de Conservação e Área Indígena do MSVP	Encarte Central
08	Núcleos do Mosaico SVP	33
09	Estrada Parque Guimarães Rosa	38

LISTA DE SIGLAS

ADISC	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha	INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
ADISVRU	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Uruçua	IPEC	Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado
AGE	Associação de Agricultura Ecológica	CEIVA	Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco
APA	Área de Proteção Ambiental	IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
APIFLOR	Associação dos Produtores Florestais	IPOEMA	Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente
APP	Área de Proteção Permanente	JICA	Japan International Cooperation Agency
ASIFLOR	Associação Siderúrgicas Florestais	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BENFRUC	Associação dos Produtores Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis, GO	MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	MI	Ministério da Integração
BNB	Banco do Nordeste do Brasil	MSVP	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu
CAA	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	NUPLAM	Núcleo de Plantas Medicinais e Aromáticas do Ibama
CCEAC	Centro Comunitário Extrativismo e Artesanato do Cerrado	ONG	Organização Não Governamental
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	PARNA	Parque Nacional
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas
CEIVA	Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco	PE	Parque Estadual
CI	Conservation International	PESA	Parque Estadual Serra das Araras
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	PNCP	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	PNGSV	Parque Nacional Grande Sertão Veredas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
COOPE	Cooperativa Agrisilviextrativista Sertão Veredas LTDA	PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
COOPERJAP	Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
DFID	Department For International Development	RL	Reserva Legal
DTBC	Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista	RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	RVS	Refúgio de Vida Silvestre
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SAF	Sistema Agroflorestal
ESPELEOGEO	Grupo de Espeleologia de Itacarambi, MG	SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente	SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	SESC	Serviço Social do Comércio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza	SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
GEF	Global Environment Facility	STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
GT	Grupo de Trabalho	TNC	The Nature Conservancy
HMA	Hospital de Medicina Alternativa	UC	Unidade de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	UFLA	Universidade Federal de Lavras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	USAID	United States Agency for International Development (USAID)
IEF	Instituto Estadual de Florestas	WWF	Worldwide Fund for Nature
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	ZA	Zona de Amortecimento
		ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Gerais

A proposta de trabalhar com Mosaicos de Unidades de Conservação tem como base a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18/07/2000). De acordo com o artigo 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que compõem o mosaico, será constituído um Conselho do Mosaico, conforme previsto no capítulo III do decreto de regulamentação nº 4.340 de 22/08/2002 da lei 9.985. Para tanto, este Conselho deverá, dentre outras atribuições, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação e a relação com a população residente na área do mosaico.

Tendo em vista essas premissas e as peculiaridades regionais do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP), localizado em áreas de cerrado do noroeste e norte do estado de Minas Gerais e pequena parte do sudoeste da Bahia, o presente Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) tem como focos a gestão integrada das Unidades de Conservação (UC) que compõem o mosaico; o extrativismo sustentável de produtos do cerrado; e o turismo ecocultural.

1.2. O Cerrado

O bioma cerrado ocupa uma área de cerca de 25% do território brasileiro (dois milhões de km²). Situa-se na região central do Brasil e é o elo entre os biomas da Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pantanal.

De acordo com o documento “Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal” (MMA, Funatura, CI, Biodiversitas e UnB/1999), existem no cerrado:

- Mais de 6.000 espécies de árvores (cerca de 40% das espécies lenhosas são endêmicas, isto é, só ocorrem no cerrado);
- 14.425 espécies de insetos (47% da estimativa para o Brasil), considerando apenas lepidópteros – borboletas e mariposas, himenópteros – abelhas, vespas, marimondos, formigas e isópteros - cupins). 50% das abelhas são endêmicas, isto é, só ocorrem no cerrado;
- 113 espécies de anfíbios (32 endêmicas, 3 ameaçados de extinção);
- 180 espécies de répteis (20 endêmicas, 15 ameaçados de extinção);

- 837 espécies de aves (29 endêmicas, 33 ameaçadas de extinção);
- 195 espécies de mamíferos (18 endêmicas, 16 ameaçadas de extinção);
- 153 espécies de peixes nas áreas de cerrado da bacia do São Francisco (Britski, 1998).

Ainda existem grandes lacunas de conhecimento e, certamente, com mais investimentos em pesquisas, muitas outras espécies serão identificadas.

Além da biodiversidade, esse bioma é bastante rico em termos socioculturais. São inúmeros grupos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais que habitam o cerrado, que vivem de forma harmônica com o ambiente e que guardam manifestações culturais e conhecimentos tradicionais identificados com o bioma, representando valioso patrimônio imaterial.

Outro fator muito importante para o cerrado é a água. O bioma pode ser considerado a caixa-d’água do Brasil, pois nele estão localizadas nascentes de importantes bacias hidrográficas como a do São Francisco, do Prata e do Amazonas, bem como o aquífero Urucua e parte do aquífero Guarani. Nas próximas décadas, o recurso água será estratégico para todas as nações e o cerrado desempenhará um importante papel neste cenário.

Também, não se pode menosprezar o potencial turístico da região. As belezas naturais aliadas à riqueza sociocultural dos povos que habitam o sertão, se forem explorados de forma adequada e com a participação das comunidades locais, podem se transformar em uma das principais fontes de ingresso de recursos, tendo no turismo a mola propulsora.

Apesar de toda esta riqueza, o cerrado vem sendo palco, nas últimas décadas, de uma destruição sem precedentes. A título de comparação, a Mata Atlântica levou 500 anos para ser reduzida a cerca de 7% da sua extensão original. O cerrado, em apenas 4 décadas, teve a sua extensão reduzida a apenas 1/3 de sua extensão original. A continuar neste ritmo, o cerrado estará quase que totalmente destruído em menos de 30 anos. Restarão apenas as unidades de conservação, que passam a figurar como a principal estratégia de preservação do bioma, porém, atualmente, representam menos de 3% da área coberta, um percentual muito pequeno levando em consideração sua rica biodiversidade e a baixa representatividade do que está efetivamente protegido.

A principal causa desta destruição é a expansão da fronteira agropecuária, representada principalmente pela produção de soja e carne, e a produção de carvão vegetal para atender as indústrias siderúrgicas, principalmente de Minas Gerais, na produção de ferro-gusa, matéria-prima do aço. Estes produtos representam algumas das principais *commodities* da pauta de exportação brasileira, principalmente para a Europa e Ásia. Podemos dizer que estamos exportando o cerrado na forma de grãos, carne e aço.

Nos últimos anos, algumas iniciativas têm demonstrado que o cerrado em pé tem um valor tão ou mais representativo do que quando é explorado nas formas convencionais



que se utiliza da conversão da vegetação nativa em grandes monocultivos de grãos, pastagens artificiais e na produção de carvão. Boa parte da biodiversidade do cerrado é amplamente utilizada de várias formas (remédios, alimentos, artesanatos, corantes, aromas, cosméticos, objetos utilitários, etc). Com mais estudos, a gama de utilização aumentará bastante.

Alguns produtos já possuem mercados representativos, tais como o pequi, a fava-danta, o buriti, o baru, dentre outros. Cooperativas e associações formadas por agricultores familiares espalhados em diversos pontos do cerrado têm trabalhado com produtos do cerrado e têm conseguido bons resultados.

1.3. A Região do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu

De acordo com os documentos “Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, FUNATURA, Fundação Biodiversitas, Conservation International e UnB, 1999)” e “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para a sua Conservação (Biodiversitas, 2005), a região do Mosaico está classificada como “Área de Extrema e Alta Importância Biológica”, na qual se encontram diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e flora do Cerrado, e alto grau de riqueza de recursos hídricos (mais de 20% da água que abastece o Rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região do Mosaico). A título de exemplo desta diversidade, o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros é responsável pela reprodução de grande parte da ictiofauna do Médio Rio São Francisco.

Na área do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, localizado na margem esquerda do São Francisco, nas macrorregiões norte e noroeste de Minas Gerais e pequena parte do sudoeste da Bahia, existem várias unidades de conservação, tanto do grupo de proteção integral (parques nacionais, parques estaduais, refúgio de vida silvestre), como, também, do grupo de uso sustentável (reservas de desenvolvimento sustentável, áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural). Além destas, existem uma área indígena e corredores ecológicos e zonas de amortecimento definidos em planos de manejo já elaborados e várias reservas legais averbadas.

São inúmeros os atrativos e as opções de visitação pública nesta região, o que se traduz em grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo ecocultural.

A quase totalidade das unidades que compõem o mosaico ainda não está implantada e apresenta sérios problemas de regularização fundiária. Muito trabalho precisa ser feito para a efetiva implantação destas unidades, tanto do ponto de vista da implementação propriamente dita das unidades, como nas ações relacionadas com os moradores do entorno / zonas de amortecimentos, corredores ecológicos e demais áreas adjacentes às unidades.

Estas unidades foram criadas ao longo dos últimos dezoito anos (a maioria antes da exigência de realização

de consultas públicas). Em geral, as comunidades locais (tanto moradores tradicionais, como pessoas vindas de outras regiões) não entendem claramente os objetivos destas unidades, o que acarreta uma série de questionamentos sobre a existência de tantas UCs na região.

Entremeadas a todas estas áreas protegidas localizam-se propriedades privadas em geral, em que são desenvolvidas as atividades agropecuárias, tanto voltadas para o agronegócio, como para a agricultura familiar. Trata-se de grandes, médias e pequenas propriedades, além de posses.

A maioria dos habitantes da área rural do Mosaico é caracterizada por populações nascidas na própria região formadas por comunidades tradicionais, extrativistas, agricultores familiares, assentados e comunidades indígenas. Também, existem na região, agricultores convencionais (agricultura mecanizada), a maioria vinda de outras regiões do país, principalmente do sul.

Característica importante refere-se à riqueza cultural dos povos que habitam a região. Nela ainda se encontram várias formas de manifestações populares tão bem descritas pelo célebre escritor mineiro João Guimarães Rosa, a quem se prestou homenagem ao se nomear o Parque Nacional sediado em Chapada Gaúcha com o título de sua mais famosa obra, *Grande Sertão: Veredas*.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

2.2. Objetivos Específicos

- Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu;
- Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação;
- Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais.

3. PERÍODO DE DURAÇÃO DO PLANO

O Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu terá duração de 5 anos.

4. METODOLOGIA E HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PLANO

Tendo como premissa básica a participação das comunidades e no intuito de valorizar opiniões, práticas e modos de vida dos habitantes da região do Mosaico, a metodologia baseou-se nos seguintes recursos:

- **Pesquisa em Dados Secundários:** Foi realizado um levantamento das pesquisas já realizadas na região, consulta aos portais das principais instituições que atuam no Mosaico e documentos fornecidos pelos parceiros do Projeto;
- **Pesquisa de Campo** – As saídas de campo foram realizadas no intuito de conhecer as unidades de conservação e demais áreas protegidas, as comunidades, seus modos de vida, as formas de exploração dos recursos naturais, dentre outros aspectos;
- **Entrevistas:** Foram realizadas entrevistas por meio de questionários, com os chefes de unidades de conservação e lideranças comunitárias. Nessas ocasiões, buscou-se também conhecer as peculiaridades e práticas locais a partir de perguntas mais abertas e conversas informais;
- **Oficinas Internas:** Realizadas com o objetivo de socializar informações entre os consultores contratados, traçar estratégias para a elaboração do plano, sistematizar as colaborações das oficinas externas e elaborar o documento final;
- **Grupos de Trabalho (gestão integrada de UCs, extrativismo vegetal sustentável e turismo ecocultural):** Formados por membros de instituições parceiras, representantes de comunidades locais e coordenados por consultor especializado. Realizaram visitas técnicas, reuniões de trabalho e desenvolveram as propostas setoriais;
- **Oficinas Externas:** As oficinas tiveram como objetivos socializar as informações do Projeto, apresentar os resultados do Diagnóstico Socioambiental, constituir os Grupos de Trabalho, captar colaborações e apresentar o Plano.

A data de assinatura do Convênio 106 entre a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi de 26 de dezembro de 2005, porém o Projeto só teve início no dia 14 de julho de 2006, com a contratação da equipe. O Plano de DTBC foi desenvolvido em cinco etapas, conforme o quadro 1.:

QUADRO 01: Resumo das Etapas de Elaboração do Plano de DTBC

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DTBC	
Primeira Etapa – Apresentação	
<ul style="list-style-type: none"> • Contratação da equipe • Contratação dos consultores • Apresentação do Projeto e da proposta de elaboração do Plano de DTBC, em Januária (31/08 e 01/09/06); • Formação do Conselho do Projeto – 01/09/07 	
Segunda Etapa – Pesquisa	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de mapas e delimitação do Mosaico • Pesquisa Socioeconômica • Pesquisa Turismo Ecocultural • Pesquisa Extrativismo • Pesquisa UCs 	
Terceira Etapa – Sistematização I	
<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos limites do Mosaico • Sistematização das pesquisas • Oficina Interna - Discussão entre os consultores • Apresentação do diagnóstico aos parceiros <ul style="list-style-type: none"> - Oficina de Nivelamento de Atores Locais – Januária – 20 a 22/03/07 - Constituição dos Grupos de Trabalho – GTs Turismo, Extrativismo e Gestão Integrada de UCs. - Atividades de Intercâmbio: GT Turismo – Chapada dos Veadeiros (GO) – 03 a 07/05/07; GT Extrativismo – Cooperativa Grande Sertão em Montes Claros (MG) – 29 e 30/04/07; GT Gestão Integrada – Região do Mosaico - 27 a 30/06/07. - Reuniões dos GTs: Turismo – reunião em Bonito de Minas (MG) 21 e 22/04/07; Extrativismo – reuniões 02/06/07 em Januária e 21/06/07 no Fabião I (entorno do PN Cavernas do Peruaçu); Gestão Integrada – 30/06/07. 	
Quarta Etapa – Sistematização II	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos mapas • Oficina Interna - Sistematização das Propostas dos Grupos de Trabalho • Elaboração da Versão 1 do Plano de DTBC 	
Quinta Etapa – Sistematização III – Publicação	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Versão 1 do Plano de DTBC <ul style="list-style-type: none"> – Oficina Participativa de Elaboração do Plano de DTBC – Januária – 27/11/07; • Oficina Interna - Sistematização das colaborações; • Elaboração da Versão Final do Plano de DTBC; • Publicação e divulgação 	

4.1. Composição dos Grupos de Trabalho (GT)

4.1.1. GT Gestão Integrada de Unidade de Conservação

- **Coordenador:** Fernando Lima
- **Participantes:**
 - Valdomiro M Brito – Comunidade de Várzea Grande
 - Nino Camini – IBAMA BH
 - Esmênia Duque – IEF Januária/Serra das Araras
 - Edsel Amorim Moraes Júnior – Biotrópicos (Chapada Gaúcha)
 - Ernane Faria – FUNATURA
 - Flávio Túlio Gomes – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
 - Cecília Barretos – Parque Nacional Grande Sertão Veredas e Ademir Nunes Vassalo – Fabião I

4.1.2. GT de Extrativismo Vegetal

- **Coordenador:** Kolbe Soares
- **Participantes:**
 - Adailton José de Santana - Prefeitura Municipal de São João das Missões + Reserva extrativista
 - Geane Correa de Oliveira - Estudante de Geografia na faculdade CEIVA
 - Sâmara Thatita M. Lopes - Brejo do Amparo
 - Kolbe Soares - Coordenador do GT de extrativismo do Mosaico
 - Ambrosina Barbosa Neves - Chapada Gaúcha - presidente da comunidade, vice - presidente da Cooperativa de extrativistas de frutos do Cerrado
 - Vicentina Bispo de Almeida Corte - Januária
 - Aslene Vieira - Comunidade Barro Vermelho (Chapada Gaúcha). É coordenadora Pastoral, fiscal da Cooperativa de Chapada Gaúcha
 - Hilário Correa - Presidente da Associação indígena Xakriabá
 - Manoel Félix de B. Bezerra - Vale do Peruaçu
 - Irineu Wennin - Vereador da Chapada Gaúcha
 - Antônio Lopes Marques- Cooperativa Grande Sertão e trabalha com frutos do Cerrado
 - Sílvio - Chapada Gaúcha. Trabalha na Cooperativa Sertão Veredas
 - Elaine Correa Silva - Bióloga. Faz parte da Associação de Agentes Ambientais do Peruaçu
 - Evandro Pereira da Silva - Técnico do IBAMA. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Vitória C. Silva - Chapada Gaúcha, trabalha com doces cristalizados, geléia, farofa de pequi
 - Luciano Rezende Ribeiro - Trabalha no CAA - NM- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
 - Frei Manoel Fiúza - Trabalhou muitos anos no Instituto Agrônomo e conhece várias técnicas sustentáveis de produção. Trabalhou no Parque Estadual Veredas do Peruaçu

- Divani F. Souza - Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

4.1.3. GT Turismo Ecocultural

- **Coordenador:** Ricardo Attuch
- **Participantes:**
 - Adriana Kelly – Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Antonieta Guedes – Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Diego Guedes – Empresa Marujo Turismo – Januária
 - Leandro Rodrigues de Oliveira - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Raquel Helena de Mendonça e Paula – Professora - UNIMONTES
 - Grazynne Magalhães Carneiro - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Magda Lúcia L. Silva – Curso de Operador de Turismo - UNIMONTES
 - Tânia Carlos Generoso Pereira – Professora - UNIMONTES
 - Damiana Souza Campos – Instituto Rosa e Sertão – Chapada Gaúcha (MG)
 - Antônio de Jesus Alves - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - João Antônio Versiani Filho – Secretário de Turismo – Itacarambi (MG)
 - Pâmara Janaina Ataíde Soares - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Fernanda Ribeiro Torres - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Luís Felipe de Oliveira Antunes - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Armando Moreira – Empresário de Turismo – Comércio e Pousada
 - Eduardo Torres Sampaio Júnior - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Demétrios Lima de Souza - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Rosimeire Magalhães Gobira – Secretária de Meio Ambiente – Chapada Gaúcha (MG)
 - Vanessa Veloso Barbosa – Instituto Grande Sertão – Montes Claros (MG)
 - Sílvia Figueiredo Nascimento Neta - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Edilson Rodrigues de Araújo – Prefeitura de Bonito de Minas (MG)
 - Selme Martins Lima - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Neylla Christiane dos Santos Ataíde - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Camilla Pereira Santos - Faculdade de Turismo – CEIVA – Januária
 - Soraia Durães Lisboa – Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo – Cônego Marinho (MG)

4.2. Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de DTBC, Januária 27 de novembro de 2007

NOME	INSTITUIÇÃO
Adailton José de Santana	Pref. São João das Missões
Ademir Nunes Vassalo	AVP
Adriana Regina Corrente	CEFET
Aldenir Teixeira da Gama	CEFET Januária
Anderson dos Santos	Unimontes
Arcanjo Daniel Fonseca	Funatura
Armando Gonçalves	Pousada – Fabião
Cesar Victor do Espírito Santo	Funatura
Cícero de Sá Barros	IEF Serra das Araras
Damiana Sousa Campos	Inst. Rosa e Sertão
Diego Martins	IEF REVS Pandeiros
Elaine Corrêa Silva	AAVP Januária
Ernane Faria	Funatura
Evandro Pereira da Silva	PNCP IBAMA
Fernando Lima	Funatura
Geane Correa de Oliveira	CEIVA Geografia
Helen Duarte Faria	IEF Januária
Hilário Corrêa	Ass. Xakriabá
João Carneiro Filho	CEFET Januária
João Roberto Oliveira	IEF Januária
José Francisco G. Junior	UFMG
José Luiz Vieira	IEF PMS Manga
Josiane Guedes Dias	Prefeitura
Julie Delfortrie	Embaixada da França
Kolbe Soares	Funatura

Leandro R. de Oliveira	CEIVA
Leidson dos Reis Nunes	E.V.P. Itacarambi
Lílian Bonjorne de Almeida	IBAMA
Mara Cristina Moscoso	Funatura
Neilla Cristiane	CEIVA
Nívia Damasceno Ferreira	IEF São João das Missões
Paulo Henrique G. de Souza	Funatura
Renan de Sousa Resende	UFMG
Roberto Wagner Albuquerque	CEIVA
Rosimeire M. Gobira	Pref. Chapada Gaúcha
Sandra Maria Campos Ribeiro	AAVP Itacarambi
Valdomiro da M. Brito	Assoc. Povoado V. Grande
Vicentina Bispo Corte	Pequenos Empreendedores - Januária/MG
Walter Viana Neves	IEF Januária

5. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

5.1. Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, situado na região sudeste do Brasil (mapa 1), ocupa uma área de 588.384 km² dividida em 853 municípios. Faz limite com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

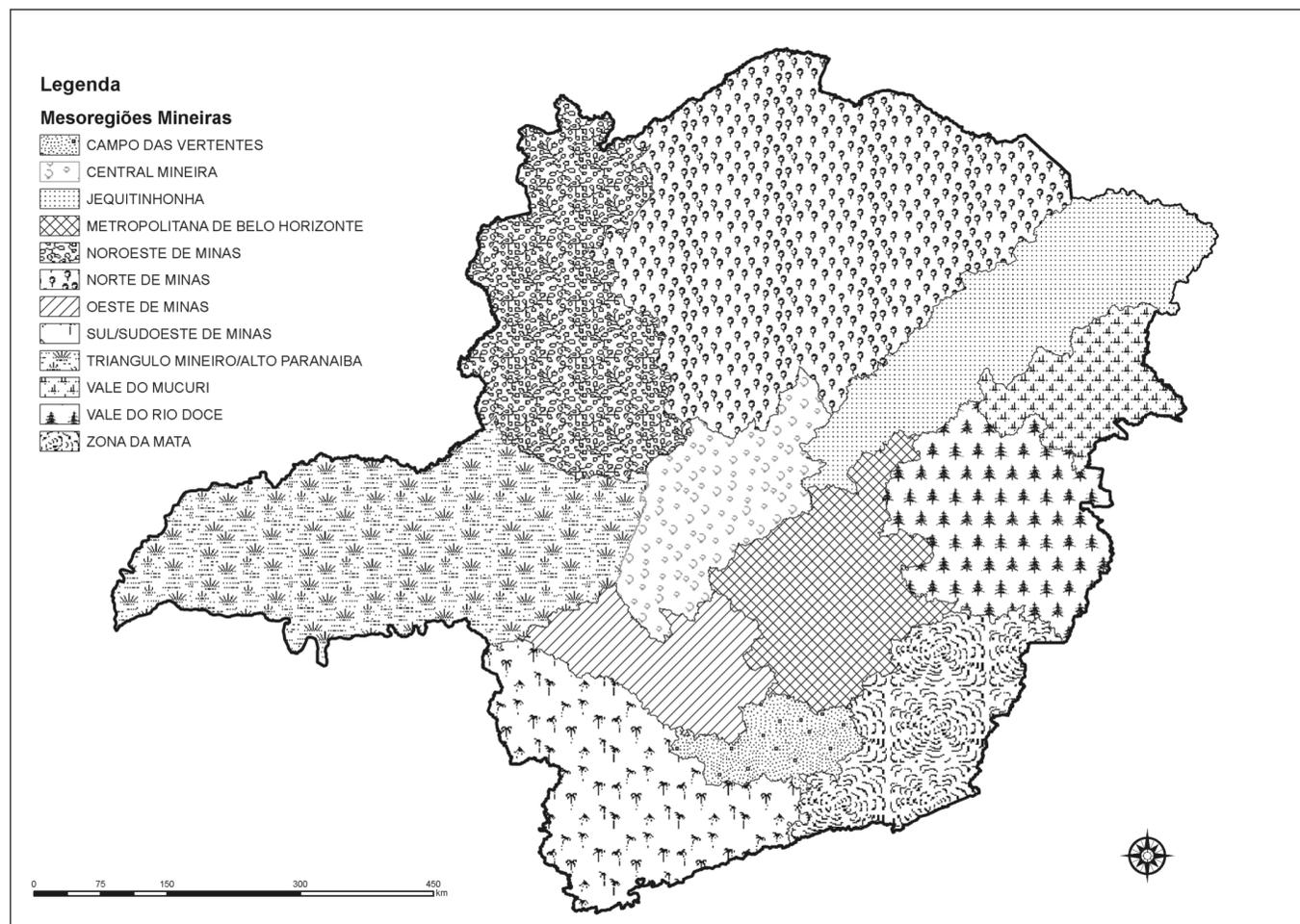
MAPA 1: Localização do Estado de Minas Gerais no Brasil



Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002 e 2003), o estado possui uma população de 18.343.517 habitantes, com densidade demográfica de 31,2 hab./km². A maior parte da população é composta por jovens (maioria são menores de 25 anos) e quase 82% residem em áreas urbanas, sendo que 12,5% vivem na capital, Belo Horizonte.

O Estado é dividido em dez regiões geoeconômicas que apresentam diferentes realidades no que se refere às atividades econômicas e à qualidade de vida. Esta divisão foi efetivada em 1995 pela Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-MG), conforme mapa 2.

MAPA 2: Divisão Geoeconômica de Minas Gerais



Três biomas compõem a paisagem de Minas Gerais: o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga. O bioma com maior área ocupada é o Cerrado, seguido pela Mata Atlântica nas porções leste e sul e uma pequena faixa a oeste, e a Caatinga, na porção norte/nordeste, conforme o mapa 3.

5.2. Localização Geográfica do Mosaico SVP

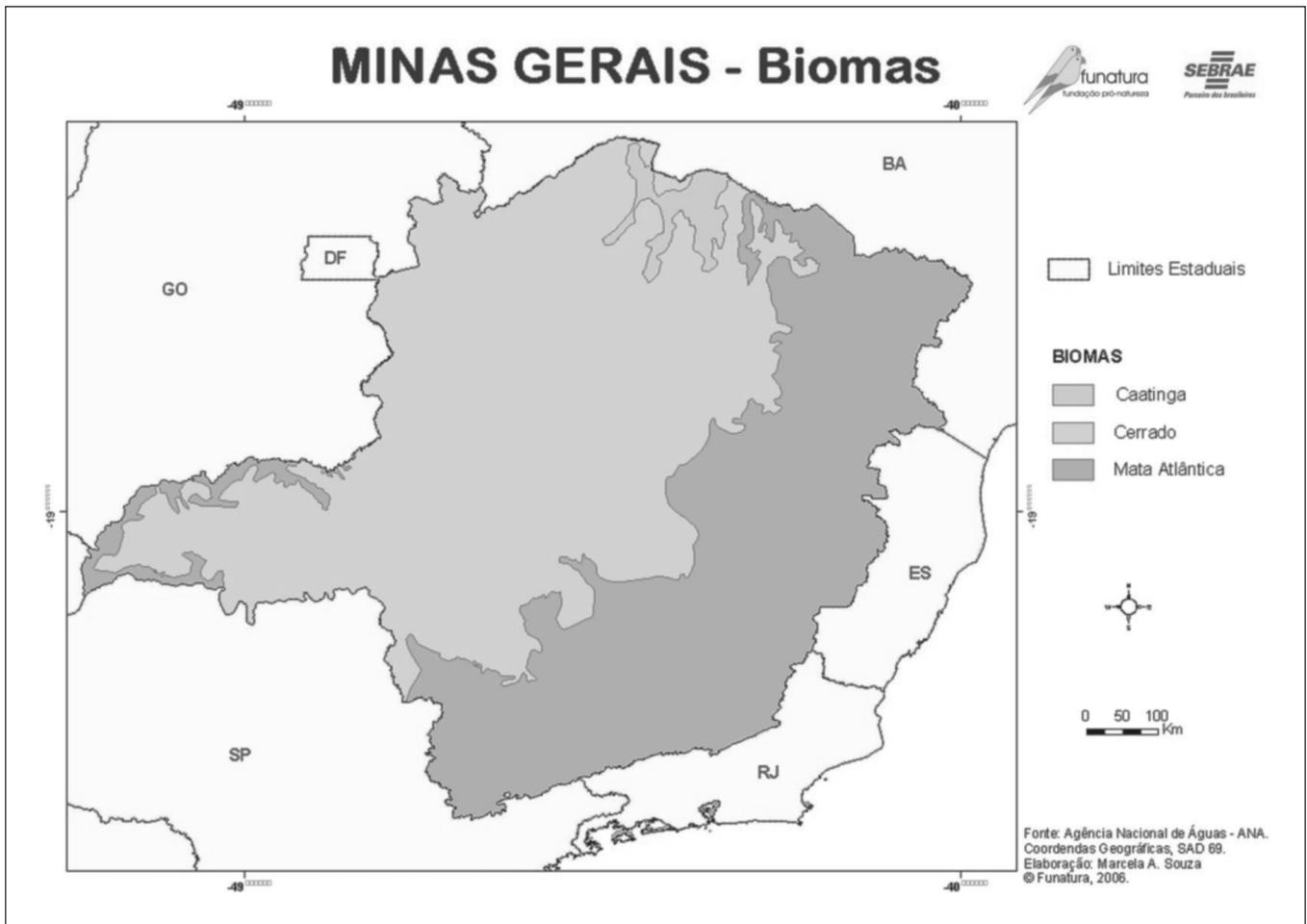
O mosaico de unidades de conservação e outras áreas protegidas denominado Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP) localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregiões Norte e Noroeste de Minas, e abrange as seguintes unidades: Parque Estadual da Mata Seca, RPPN Fazenda Ressaca, Área indígena Xacriabá, APA Federal do Peruaçu, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, APA Estadual de Pandeiros, onde está incluído o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros, APA Estadual do

Cochá e Gibão, Parque Estadual da Serra das Araras, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, Parque Nacional Grande Sertão Veredas e RPPNs Veredas do Pacari, Arara Vermelha e Fazenda Ressaca. O mosaico perfaz uma área total de mais que 1.500.000 ha.

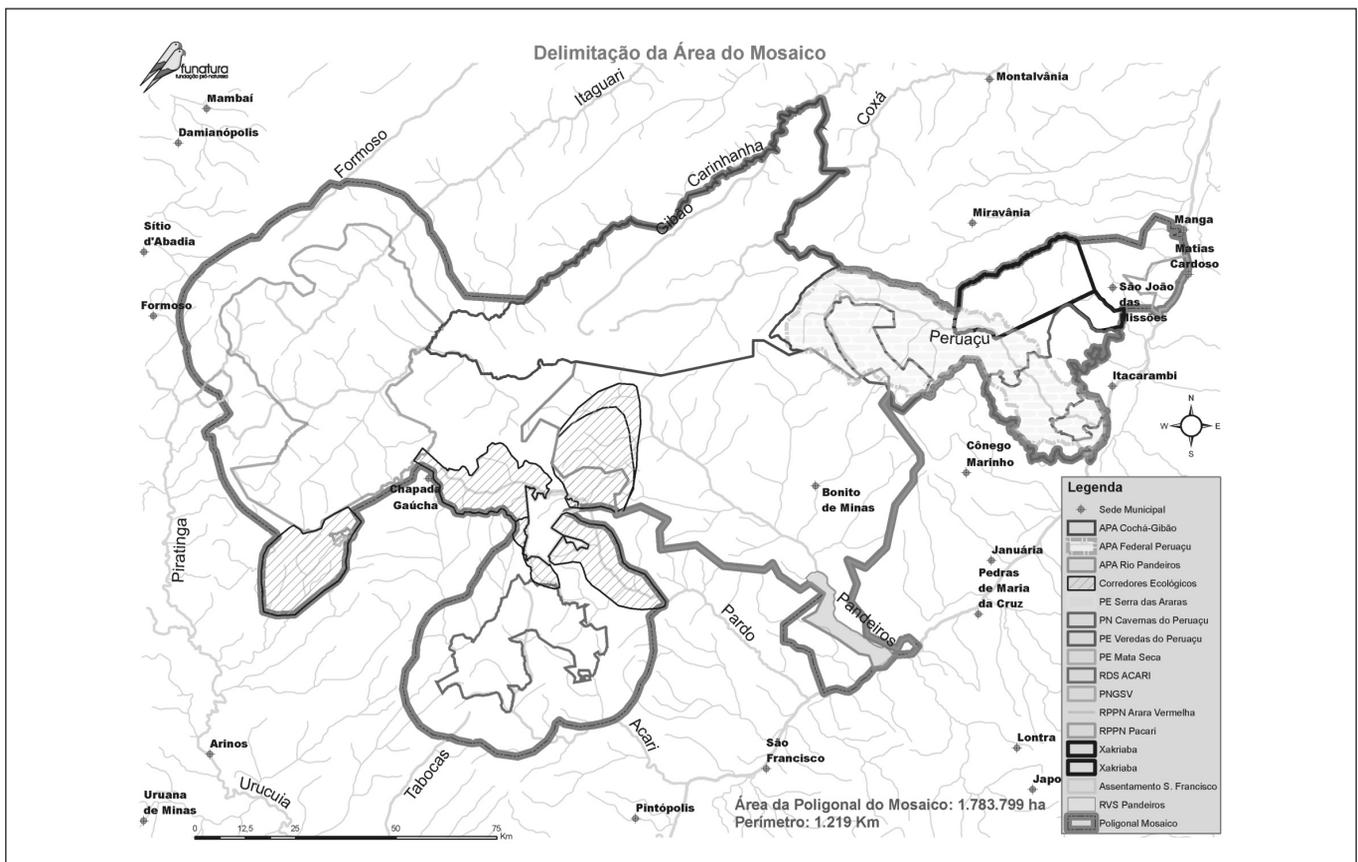
Os municípios englobados pelo MSVP são, em Minas Gerais: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga. Engloba, ainda, pequena parte do município de Cocos no sudoeste da Bahia.

Existem várias estradas que cortam a região, a quase totalidade não pavimentada. Uma das estradas passa por, praticamente, toda a extensão do Mosaico e pode ser caracterizada como uma estrada-parque. O mapa 4 mostra os limites do MSVP, com todas as unidades de conservação e demais áreas protegidas, em diferentes cores.

MAPA 3: Biomas do Estado de Minas Gerais



MAPA 4: Delimitação do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu



5.3. Aspectos Populacionais e Socioeconômicos

Segundo a Fundação João Pinheiro, os municípios de Minas Gerais que compõem o Mosaico (Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga) possuem uma população total de aproximadamente 190.000 habitantes. Trata-se de uma região pouco povoada, apresentando uma densidade demográfica de pouco mais de 5 hab/km² (a média nacional é de 19,94 hab/km², IBGE-2000), e, ainda, bastante rural, cerca de 50% dos habitantes, contrastando com a média nacional que, segundo o IBGE, é de 19%. O município de Januária, emancipado em 1833, pode ser considerado o principal centro cultural da região. Os demais municípios são bem mais recentes.

A tabela 1 mostra a área de cada município e o número de habitantes das áreas urbanas, rurais e total, conforme dados do IBGE, 2000.

TABELA 1: Ficha-resumo dos municípios do Mosaico SVP

Município	Área Km ²	Habitantes	Habitantes Área Urbana	Habitantes Área Rural
1 Arinos	5.323	17.709	10.137	7.572
2 Bonito de Minas	3.901	7.863	1.420	6.443
3 Chapada Gaúcha	2.477	7.270	3.080	4.190
4 Cocos	10.084	17.611	6.424	11.187
5 Cônego Marinho	1.618	6.477	764	5.713
6 Formoso	3.833	6.522	3.409	3.113
7 Itacarambi	1.252	17.455	13.304	4.151
8 Januária	6.691	63.605	35.923	27.682
9 Manga	1.968	21.959	13.972	7.987
10 São João das Missões	675	10.473	2.089	8.141
11 Urucuia	2.088	9.615	4.319	5.296
Total	39.910,6	186.559	94.841	91.475

Fonte: IBGE, 2000

A população extrativista, público alvo do presente plano, é basicamente da zona rural. Essas comunidades podem ser caracterizadas como tradicionais sertanejas (geraiseiros, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, chapadeiros), agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades indígenas.

Os municípios apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH médio é de 0,67. Os mais baixos são os IDH dos municípios de Bonito de Minas (0,58) e São João das Missões (0,595). Os mais elevados são os de Arinos (0,71) e Januária (0,70).

Em termos de educação, a totalidade dos municípios oferecem ensino público fundamental e médio. A taxa média de alfabetização está em torno de 70%. Com referência à saúde, apenas as cidades de Arinos, Januária e Itacarambi possuem hospital público, além de postos de saúde. Os demais municípios possuem apenas postos de saúde.

Com relação à infra-estrutura de saneamento e abastecimento de água, as condições, em geral são precárias. Apenas Arinos (14%) e Januária (9%) possuem rede de esgoto. As fossas representam o meio mais utilizado de destinação de esgoto, com uma média de 51% de domicílios. A coleta de lixo é feita em apenas 35% dos domicílios considerando todos os municípios. Arinos (65%), Itacarambi (61%) são os que apresentam os melhores índices de coleta de lixo. Cônego Marinho (7%), São João das Missões (14%) e Bonito de Minas (17%) são os que apresentam os índices mais baixos de coleta. Em termos de energia elétrica, cerca de 71% dos domicílios considerando todos os municípios são atendidos.

Todos os municípios possuem Polícias Militares, sendo que em Arinos, há um destacamento da Polícia Florestal. A polícia civil está presente em Arinos, Januária, Chapada Gaúcha e Itacarambi.

Em quase todos os municípios existe o Banco Postal Bradesco. O Banco do Brasil está presente em Arinos, Januária, Urucuia, Cocos e Itacarambi.

Em termos de produção agropecuária, a atividade predominante refere-se à bovinocultura, o cultivo de milho, arroz, mandioca, soja, cana-de-açúcar, feijão e capim.

O extrativismo vegetal sustentável ainda é incipiente. Em geral, as comunidades tradicionais é que fazem coletas de alguns produtos do cerrado para o próprio consumo, tais como, pequi, buriti, araticum, caju, coco-indaiá, dentre outros. Com fins econômicos, os produtos mais extraídos são o umbu (Januária, Itacarambi e Manga), a favela (Chapada Gaúcha e Formoso) e a palha do coco-cabeçudo (Formoso).

Em todos os municípios, há exploração predatória do cerrado para a produção de carvão.

A tabela 2 apresenta um resumo dos principais dados socioeconômicos dos municípios do Mosaico.

TABELA 2: Principais Dados Socioeconômicos dos Municípios do Mosaico

	Arinos	Bonito de Minas	Chapada Gaúcha	Cocos	Cônego Marinho	Formoso	Itacarambi	Januária	Manga	São João das Missões	Urucuia
Abastecimento de Água	59,5%	22,03%	40,56%	48%	30%	58,64%	92%	57%	76%	55%	49,41%
Coleta de Lixo	65%	17%	33,02%	27%	7%	34,57%	61%	45%	48%	14%	31,69%
Esgotamento Sanitário	71%	19%	49,54%	47,1%	50%	68,09%	85,57%	52%	71%	42,59%	39,47%
Energia	70,83%	58%	64,66%	55%	86%	55,67%	95%	86%	90%	66%	59,55%
Pecuária	Maioria Bovinos	Maioria Bovinos	Maioria Bovinos	Bovinos Galinhas	Maioria Bovinos	Maioria Bovinos	Bovinos e Galinhas	Maioria Bovinos	Maioria Bovinos	Maioria Bovinos e Galinhas	Maioria Bovinos
Agricultura	Milho, Arroz	Feijão, Arroz, milho, limão	Soja, milho, capim e mandioca	Café Cana-de-açúcar, feijão, mandioca	Cana-de-açúcar, mandioca, arroz e milho	Soja, milho e feijão	Cana-de-açúcar, milho, mandioca	Cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão	Feijão, mandioca, cana-açúcar	Milho, cana-de-açúcar, mandioca e feijão	Milho, feijão, arroz e mandioca
Extração Vegetal	Carvão e lenha	Carvão	Carvão, lenha, Favela	Carvão e lenha	Carvão	Carvão, Favela, Cocco-cabeçudo	Umbu, carvão e lenha	Carvão, lenha e Umbu	Umbu, carvão e lenha	Carvão e lenha	Carvão e lenha
Índice de Desenvolvimento Humano	0,71	0,58	0,683	0,65	0,639	0,695	0,622	0,70	0,603	0,595	0,657

Fontes: IBGE e prefeituras locais

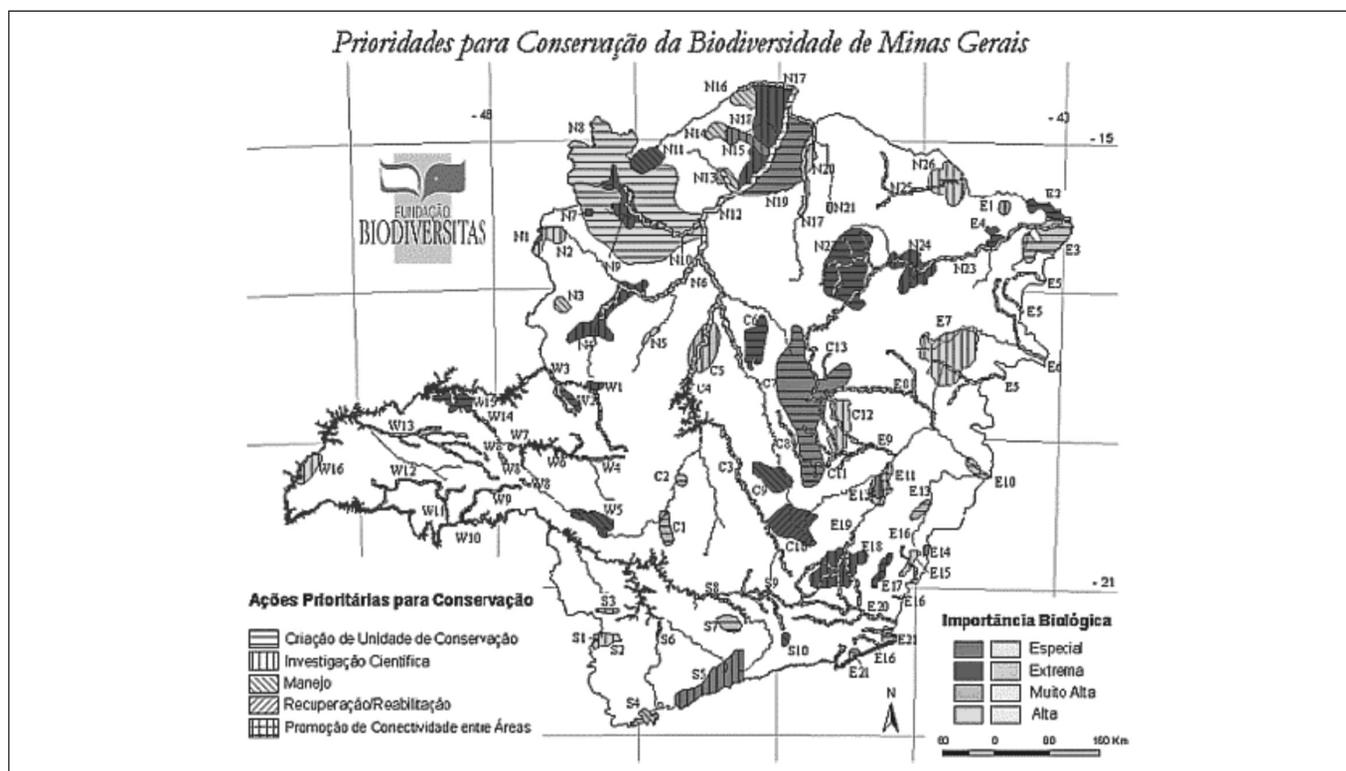
5.4. Aspectos Ambientais

5.4.1. Aspectos Físicos e Bióticos

De acordo com o mapa 5, abaixo, as áreas identificadas

no mapa como N11, N13, N14, N15, N16, N17 e N18 contemplam a região do Mosaico e, como se percebe, é uma área de grande importância para conservação da biodiversidade no estado de Minas Gerais.

MAPA 5: Áreas prioritárias para conservação no estado de Minas Gerais



Fundação Biodiversitas/2005



A área do Mosaico está dentro da região designada como “Gerais”, área que engloba a margem esquerda do Médio São Francisco, abrangendo o norte/noroeste mineiro, sudoeste da Bahia, indo até o sul do Piauí.

A região do Mosaico localiza-se, em termos fitogeográficos, na Província Central, Sub-província do Planalto Central (Rizzini 1979).

De acordo com o zoneamento dos Sistemas de Terras da América Tropical CIAT/EMBRAPA-CPAC (Cochrane et al., 1985) a região do MSVP encontra-se na unidade fisiográfica “Espigão Mestre do São Francisco”. Geomorfologicamente, a chapada do “Espigão Mestre do São Francisco” localiza-se na região denominada de “chapadão central”. Sua declividade é suave pois o relevo é pouco movimentado. As altitudes variam de 540 m a 600 m na borda leste e de 600 a 800 m no lado oeste.

A área mais ao leste do Mosaico, no vale do Peruaçu, é de grande relevância espeleológica, arqueológica e paleontológica.

Predominam na região do Mosaico as areias quartzosas e latossolo vermelho-amarelo. Apesar dessa relativa simplicidade de solos, estabeleceram-se sobre eles diferentes formações vegetais em um complexo mosaico fitofisionômico. Ao longo da calha dos rios, o material advindo da erosão à montante deposita-se e forma solos hidromórficos, sobre o qual assentam-se as veredas.

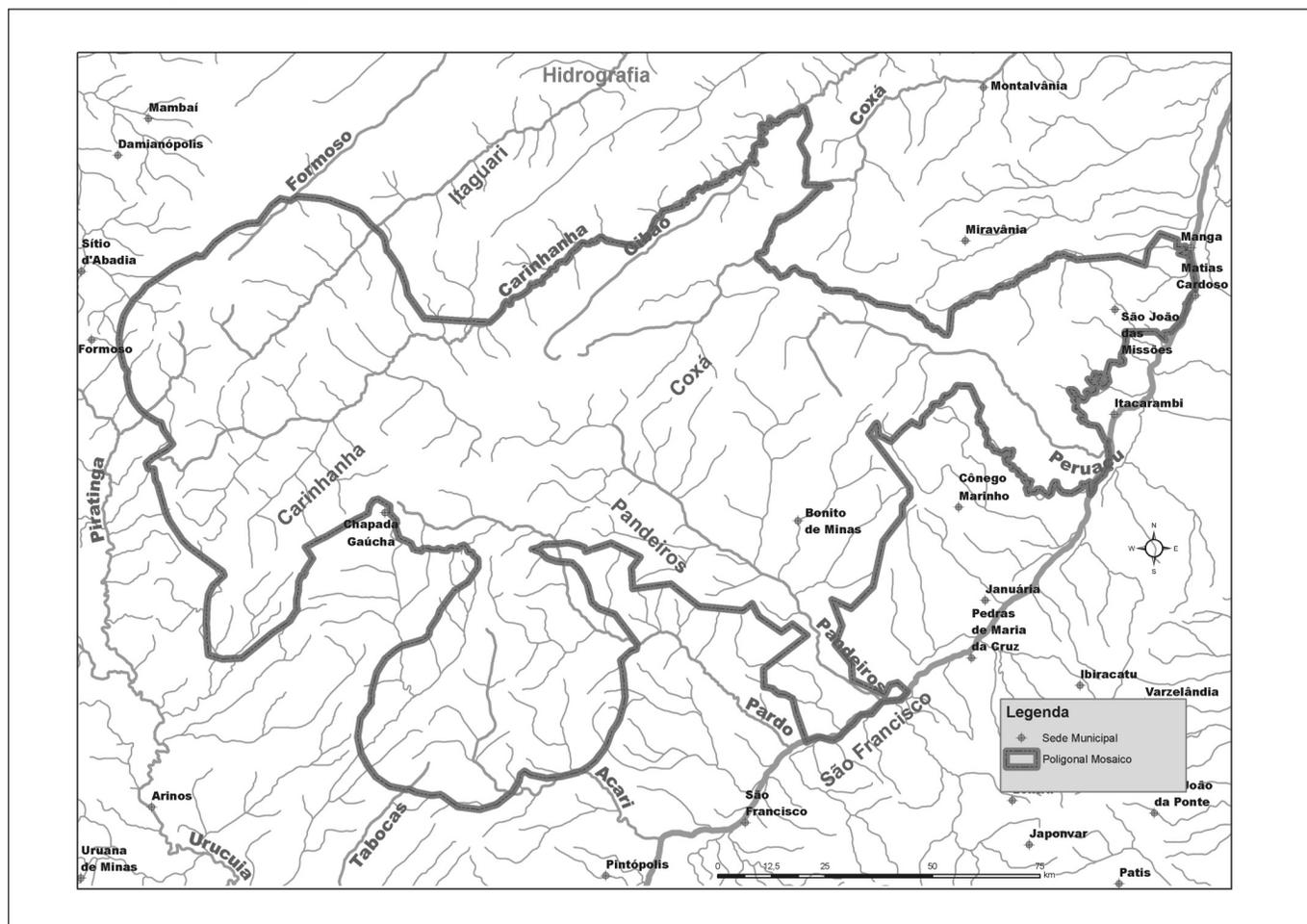
A região está localizada em uma área com dominância de arenitos da Formação Urucuaia, rochas formadas no período Cretáceo, sob clima desértico.

O sistema hidrográfico do Mosaico drena para a bacia do rio São Francisco e tem como principais rios, o Carinhanha, o Coxá, o Peruaçu, o Pandeiros e o Pardo.

O sistema hidrológico da área é abastecido pelo grande aquífero formado pelo arenito Urucuaia, com grande capacidade de armazenamento de água (Mapa 6).

O clima regional é característico da *Savana do Centro-Oeste*, em condições sub-úmidas. As temperaturas médias anuais são altas, em torno de 23°C. As máximas absolutas atingem 37 a 40°C, mesmo no topo das chapadas. As médias das mínimas ficam entre 16°C e 19°C, mas as mínimas absolutas chegam próximas a 0°C (RADAMBRASIL, 1982). O regime de chuvas é tropical, com duas estações bem marcadas. O período seco inicia-se em maio e se prolonga até setembro/outubro. As chuvas concentram-se no verão: mais de 80% caem de novembro a março. Os registros de pluviosidade na região indicam chuvas da ordem de 1.400mm anuais (dados registrados no município da Chapada Gaúcha), crescendo para oeste e decrescendo no rumo do rio São Francisco, a leste. O declínio da umidade relativa do ar, entre maio e setembro, é um dos aspectos climáticos mais marcantes da área, permanecendo abaixo de 70% e, muitas vezes, abaixo dos 35%.

MAPA 6: Hidrografia da Região do MSVP



O cerrado apresenta-se com todas as suas diferentes fitofisionomias, ou seja, Cerrado *sensu stricto* ou cerrado típico, Campo Sujo, Campo Limpo, Matas de Galeria, Veredas, Carrasco, Mata Seca. Parte da região é caracterizada como de transição do bioma Cerrado para a Caatinga, possuindo elementos de ambos os biomas.

De acordo com Felfili, 2001, o cerrado típico é muito rico em espécies da flora e predomina sobre areia quartzosa na interface com a vegetação da caatinga. São espécies comuns nesta fitofisionomia, o caju *Anacardium humile*, o pau-santo *Kilmeyera coriacea*, o pau-terra-da-folha-larga *Qualea grandiflora*, dentre as árvores e o capim-flexinha *Echinolaena inflexa*, o *Axonopus pressus*, o *Trachypogon spicatus* e a *Tacinga funalis*, dentre as herbáceas. Nos campos sujos e campos limpos destacam-se espécies das famílias Eriocaulaceae, Velloziaceae, Myrtaceae entre as árvores, além de uma profusão de gramíneas e cyperáceas. As matas de galeria ocorrem formando uma rede florestal ao longo dos cursos d'água, sendo geralmente bordeadas pelos campos, aos quais se seguem os cerrados. São importantes repositórios de biodiversidade e consideradas corredores de fauna silvestre. As veredas são formações dominadas por palmeiras arbóreas perenifólias e outras espécies adaptadas a solos permanentemente alagados. Dentre as espécies comuns das veredas destacam-se o buriti *Mauritia flexuosa* e a pindaíba *Xylopia emarginata*. O carrasco tem predominância de espécies arbóreas, com camada arbustiva densa, muitas lianas e poucas gramíneas. Destacam-se as seguintes espécies *Anacardium occidentale*, *Annona crassiflora*, *Aspidosperma macrocarpa*, *Qualea parviflora*. A mata seca, também denominada floresta estacional, pode ocorrer sobre afloramentos de rochas calcáreas ou derramamentos basálticos, de elevada fertilidade. Predominam espécies que perdem as folhas na estação seca. Dentre as espécies, destaca-se a barriguda *Cavanillesia arborea*.

Com relação à fauna, na região ocorrem as espécies típicas do cerrado e, por estar em uma área de transição, ocorrem, também espécies típicas da caatinga, além de espécies da mata atlântica e da amazônia. Várias destas espécies são endêmicas, raras ou estão ameaçadas. Dentre as aves destaca-se a arara-canindé *Ara ararauna*, com grande dependência das veredas para sobreviver. Ocorrem, também, a arara-vermelha *Ara chloroptera*, o gavião-de-penacho *Harpyhalyaetus coronatus*, a ema *Rhea americana*, o mutum *Crax fasciolata*. Dentre os anfíbios destacam-se o sapo-cururu *Bufo paracnemis*, a rã *Leptodactylus mystacinus*, a perereca *Hyla albopunctata*. Entre os répteis, novamente há influência de espécies da caatinga e a presença do jacaré-coroa *Paleosuchus palpebrosus*, considerado ameaçado de extinção. É comum a presença da cascavel *Crotalus durissus*, da jararacuçu *Bothrops moojeni*, da jibóia *Boa constrictor*. Ocorre, também, a sucuri *Eunectes murinus*, várias espécies de calango e o teiú *Tupinambis merinae*. O carrasco é a fitofisionomia mais rica em répteis na área. Com relação aos mamíferos, há várias espécies na listagem de ameaçadas nacionalmente, com destaque para o tatu-canastra *Priodontes maximus*, gato-pa-

lheiro *Oncifelis colocolo* (expansão de distribuição), suçuarana *Puma concolor* e o cervo-do-pantanal ou suçupara *Blastocerus dichotomus*. A presença de diversos predadores de topo de cadeia indica um ambiente bem estruturado. Para os pequenos mamíferos, os cerrados apresentaram baixa riqueza de espécies, enquanto o carrasco se apresentou como a fitofisionomia mais rica.

5.4.2. Principais Problemas Ambientais

Os principais problemas ambientais existentes na região do mosaico referem-se a:

- a) conversão de áreas de vegetação nativa de cerrado em grandes monocultivos de grãos, café irrigado, capim para produção de semente e bovinocultura, atividades que caracterizam o agronegócio;
- b) a exploração do cerrado para a produção de carvão, a maior parte das vezes realizada de forma ilegal;
- c) a prática de queima da vegetação nativa para renovação do pasto e limpeza de terreno para roça. Além disso, ainda há na região, em escala reduzida, a prática da caça;
- d) tráfico de animais silvestres, principalmente os que envolvem a captura de psitacídeos.

As atividades que caracterizam o agronegócio e a produção de carvão vegetal são, por natureza, altamente impactantes ao cerrado. Além de levarem a uma diminuição drástica de vegetação nativa de cerrado, podem provocar outros impactos igualmente preocupantes, como a poluição ambiental provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos e a diminuição de oferta de água, em função do uso de irrigação por pivô central de forma excessiva e até o esgotamento de mananciais e, no caso do capim, a queima da palhada após a colheita das sementes tem causado poluição atmosférica e problemas respiratórios aos moradores do município de Chapada Gaúcha, MG.

Nas áreas onde não há os grandes monocultivos, o padrão de uso do solo adotado pelos agricultores familiares refere-se à criação extensiva de gado, com a utilização de pastagens nativas e agricultura de subsistência. Nestas áreas é comum o uso do fogo para a renovação do pasto, fato que tem, anualmente, ocasionado sérios problemas às unidades. Praticamente todas as famílias que cultivam ou criam gado se utilizam dessa prática. Todos os anos, além da queima de grandes áreas no entorno das unidades, boa parte das mesmas é incendiada. Algumas áreas acabam pegando fogo anualmente ou em intervalos de dois anos, fato que leva a uma perda gradual da biodiversidade local.

Outro problema causado pela presença do gado dentro das unidades ou nas suas áreas de entorno e corredores ecológicos refere-se a possibilidade de transmissão de doenças para animais silvestres. Há registro de mortalidade de veados, após passagem de uma grande boiada na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas na década de 80. A presença de gado acaba levando, também, a uma matança desnecessária de onças, por parte de donos de gado.

As roças, apesar das pequenas extensões, são feitas, em geral, em áreas de preservação permanente (veredas) e muitas vezes são necessários a confecção de drenos que acabam causando impactos localizados.

A agricultura familiar, seja de comunidades tradicionais, seja de projetos de reforma agrária existentes na região, tem tido pouca assistência no sentido de que suas atividades produtivas venham alcançar a auto-sustentabilidade. Em geral, a agricultura familiar é bem menos impactante que a exploração voltada para o agronegócio, porém, não sendo feita de forma adequada leva a resultados pouco promissores.

5.4.3. Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas

Conforme já mencionado, o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu é formado por diversas unidades de conservação de proteção integral, de uso sustentável e por outros tipos de áreas protegidas, como a Área Indígena Xakriabá, além de corredores ecológicos, zonas de amortecimento, reservas legais das propriedades privadas e áreas de preservação permanente. Vide mapa 07 (encarte central), na página central deste documento.

A tabela 3 mostra as Unidades de Conservação e Área Indígena existentes no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

TABELA 3: Unidades de Conservação e Área Indígena do Mosaico

Categoria	Unidade Conservação / Área Indígena	Área (ha)	Total (ha)
Proteção Integral	Federais		346.552,00
	Parna Grande Sertão Veredas	230.671,00	
	Parna Cavernas do Peruaçu	56.800,00	
	Estaduais		
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	31.552,00	
	Parque Estadual Serra das Araras	11.146,00	
	Parque Estadual da Mata Seca	10.281,00	
Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros	6.102,00		
Uso Sustentável	Federais		898.523,53
	APA Cavernas do Peruaçu	146.900,00	
	Estaduais		
	APA Estadual do Pandeiros	393.060,00	
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	284.468,29	
	RDS Veredas do Acari	60.975,00	
	Particulares		
	RPPN do Porto Cajueiro	8.470,00	
	RPPN Veredas do Pacari	346,79	
	RPPN da Arara Vermelha	248,45	
RPPN Fazenda Ressaca	4.055,00		
Área legalmente protegida	Reserva Indígena dos Xakriabás	56.800,00	56.800,00
Área Total (ha)			1.301.875,53

PARNA – Parque Nacional; **APA** – Área de Proteção Ambiental; **RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; **RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural

Observa-se que a área de unidades de uso sustentável, consideradas como de uso direto, é quase três vezes maior do que a de unidades de proteção integral, de uso indireto. As unidades de proteção integral só podem ser trabalhadas com o extrativismo nas suas áreas de entorno ou zona de amortecimento, quando existente. O fato de haver quase 900.000 hectares de UCs de uso sustentável representa a possibilidade de se trabalhar com o extrativismo sustentável em uma parcela considerável.

Essas unidades encontram-se em um grau de implantação muito incipiente, sendo que a maioria ainda não tem plano de manejo e apresenta problemas recorrentes de gestão, tais como baixa taxa de regularização fundiária e

carência de recursos humanos. Algumas possuem Conselho Consultivo, porém, funcionando com dificuldade.

São poucas as ações integradas entre as unidades que compõem o mosaico. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu e o Parque Estadual Veredas do Peruaçu possuem um conselho que atua conjuntamente nas três unidades. O Parque Nacional Grande Sertão Veredas realiza algumas ações integradas com o Parque Estadual da Serra das Araras, especialmente no que diz respeito ao combate de incêndios.

O quadro 2, apresenta a situação de implementação das unidades que compõem o Mosaico.

QUADRO 2: Estado da Arte das Unidades de Conservação e Área Indígena do MSVP

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	Dec 97.658 de 12/04/1989 Dec sem nº de 21/05/2004 (ampliação) 230.671 ha	Chapada Gaúcha, Arinos, Formoso, Cocos	SIM, na área original do Parque -84.000 hectares.	SIM	Escritório sede, alojamento, 03 veículos 4X4, 1 moto e sistema de comunicação via rádio, Torre de Observação de Incêndios / 13 funcionários.	Projeto Grande Sertão Veredas – IBAMA-FUNATURA	FUNATURA, Prefeitura de Chapada Gaúcha, Instituto Biotrópicos, Escolas Municipais e Estaduais da Chapada Gaúcha e Fazenda Trijunção	Gado, incêndio no interior e no exterior, caça e tráfico de animais, brachchiaria, monocultura soja e capim no entorno.
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Decreto de 21/09/ 1999 56.500 ha	Itacarambi, Januária, São João das Missões	SIM, em implementação	SIM	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, 2 veículos e 1 moto / 22 funcionários	Projeto Venha conhecer o Parque; Projeto Educação Ambiental; Implantação de viveiro; Início Implantação do Uso Público	IEF, Prefeitura de Januária, Missões e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários, Ministério Público, SESC, GEO (Grupo de Espeleologia Orientada), EVP (ESPELEOGRU-PO), Guardiões do Peruaçu e Instituto Biotrópicos.	Criação de gado, incêndios, caça, pesca.
Parque Estadual Veredas do Peruaçu	Dec 36.070 de 27/09/1994 31.221 ha	Januária e Cônego Marinho	NÃO	SIM	Alojamento, escritório sede, 02 veículos, 01 moto e 03 residências / 6 funcionários e 35 brigadistas voluntários	Estudos para ampliação da Unidade; Educação Ambiental, trabalhos sócio econômico com comunidades de entorno	Prefeitura de Cônego Marinho, Empresas do entorno como J.Alves e Agropecuária Leticia, UFMG, Unimontes, CEFET, CEIVA.	Pecuária e eucalipto no entorno da UC.
Parque Estadual Serra das Araras	Dec 39.400 de 21/05/1998 11.147 ha	Chapada Gaúcha Distrito de Serra das Araras	SIM	NÃO	Escritório sede, 4 veículos / 6 funcionários	Construção da sede, casa gerente, 03 casas de funcionários, centro de visitantes e 03 portarias; artesanato; combate a incêndios; educação ambiental.	Prefeitura de Chapada, Usina Caeté (proprietária RPPN no entorno) e Maderita.	Gado, incêndios no entorno, caça e tráfico de animais.
Parque Estadual da Mata Seca	Dec 39.954 de 08/10/1998 10.173 ha	Manga	NÃO	NÃO	Escritório na UC e em Itacarambi, alojamento, 04 casas, Galpão será transformado laboratório-cantina. 2 funcionários + 36 brigadistas	TOP DRY – 03 comunidades do entorno; Estações climatológicas; inventário florestal; estudos da psicicultura; e pesquisas científicas.	Unimontes, UFLA, Universidade do Canadá, IBAMA Peruaçu, Biotropicos.	Criação de gado, incêndios florestais, caça e pesca.
Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu	Dec 98.182 de 26/09/1989 146.900 ha	Januária, Itacarambi, Cônego Marinho, Bonito de Minas	NÃO	SIM, em conjunto com outras UC's	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, 02 veículos, sistema de comunicação com 06 HT's, 2 estações móveis e 01 fixa/ 2 funcionários	Projeto Recuperação Nascentes em Parceria com os Xacriabás; Educação Ambiental; Extrativismo incipiente com apoio do Projeto Mosaico	IEF, Prefeitura de Januária, Missões e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Vale do Peruaçu, Ministério Público, SESC, GEO (Grupo de Espeleologia Orientada), EVP (ESPELEOGRU-PO) e Guardiões do Peruaçu.	Incêndios Florestais, uso inadequado das Veredas e Caça.
APA Estadual do Rio Pandeiros	Lei 11.901 de 01/09/1995 210.000 ha	Januária e Bonito de Minas	NÃO, em 2006 foi realizado um pré-zoneamento	Não	O Projeto Pandeiros conta com Rádios HTs, 2 motos, 1 caminhonete, Escritório na Vila de Pandeiros. / 9 funcionários além do Gestor da APA (IEF)	Projeto Pandeiros: extrativismo de pequi, favela, babaçu; Apicultura; artesanato; segurança alimentar; e regularização da situação fundiária. Construção e implementação do CCEAC (Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado).	Associação dos Moradores Unidos do Pandeiros, Associação dos Produtores Florestais (APIFLOR), Associação Siderúrgicas Florestais (ASIFLOR).	Pesca, caça, extração irregular de frutos, e principalmente carvoejamento. Existe também na área da APA, uma PCH (CEMIG) construída em 1958.

QUADRO 2: (continuação)

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
APA Estadual Rio Cochá e Gibão	Dec 43.911 de 05/11/2004 284.468 ha	Januária e Bonito de Minas	Não	Não				
Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari	Decreto s/nº de 21/10/2003 60.975 ha	Chapada Gaúcha e Uruçuia	NÃO	NÃO	Escritório sede (Serra das Araras), 04 veículos, centro beneficiamento de produtos, alojamento / 5 funcionários.	Projeto da Maderita (exploração de Pinus), SEBRAE e Vale do Uruçuia (Apicultura). Caritas de Januária desenvolve projeto cisternas.	Prefeitura de Chapada, Maderita, PESA, Caritas, Agencia Vale do Uruçuia e SEBRAE.	Gado (principalmente), incêndios florestais, erosões e voçorocas.
Refúgio Estadual de Vida Silvestre Rio Pandeiros	Dec 43.910 de 05/11/2004 6.103 ha	Januária	NÃO	NÃO	alojamento, escritório sede UC, 01 moto, Sistema de rádio (01 base fixa mais 05 HT's). 1 chefe, 6 guardas parques e 6 brigadistas temporários	Educação Ambiental, Fiscalização, Implementação infra estrutura. Obs: De acordo com decreto de criação, CEMIG é co-gestora da UC.	Projeto Pandeiros (Associação dos Moradores Unidos do Pandeiros, Universidades (UFMG e Unimontes), ASIFLOR.	Pesca, caça e carvoejamento no interior e entorno. PCH construída em 1958.
RPPN Veredas do Pacari	Portaria IBAMA Nº 26/2004 347 ha	Arinos	SIM	Não	Trilhas / 1 servidor	Educação Ambiental	FUNATURA, IBAMA	Caça, Incêndios e monocultura soja e capim em áreas próximas.
RPPN Arara Vermelha	Portaria IBAMA Nº 31/2005 248 ha	Arinos	SIM	Não	Sede com alojamento e casa servidor, trilhas /1 servidor,	Educação Ambiental	FUNATURA, IBAMA	Incêndios em áreas próximas, caça monocultura soja e capim em áreas próximas.
RPPN Fazenda Ressaca	Portaria IBAMA Nº 25/1998 N 4.055 ha	Manga	NÃO	NÃO			IBAMA	
RPPN Porto Cajueiro	Portaria IEF Nº 226 de 18/11/2005 8.478 ha	Januária	Sim	NÃO	Sede com escritório e hospedagem de funcionários Campo de Pousa	Pesquisa e Educação Ambiental	Instituto Estadual de Florestas - IEF	
Reserva Indígena dos Xakriabás	56.000 ha	São João das Missões e Itacarambi	Não	Conselhode líderes das Aldeias	Escolas, comércio, Sede FUNAI, funcionários FUNAI, etc.	Mãos dadas na recuperação da natureza "Água é vida"; Casa da Medicina; Tanque rede; apicultura; suinocultura.	Emater, Prefeitura Missões, IEF, Caritas, IBAMA, UFMG, CAA, FUNASA, FUNAI e CIMI, FNMA/MMA.	uso do fogo, desmates ilegais, falta planejamento concerto das estradas.

* Informações coletadas por meio de visitas e entrevistas com chefes de Unidades de Conservação (UCs) e Lideranças comunitárias, no início de 2007.

5.5. Povos e comunidades tradicionais do Mosaico

A poligonal do MSVP abrange terras de onze municípios em que vivem, além de um grupo indígena, diversas comunidades de quilombos e de grupos tradicionais de tipos diversos. O Povo Xakriabá não fala mais línguas indígenas mas se sabe que são índios vinculados à língua Akuên, da família Jê, do tronco lingüístico Macro-Jê. No ano de 2000, estimou-se a existência de 6.000 indivíduos pertencentes a essa etnia que se concentram no município de São João das Missões. O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), no Projeto Quilombos Gerais, dedicado a levantar os quilombos no estado de Minas Gerais, constatou a existência de 346 comunidades desse tipo até junho de 2006, em todo o estado, conformando uma população de 85.000 a 90.000 indivíduos.

De acordo com esse levantamento, nos vales do Uruçuia e do Acari, incidências geográficas incluídas nos limites do MSVP, verificou-se a convivência e mescla de categorias quilombolas e tradicionais. O grande contingente quilombola da região, quando não identificado exclusivamente como quilombolas, é identificado como quilombolas/ribeirinhos, quilombolas/vazanteiros, nos municípios de Manga e Januária, e, quilombolas/chapadeiros, em outros municípios da margem esquerda do São Francisco. Como comunidades tradicionais constam os geraiseiros, os caatingueiros, os vazanteiros, os chapadeiros e os ribeirinhos. O quadro 3 apresenta as comunidades quilombolas identificadas nos municípios inclusos no território do Mosaico SVP, de acordo com a pesquisa feita pelo CEDEFES.

QUADRO 3: Comunidades Quilombolas existentes no MSVP

Municípios do Mosaico SVP com presença quilombola já identificada	Nomes das Comunidades	Quantidade de Comunidades por Município
1. Arinos	-Morrinhos.	1
2. Bonito de Minas	-Campo Redondo; Ilha do Retiro; Ilha Valerinha; Lapinha; Ressaca; Tamboril; Tapera e Buriti das Mulatas.	8
3. Chapada Gaúcha	-Barro Vermelho; Buracos; São Félix; Rio dos Bois; Vereda D' Anta e Prata.	6
4. Formoso	-Costa Barbosa; - São Francisco/Gentio	2
5. Januária	- Água Viva; Balaieiro; Ilha da Capivara (Quebra-Guiada); Brejo do Amparo; Fazenda Picos; Gameleira; Pasto de Cavalo; Cajueiro e Retiro dos Bois.	9
6. Manga	-Brejo de São Caetano; Ilha da Ingazeira; Justa; Pedra Preta; Puris; Riacho da Cruz; Bebedouro; Espinho; Malhadinha e Vila Primavera.	10
7. Uruçuia	-Baixa Funda	1
Total de Municípios: 7		Total Geral: 37

CEDEFES/2007

A centralidade da questão territorial para se compreender e respeitar tais grupos diferenciados coloca como fundamental a criação de canais de comunicação eficientes e a inclusão de representantes desses grupos na elaboração e implantação do Projeto MSVP. A denominação genérica de sertanejos mineiros, como colocado por Costa (2005), caracterizada pela resistência política histórica, pela luta por sobrevivência e a auto-sustentação econômica, pela diversidade de modos de vida locais que se misturam e pela marcante presença de coletividades afro-descendentes que lutam por seus territórios ancestrais é, de fato, um termo genérico que inclui a diversidade sociocultural norte-mineira: os índios, quilombos, os diversos tipos de comunidades tradicionais e as relações inter-grupais que se dão entre eles.

A cultura norte-mineira, assim, só pode ser realmente compreendida por meio de um mergulho nas relações sociais locais e da busca em perceber como os diferentes grupos humanos relacionam-se com o ambiente. A primeira comunidade visitada pela equipe do vetor turismo do Projeto MSVP foi a de Rio dos Bois, em Chapada Gaúcha – nome que denuncia a brutal migração de agricultores do Sul para a região em questão. Nessa comunidade, atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trabalha em Projeto de Assentamento que promete a implantação de sistema simplificado de abastecimento de água para 75 famílias locais. Nas visitas as famílias de Rio dos Bois ficou explícita a religiosidade católica rural (BRANDÃO, 1993) em que os grupos vizinhos integram-se e sustentam uma rede de sociabilidade por meio de rezas e celebrações religiosas em homenagem aos santos cristãos, como Santa Luzia, Nossa Senhora do Desterro, São Bento e, uma das mais importantes no Noroeste mineiro, a Folia de Reis, celebrada entre os dias 25 de dezembro e 06 de janeiro. Assim, segundo uma antiga moradora do Rio dos Bois, Ferreira, Cachimbo, Cabeceira do Boi, Angical e Retiro são comunidades vizinhas que integram tal rede social tecida por meio das rezas e festas.

Fenômeno social contemporâneo que tem se dado em diversas localidades do interior brasileiro, tradicionalmente de religião católica, é a conversão de alguns moradores locais para a religião evangélica. Isso acontece em Rio dos Bois, de maneira que, segundo uma das lideranças locais, enquanto a Folia de Reis é a principal festa para os católicos a Série de Conferências é o principal evento para os evangélicos da comunidade. Essa mesma liderança descreveu um pouco da situação econômica e de subsistência da comunidade.

Falou do plano de converter a casa de farinha que foi construída com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no início do assentamento, em uma casa de rapadura, pois acham o trabalho com a cana mais viável. Não consomem muito peixe na alimentação, vendem pequi e favela para Goiânia. O buriti é uma espécie tradicionalmente usada na comunidade para produção de utensílios domésticos, como vassouras, esteiras - usadas para dormir sobre elas quando não tinham camas - e a "carocha" - tipo de capa protetora feita com a palha dessa espécie para trabalhar na roça em dias de chuva.

Muitos na comunidade são beneficiários do Programa Bolsa Família. Os jovens tendem a migrar para locais próximos às grandes propriedades dos gaúchos, em busca de empregos. Os interesses institucionais em preservar o ambiente e os da comunidade em melhorar suas condições materiais de vida são vistos como passíveis de articulação por meio do desenvolvimento da economia do turismo. Nas palavras de um morador, com a implantação de tal economia: *“nem o veado morre, nem a onça passa fome”*.

Ribeirão de Areia foi outra comunidade visitada. Pode-se classificá-los como vazanteiros por viverem em áreas inundadas, as várzeas. Assim como no caso do Rio dos Bois, também tecem rede de sociabilidade com grupos vizinhos como as comunidades de Galho Escuro, Vereda, Veredão, Sítio Pequeno, Cafarnaum, Invernada e Barroco. Ribeirão de Areia vive de modo bastante autônomo em relação à sede urbana de Chapada Gaúcha. Ali compram somente café, sal e açúcar, sendo que os demais produtos alimentícios são cultivados e processados na comunidade, como é o caso da polpa de buriti, do queijo, da farinha de mandioca, da rapadura e do mel.

Algumas pessoas da comunidade dispõem de quintal com grande variedade de plantas medicinais, algumas nativas e outras cultivadas. A principal celebração religiosa também é a Folia de Reis na qual a comunidade empenha-se em trabalho árduo para sua realização, durante todo o mês de dezembro, desde que recebem convidados de fora. A musicalidade nesta comunidade é elemento central de sua cultura expressa na feitura de rabecas com matérias-primas de espécies nativas, instrumento que juntamente com violas dão a base rítmica para as canções cantadas por crianças, jovens, homens, mulheres e idosos.

Na viagem do município de Chapada Gaúcha ao de Januária foram visitados os povoados de São Joaquim, Tamboril, Tijuco, Barreiro, Lapão, Pandeiros e Cachoeira. Em Cônego Marinho, na sua parte rural, encontram-se as comunidades Saco dos Bois, Curral de Pedra, Candeal, Olaria e Candealzinho. Nesse município, uma das principais atividades econômicas é a produção de cachaça, cuja consequência para algumas das comunidades locais é a grave presença de alcoolismo. Foram visitados também Candealzinho, Olaria e Candeal. Essa última é a antiga sede do município de Cônego Marinho, da época em que se criava gado *“na solta”*, e local cuja produção de objetos de cerâmica está registrada como patrimônio cultural brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Uma das artesãs demonstrou o processo de preparação do barro para a produção das peças. Contou que tal conhecimento ancestral encontra-se ameaçado diante do desinteresse das gerações mais jovens em dar continuidade à sua produção e transmissão.

Itacarambi está localizado às margens do rio São Francisco, a cidade é bem cuidada tem a cultura ribeirinha muito presente, podendo o visitante presenciar a lavagem de roupas e utensílios domésticos em suas águas, feita por mulheres de diferentes gerações, no período da manhã – atividade femi-

nina local que aponta para um cotidiano diretamente ligado ao rio. As comunidades localizadas na parte rural do município são Fabião I, Fabião II, Janelão, Araçá, Vereda Grande e Várzea Grande. Em visita a essa última, foram identificadas duas casas de farinha cuja produção é em grande parte comprada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Plantam, além da mandioca, pasto, feijão, milho e cana, de modo que produzem também cachaça e rapadura destinadas à venda.

As citadas comunidades, por estarem na entrada ou no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) são motivos de preocupação constante por parte dos funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Existem também, no interior desse mesmo Parque Nacional (PARNA), seis propriedades particulares de grandes fazendeiros, resistentes em deixar a área. Há uma estrada que liga Várzea Grande à terra indígena Xakriabá.

Em conversas informais com moradores de Várzea Grande ficaram explícitas as relações amistosas inter-grupais entre os Xakriabás e as comunidades vizinhas em eventos como jogos de futebol e festas de casamentos, apontando para a existência de redes sociais, tais quais nos casos anteriormente descritos. Vereda Grande, Várzea Grande e Xakriabá são comunidades onde se encontram as nascentes do rio Peruaçu. Em 2004, houve reunião do Ibama com os moradores de Várzea Grande a fim de prevenir contra o fogo causado pela seca e de preservar as veredas. Uma liderança local vê a presença do órgão como algo bom, pois crê que *“não pode distorá”*. Diz ainda que: *“nós não estamos dentro do Parque (Peruaçu), mas é como se tivesse”*, o que demonstra a pressão feita pelo órgão ambiental sobre essas comunidades para que elas obedeçam aos princípios de conservação da natureza, tal qual postulado na legislação ambiental oficial brasileira.

Ainda em Itacarambi, foi feita visita conhecendo a margem direita do Rio São Francisco em um local chamado Mocambinho. Aí foi onde os engenheiros do Projeto Jaíba de Irrigação, iniciado na década de 1970, instalaram-se, logo dispondo de casas grandes feitas de metal e alvenaria, postos de gasolina e hotéis, apesar do isolamento geográfico. No entanto, o nome do local indica a presença dos afro-descendentes, posto que a palavra *“mocambo”* significa *“palhoça onde se localizam os negros”*, tal qual colocado por Cascudo (1954: 754), de onde se destaca um trecho do significado de *“quilombo”*:

“Representa-se em qualquer época do ano como entretenimento isolado, mas geralmente como parte de festividades religiosas: festas de padroeiros, festas de Natal etc. Para representação, que se realiza numa praça ou largo, arma-se uma palhoça – o mocambo – onde se localizam os negros, e que é enfeitada de bandeirolas de papel de seda e cercada pelo sítio ou jardim: bananeiras e mamoeiros transplantados para o local. A certa distância faz uma paliçada, atrás da qual se escondem os índios ou caboclos”. (CASCUDO, 1954: 754)

O trecho não apenas faz referência à presença dos afro-descendentes no Noroeste de Minas Gerais, dado o signo lingüístico que permanece, como também remete à convivência entre grupos étnicos distintos, como os negros, os índios e os caboclos, muitas vezes por meio de festividades e celebrações religiosas, que faz da margem esquerda do rio São Francisco, a porção Noroeste de Minas Gerais, um conjunto de culturas distintas em convivência histórica por meio da qual se criaram vínculos entre os distintos grupos humanos e entre esses e os elementos da natureza.

Uma dessas culturas está expressa nos barranqueiros e seu modo de vida tradicional bastante ameaçado, como se pode notar na fala do “mestre” - como gosta de ser chamado o barqueiro - que nos conduziu a Mocambinho. Disse que pescou muito por ali com a técnica do arrastão e que hoje não gosta mais de pescar para sobreviver; só pesca com os amigos para ajudá-los ou por diversão. Contou que antes tinha muito peixe e que a atividade dava para o sustento. Hoje, porém, isso é difícil. Falou de uma usina de açúcar que está em construção em Mocambinho e que traz a esperança de emprego. Tal usina está sob a supervisão da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e da Rural Minas.

6. FOCOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM BASE CONSERVACIONISTA

6.1. Extrativismo Vegetal Sustentável

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define o extrativismo como “um sistema de exploração baseado na coleta e extração de modo sustentável dos recursos naturais renováveis”. O Cerrado se destaca pela sua multiplicidade de uso com grande potencial para alimentação, indústria de cosméticos, geração de energia limpa e fins medicinais.

A prática extrativista vegetal já vem de longa data, e o lugar-comum que geralmente é mencionado é o uso dos frutos do Cerrado por índios que habitavam a região, para alimentação e manutenção do seu meio de vida. Sabe-se também que, posteriormente, tais frutos foram fundamentais para a sobrevivência dos primeiros colonizadores neste território. Outros dados históricos relevantes a este respeito podem ser mencionados: o vinho extraído do buriti (fruto rico em glicose) foi muito utilizado na Guerra do Paraguai para alimentar os soldados brasileiros; a mangaba foi intensivamente aproveitada para exploração de látex durante a Segunda Guerra Mundial; o babaçu e a macaúba foram bastante estudados na década de 70 em decorrência da crise do petróleo e demonstraram um grande potencial para utilização em motores de combustão, em substituição ao óleo diesel. Atualmente, com o avanço da tecnologia e conseqüente desenvolvimento de técnicas de beneficiamento dessas frutas, verdadeiros

tesouros culinários foram sendo incrementados, tais como doces, geléias, sorvetes, mingaus, sucos, licores, além de uma multiplicidade de usos no artesanato, na construção e coberturas de casas, na fabricação de móveis e utensílios domésticos, dentre outros.

Nos últimos anos, órgãos de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem estudado e divulgado o potencial extrativista das espécies do Cerrado, sempre destacando a utilização de frutos e sementes de várias delas para a alimentação. Algumas fruteiras nativas como o araticum, jatobá, pequi, mangaba, cagaita, e buriti, constituem fontes importantes de fibras, proteínas, vitaminas, minerais, ácidos graxos saturados e insaturados presentes em polpas e sementes. O pequi, por exemplo, já foi industrializado, sendo o seu óleo e polpa comercializados para o exterior. O buriti foi beneficiado e seus subprodutos são usados na indústria de cosméticos. A favela é amplamente utilizada pela indústria farmacêutica. A cagaita, araticum, pequi, mangaba e demais sabores do Cerrado são comercializados nas sorveterias do Distrito Federal e Goiânia. Os frutos do Cerrado desempenham também um importante papel na alimentação dos habitantes da região, já que em épocas de frutificação são vastamente aproveitados.

6.1.1. Frutos

Na região, o uso sustentável das múltiplas espécies vegetais nativas poderá ser uma alternativa de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento deste grande potencial deve ser realizado procurando respeitar a sustentabilidade social, a bioética, a legislação pertinente, o conhecimento científico, o saber popular, e, fundamentalmente, a valorização e conservação dos recursos naturais.

Conforme mencionado, os frutos do Cerrado apresentam uma multiplicidade de usos, sendo explorados principalmente na alimentação, artesanato e fitoterapia. A favela, o pequi e o buriti merecem maior destaque porque são utilizados e explorados praticamente em quase toda a região do Mosaico. Por sua vez, o coquinho azedo, o coco indaiá, o cajuí, a cabeça de nego e o umbu não têm menos importância. Já o jenipapo, a lobeira, o jatobá, a cajarana, o babaçu, a mangaba e o grão-de-galo são utilizados em uma escala menor.

Para evidenciar o potencial de utilização dos frutos do Cerrado, vale mencionar alguns dados de um levantamento rápido realizado por Filgueiras & Martins (2002) no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV). Em uma área de dez parcelas de 1.000m², foram encontradas 135 espécies vegetais com potencial extrativista. Das espécies, 32 são de fruteiras nativas, 74 de uso medicinal, 6 produtoras de óleos, 11 de uso culinário geral (doces, sucos e condimentos), 6 especialmente utilizadas para confecção de artesanato, 4 usadas localmente em construção de casas simples, ranchos, cercas, currais e cercados, e 26 são espécies de uso ornamental. Nesta lista, merecem destaque, por sua multifuncionalidade, o pequi, o buriti, o murici, a cagaita, o cajuí e a mangaba.

Em estudos desenvolvidos no Plano de Aproveitamento Sustentável dos Produtos do Cerrado (FUNATURA/SEBRAE, 2006) na região do Vale do Rio Urucui (que é próxima geograficamente e bastante similar à região do Mosaico), foram identificadas 6 espécies com potencial de uso, a saber: buriti, fava d'anta (favela), coco cabeçudo (azedo), coco indaiá, baru, e pequi. Das citadas, somente o baru não é amplamente encontrado na região do Mosaico. No referido Plano, é apontado que a demanda atual, para todo o país, é de 450.000 quilos/ano para o pequi, 4.500.000 quilos/ano para o buriti, e 1.500.000 quilos/ano para a favela, demonstrando um grande potencial comercial destes três frutos fartamente encontrados na região abrangida por este projeto.

Quanto à distribuição das espécies nas regiões das unidades de conservação do Mosaico, algumas se destacam mais: pequi, buriti e cagaita, por exemplo, apresentam vasta ocorrência, o primeiro concentrando-se densamente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e os dois últimos na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Se o pequi não é encontrado no Parque Estadual da Mata Seca, por ser uma área de transição para a caatinga, nesta região sobressaem frutos característicos deste bioma, tais como cajarana, umbu e jenipapo. Já a favela, aproveitada para fins medicinais, vem sendo objeto de extrativismo em toda a região. O quadro 4 apresenta os principais frutos utilizados em cada região da área protegida considerada.

QUADRO 4: Principais frutos utilizados em cada região

Categoria	Unidade de Conservação	Principais frutos utilizados
Proteção Integral	Parna Grande Sertão Veredas (explorado no entorno e na zona de amortecimento)	favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
	Parna Cavernas do Peruaçu (explorado no entorno e na zona de amort.)	pequi, favela, cabeça de nego (araticum), coquinho azedo, umbú
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu (explorado no entorno)	pequi, favela, buriti, cabeça de nego, cajui e lobeira.
	Parque Estadual Serra das Araras (explorado no entorno e na zona de amort.)	pequi, favela, buriti, cajui, cabeça de nego
	Parque Estadual da Mata Seca (explorado no entorno)	umbú, jenipapo, cajarana, jatobá
	Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros (explorado no entorno)	pequi, favela, cagaita, babaçu
	Uso Sustentável	APA Estadual do Pandeiros
APA Estadual Rio Cochá-Gibão		pequi, favela, buriti, cabeça de nego, coco indaiá
APA Cavernas do Peruaçu		favela, pequi, buriti, cabeça de nego, umbu, jenipapo
R.D.S Veredas do Acari		pequi, favela, buriti, cajui, cabeça de nego
RPPN do Porto Cajueiro (entorno)		pequi, favela, buriti, cabeça de nego, cagaita
RPPN da Arara Vermelha (entorno)		favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
RPPN Veredas do Pacari (entorno)		favela, pequi, buriti, coco indaiá, coquinho azedo, cagaita
RPPN Fazenda Ressaca (entorno)		Sem registros
Área legalmente protegida	Reserva Indígena dos Xacriabás	pequi, cagaita, coquinho azedo, cabeça de nego, umbu.

O quadro 5 sintetiza as espécies com maior vocação para o extrativismo no Mosaico. A escolha destes frutos foi feita em função do seu grau de ocorrência e utilização, além, é claro, das potencialidades para comercialização. Outras espécies foram identificadas, porém são de uso restrito, como o coco-palmeira no Corredor Ecológico Buracos/Buraquinhos (PNGSV e PESA), a cajarana no Parque Estadual da Mata Seca, o grão de galo na Reserva Indígena dos Xacriabás, e a fruta de lobo (lobeira) na região do Parque Estadual Veredas do Peruaçu.

QUADRO 5: Espécies Potenciais para o Extrativismo

Nome comum	Nome científico	Frutificação	Vegetação de ocorrência
Araticum (cabeça de nego)	<i>Annona crassiflora</i>	jan. a mar.	Cerrado e Cerradão
Babaçu	<i>Orbignya speciosa</i>	out. a jan.	Mata Seca e Mata de Galeria
Buriti	<i>Mauritia vinifera</i>	nov. a mai.	Mata de Galeria e Vereda
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	out. a dez.	Cerrado e Cerradão
Cajuzinho-do-Cerrado (cajui)	<i>Anacardium humile</i>	set. a nov.	Cerrado, Campo Sujo e Campo Limpo
Coquinho-azedo (cabeçudo)	<i>Butia capitata</i>	out. a jan.	Cerrado, Campo Sujo e Campo Limpo
Coco indaiá	<i>Attalea geraensi</i>	jun. a nov.	Cerrado e Campo Sujo
Favela (fava d'anta)	<i>Dimorphandra mollis</i>	abr. a mai.	Cerrado e Campo Cerrado
Jatobá-do-Cerrado	<i>Hymenaea stignocarpa</i>	set. a nov.	Cerrado e Cerradão
Jatobá-da-Mata	<i>Hymenaea courbaril</i> L. var. <i>stilbocarpa</i>	set. a nov.	Cerradão, Mata Seca e Mata de Galeria
Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	out. a dez.	Mata Seca, Cerradão e Mata de Galeria
Mangaba	<i>Hancocnyia speciosa</i>	out. a jan.	Cerrado
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	out. a mar.	Cerrado e Cerradão
Umbu	<i>Spondias tuberosae</i>	jan. a fev.	Caatinga e Mata Seca

6.1.2. Artesanato

O uso de recursos do Cerrado para a produção de artesanato mescla temas e técnicas desenvolvidos desde a época do Brasil Colonial. Os frutos, sementes, troncos, folhas, galhos servem como principal fonte de matéria prima, ainda se podendo utilizar couro animal, barro e fibras, o que resulta em uma diversidade de peças, tais como instrumentos musicais, biojóias, vasos, etc. Das espécies selecionadas, o buriti merece ser ressaltado, visto ser amplamente utilizado para confecção de uma gama de produtos – móveis, redes, esteiras, cestos, chapéus, brincos, etc.

Como apenas uma amostra de como o artesanato sustentável pode ser uma alternativa viável de incremento da renda da população local, citam-se, na região do Mosaico, algumas iniciativas que já vêm sendo tomadas neste sentido, das quais destacam-se: a produção de artesanato e utensílios domésticos com argila na comunidade do Candeal (Cônego Marinho); de biojóias, objetos de decoração, instrumentos musicais nas imediações de Chapada Gaúcha; de redes e tapetes na área da APA Cochá-Gibão; de chapéus, biojóias e utensílios domésticos em Pandeiros; de bordados diversos em Serra das Araras (distrito de Chapada Gaúcha); de esteiras e vassouras de palha de coco-indaiá em Formoso; de colares, brincos, e peças decorativas na Reserva Indígena dos Xacriabás, etc.

6.1.3. Fitoterápicos

Provém da flora do Cerrado considerável número de medicamentos hoje conhecidos e utilizados. O conhecimento sobre o uso dessas plantas geralmente se encontra disperso nas feiras populares, farmácias caseiras, raizeiros, mateiros e pessoas detentoras de conhecimentos tradicionais. Apesar de existirem poucas pesquisas relacionadas à fitoterapia, esta ciência é muito utilizada pelas populações tradicionais da região, que possuem um inestimável conhecimento acerca do uso destas plantas. Assim, quaisquer investigações acadêmicas que venham a ser realizadas devem impreterivelmente basear-se neste profundo saber local, muitas vezes herdado de longínquas gerações, estabelecendo com o mesmo uma relação pautada em princípios éticos. Ou seja, o amplo conhecimento acumulado de grupos sociais que fazem uso dessas plantas é a fonte essencial para a descoberta de princípios ativos, substâncias capazes de exercer uma ação sobre muitas doenças consideradas incuráveis.

A respeito dessa relação entre saberes diversos, é fato que o Brasil vem sendo alvo de um processo de usurpação do conhecimento tradicional que grupos étnicos e comunidades possuem das plantas medicinais. Esta ilegalidade, denominada como biopirataria, consiste no tráfico das plantas medicinais do país para o exterior, as quais retornam na forma de produtos patenteados, levando a população a arcar com os altos custos de *royalties*.

De acordo com o portal Ambiente Brasil (www.ambientebrasil.com.br/2007), o comércio de medicamentos fitoterápicos brasileiros movimentou cerca de US\$ 260 milhões de dólares ao ano. Dado a importância do tema, o Ibama criou, em 2001, o Núcleo de Plantas Medicinais e Aromáticas (NUPLAM), que visa conciliar pesquisa científica e conhecimento tradicional. Este núcleo propõe realizar, incentivar e divulgar a pesquisa voltada para o desenvolvimento de técnicas de cultivo e manejo que garantam a sustentabilidade econômica e ecológica do uso de plantas medicinais e aromáticas e a valorização dos conhecimentos e saberes populares.

Na região do Mosaico, destaque merece ser feito para o extrativismo da favela – colheita e secagem das vagens –, que consiste em uma atividade econômica e socialmente importante para as comunidades locais. Esta leguminosa na-

tiva do Cerrado, especialmente associada à vitamina C, é de grande interesse para a indústria farmacêutica devido à presença da rutina - substância bioflavonóide que desempenha função na normalização da resistência e permeabilidade das paredes dos vasos capilares. Praticamente toda a produção é comprada pela indústria farmacêutica alemã Merck, que detém a tecnologia de industrialização desta substância.

Outro exemplo de extrativismo para fins fitoterápicos ocorre na Reserva Indígena dos Xacriabás, na qual vem sendo desenvolvido um projeto com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de recuperação da cultura local baseada nos costumes destes índios com o uso da medicina natural do Cerrado. Já no entorno do Parque Estadual Veredas do Peruáçu, os moradores dominam a técnica de extração de insulina da lobeira para sua utilização nos casos de diabetes, além da exploração de outros frutos para uso caseiro. Várias outras menções podem ser feitas a respeito de utilizações diversas bastante difundidas em toda a região: o buriti, curtido em vinho doce, para problemas reumáticos; o barbatimão, usado externamente como excelente cicatrizante (sendo o chá da entrecasca utilizado para problemas intestinais); o fruto da cagaita contra prisão de ventre, o chá da folha como anti-dientérico, e o da casca como regulador menstrual; o chá da raiz e casca do grão de galo como vermífugo e anti-dientérico; a resina aquecida do jatobá como expectorante, dentre outros. Além disso, é costume curtir vários frutos, raízes, cascas e outros subprodutos em aguardente para o consumo em doses.

Algumas instituições já desenvolvem trabalhos relativos ao uso da flora do Cerrado para fins medicinais, tais como a Articulação Pacari-Plantas Medicinais do Cerrado de Belo Horizonte, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas, e o Hospital de Medicina Alternativa (HMA) de Goiânia, GO. Futuramente, deve-se buscar a realização de intercâmbio com estas e outras instituições para o desenvolvimento e fortalecimento da fitoterapia na região do Mosaico. Prova de que este tema vem ganhando foco atualmente é o crescente incentivo do governo federal a programas relacionados ao uso das plantas medicinais. Exemplo maior foi a aprovação do Decreto 5.813/06, que instituiu a política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos.

6.1.4. Práticas de manejo

Apesar da crescente exploração dos frutos do Cerrado, não se verifica o desenvolvimento de estudos ecológicos que avaliem o impacto da extração sobre as populações naturais das espécies envolvidas. Esta carência pode, inclusive, comprometer a sustentabilidade dessas atividades extrativistas, já que nenhuma fonte, por mais abundante que pareça, pode ser explorada em sua totalidade. Todo recurso encontrado em determinada área deve ser compartilhado com a fauna nativa local. Além disso, parte dos frutos, principalmente os mais saudáveis, precisa ser deixado no local para promover a reposição das plantas que morrem ou são predadas. Diferentes espécies devem ter manejos distintos, que podem variar de ano para ano. A coleta dos frutos deve ser feita garantindo a reprodução natural e alimentação para a fauna.

Além disso, conforme citado acima, recomenda-se a utilização de pastagens em desuso e áreas de Reserva Legal (RL) e de Área de Preservação Permanente (APP) de propriedades particulares constantes do Mosaico que necessitem de recuperação, para plantios de enriquecimento com espécies do Cerrado com potencial extrativista. Nas áreas sugeridas, é possível realizar plantios mistos de espécies nativas frutíferas e não frutíferas de acordo com a existência natural das plantas no local. Em pomares domésticos (quintais), pode-se ainda estimular o cultivo de plantas baseado no sistema agroflorestal e na permacultura, e também o plantio de faixas de vegetação nativa do Cerrado com potencial extrativista em áreas de cultivo e de pastagens.

As técnicas adotadas para o extrativismo buscam ainda incentivar o abandono do uso do fogo (ação presente em toda a região do Mosaico), que visa a renovação de pastagens e rebrota da vegetação natural. Determinadas áreas são queimadas praticamente todo ano, e é sabido dos grandes prejuízos ocasionados por esta prática que compromete a produção de frutos. A seguir, são sugeridas algumas maneiras de extração dos recursos buscando minimizar os impactos nas plantas.

A maioria das espécies nativas estudadas tem sido adaptada aos solos pobres em nutrientes típicos do Cerrado, possuindo grande potencial de resposta às técnicas básicas de manejo. Algumas ações de manejo poderão ser implementadas visando efetivar o extrativismo de forma sustentável, tais como: o aprimoramento de técnicas de controle da prática do fogo, da capina e poda seletivas; plantios de sementes e mudas em locais necessários de recuperação; controle do pastoreio em áreas de recuperação e de produção de frutos; adensamento controlado pelo plantio de mudas, dentre outras. Essas técnicas simples permitem enriquecer o potencial produtivo de áreas manejadas extensivamente para fins comerciais (pastagens, medicinais, frutas, florestas e reservas). Servem, também, ao enriquecimento ou recuperação de ambientes, bem como ao manejo integrado de pragas e práticas de conservação de solo e água.

A seguir são descritas, em linhas gerais, algumas características de práticas de manejo sustentável e propostas associadas:

- **Manejo da Reserva Legal:** Utilizar as áreas de reserva legal das propriedades para a extração sustentável dos frutos. Nas propriedades que não as possuem, apoio deverá ser prestado junto aos proprietários para que os mesmos demarcuem e constituam suas reservas com vistas ao extrativismo. A recuperação e revegetação das áreas devem ser realizadas considerando a existência das plantas nos seus respectivos locais;
- **Recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente:** Recompôr e recuperar essas áreas buscando utilizar plantas do Cerrado com potencial extrativista. Deve-se priorizar a recuperação de áreas de nascentes e de mata ciliar, assim como áreas degradadas pela erosão;
- **Plantios de faixas de Cerrado entre áreas de cultivo:** O manejo de faixas de vegetação nativa já existente e a

constituição das mesmas, quando inexistente, entre as áreas de agricultura e de pastagem (por exemplo, com dimensões que podem variar entre 2 e 20 m de largura e comprimento a critério do produtor e distanciadas 50 a 200m umas das outras), permitem o adensamento produtivo, onde merecem especial atenção as frutíferas e as plantas com floradas abundantes, com possibilidade de servir como abrigo para predadores naturais de pragas agrícolas, além de funcionar como agente minimizador da erosão;

- **Sistemas Agroflorestais (SAFs):** Os consórcios temporários e permanentes com múltiplos usos são a base dos sistemas agroflorestais, de produção intensiva, semi-intensiva ou extensiva. Em virtude de espécies florestais e outras culturas perenes apresentarem longo período para colheita (madeira ou frutos), bem como pelo crescimento inicial lento em relação às culturas anuais/bianuais. Os SAFs estabelecem estratégias para a conservação do solo e o uso múltiplo da área para longos períodos. Resultam na implantação de culturas perenes em consórcio permanentes, com espécies madeireiras, frutíferas, melíferas, produtoras de látex, resinas e/ou essências florestais. Poucas experiências desse tipo existem na região do Cerrado, mas a pesquisa e a extensão agrícola têm contribuído para estas técnicas cheguem ao homem do campo. O CAA poderá dar um suporte para o desenvolvimento desta técnica na região do Mosaico, já que o mesmo vem trabalhando há mais tempo com os sistemas agroflorestais;
- **Permacultura:** É uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com idéias inovadoras. Unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporciona o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. Adota técnicas e princípios da Ecologia, tecnologias apropriadas, agricultura sustentável, associadas à sabedoria de anciões, indígenas e populações tradicionais, mas está baseada principalmente na observação direta da natureza do lugar. Adapta-se a transições lentas ou rápidas. Pode-se começar lentamente, utilizando uma pequena parcela de terra e os recursos disponíveis localmente, ou transformar toda a propriedade, de uma só vez, de acordo com suas condições financeiras e a quantidade de ajuda com que se conta. As plantações (roçado, jardim, pomar, floresta) devem ser cultivadas de modo que haja um perfeito aproveitamento da água e do sol. São utilizadas associações particulares de árvores, perenes e não-perenes, arbustos e ervas rasteiras que se nutrem e se protegem mutuamente. Criar um ambiente apropriado à permacultura é um processo longo e gradual, mas também podem ser utilizadas técnicas de aceleração. Intercâmbios com instituições tais como o Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente (IPOEMA), situado em Brasília, e o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC), de Pirinópolis (GO), poderão ser realizados para o desenvolvimento da permacultura no Mosaico.

- **Controle biológico de pragas e doenças:** É importante salientar que o manejo intensivo de frutíferas nativas deve ser feito com todos os cuidados em relação a pragas e doenças. Grande atenção deve ser dada às moscas das frutas (especialmente dos gêneros *Anastephra* e *Ceratitis*), que são importantes pragas de várias culturas em todo o mundo. Dezenas de plantas nativas são hospedeiras naturais desses insetos-praga. Por outro lado, a existência já comprovada de inimigos naturais interessa a todo o setor agrícola, como componentes de novos métodos integrados de controle de pragas. Em várias fruteiras – araticunzeiro, cajuzeiro, goiabeira, gravioleira, jatobazeiro, jenipapeiro, dentre outras – são detectadas danos freqüentes associados a diversos insetos, tais como brocas (de fruto, semente e caule), percevejos e lagartas.

6.1.4.1. Sugestões de regulação dos recursos a serem explorados

- Frutos** - Sugere-se coletar, no máximo, a metade dos frutos presente em cada indivíduo. Por exemplo, se uma árvore tem dois cachos com frutos, coletar apenas um. Havendo dois cachos, pode-se também coletar a metade de cada um. Havendo somente um cacho, a metade apenas pode ser coletada. Com referência à favela, algumas dicas são: colher somente a fava verde e fina, deixando as maduras; evitar colher fava muito pequena; não cortar os galhos com foice ou faca e utilizar sempre a ferramenta apropriada (podão). Em relação ao buriti, sugere colher somente em indivíduos adultos, evitando o comprometimento de indivíduos jovens;
- Folhas** - Limitar a retirada a, no máximo, 50% das folhas por indivíduo. É de fundamental importância não destruir ou eliminar a gema apical (“olho” ou “ponteiro”), por se tratar do meristema apical da planta, responsável pelo seu crescimento em altura;
- Coleta de plantas medicinais e ornamentais** - A coleta de plantas medicinais pode ser sustentável ou não, dependendo de como a exploração do recurso é feita. Em se tratando de coleta de raízes, implica necessariamente na morte da planta. Já a coleta de folhas e/ou cascas pode ocorrer sem causar danos permanentes às plantas. Em qualquer caso, o princípio que deve nortear estas coletas é o da sustentabilidade em longo prazo. Deve-se realizar a coleta de maneira aleatória por toda a área – e não apenas naquelas de mais fácil acesso –, e nunca mais de 10% das folhas e cascas. Um calendário de coleta deverá ser elaborado, no sentido de coletar em todas as áreas, de modo que todas elas possam passar por períodos de “repouso” (nos quais não ocorrem coletas). A coleta de raízes deve ocorrer no máximo em anos alternados na mesma comunidade vegetal;
- Coleta de sementes** - A coleta de sementes para usos diversos como o artesanato ou para plantio, replantio ou adensamento deve também obedecer aos critérios anteriormente discutidos. Isto é, nunca explorar todo o

recurso disponível. Parte das sementes deve ser deixada na planta mãe ou em suas imediações para atender aos processos de recrutamento, predação e outros processos ecológicos.

6.1.5. Dificuldades do Sistema Extrativista

Alguns empecilhos relacionados à falta de apoio às comunidades dificultam o desenvolvimento do extrativismo. Os produtores da região do Mosaico carecem principalmente de oportunidades de acesso a conhecimentos sobre técnicas, processos, instrumentos e estrutura apropriada e sustentável para a coleta e beneficiamento dos frutos e seus derivados. Outros aspectos dizem respeito aos problemas de escoamento dos produtos, super-exploração de áreas, falta de estudos para a domesticação de frutos, e dificuldade de estrutura organizacional por parte dos extrativistas (os quais, muitas vezes, têm de utilizar terras de terceiros).

Em um âmbito mais geral, menciona-se também como obstáculo o hábito de consumo alimentar da população mais ampla, nem sempre aberta – ao menos de imediato – à apreciação de frutos nativos não industrializados. Devido à falta de mercado e principalmente à carência de estudos, o cultivo das plantas do Cerrado em larga escala ainda não é recomendado. Para a concretização do fato, seria recomendável a materialização de resultados de pesquisas relacionados à domesticação de espécies frutíferas, os quais levariam em torno de 12 a 15 anos para serem obtidos, delonga que gera certo desinteresse por parte do meio acadêmico e científico.

Em uma experiência de extrativismo, semelhante à do projeto do Mosaico, desenvolvida na região do Vale do Rio Urucuia, são citadas as dificuldades encontradas na adoção de práticas de manejo sustentável, conforme apontadas no Plano de Aproveitamento Sustentável dos Produtos do Cerrado (Funatura/Sebrae, 2006). São elas:

- Competição em condições desiguais com produtos obtidos de forma ilegal;
- Desconhecimento com relação à legislação ambiental;
- Falta de orientação e assistência técnicas que embasem as práticas sustentáveis (as quais, quando existentes, são de difícil acesso aos produtores, restringindo-se aos meios acadêmicos);
- Lentidão das agências ambientais em relação ao licenciamento e outras exigências legais;
- Falta de regularização fundiária;
- Dificuldade de acesso ao mercado;
- Isolamento e dispersão dos produtores, provocando dependência de intermediários e restrição de mercados;
- Dificuldade do produtor em gerenciar o seu próprio negócio;
- Falta de crédito e/ou incentivos fiscais para as atividades do extrativismo.

Citados esses fatores limitantes, surgem uma série de dúvidas que devem ser consideradas na elaboração e implementação de um plano para o extrativismo sustentável.

- Quais ações poderiam ser desenvolvidas para dar maior visibilidade aos produtos oriundos do extrativismo;
- O que fazer para que estes produtos tornem-se conhecidos e sejam consumidos não somente pelas pessoas da região, mas em outras partes do nosso país e até mesmo no exterior;
- Como organizar os processos específicos de produção e comercialização;
- Como adequar o processo de produção da cadeia extrativista à legislação pertinente;
- Como resolver a questão da exploração dos frutos do Cerrado em terras particulares;
- Como estimular a realização de estudos relativos à exploração dos frutos na região do Mosaico;
- Como estimular os governantes a desenvolverem programas de apoio ao desenvolvimento do extrativismo;

6.1.6. Comercialização

Na região do Mosaico, já existem algumas iniciativas de exploração dos recursos vegetais do Cerrado, cuja comercialização *in natura* é destinada basicamente ao consumo alimentar e uso na fitoterapia, além de servir à confecção de artesanato.

A Cooperativa Agrosilviextrativista Sertão Veredas (COOP – Sertão Veredas), por exemplo, atuante na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, desenvolve um trabalho relativo ao extrativismo há três anos. Neste pouco tempo de atuação, vários produtos, como o pequi, a favela, o coquinho azedo e o buriti, vêm sendo beneficiados e preparados para comercialização, porém encontrando dificuldades de escoamento. Já o Projeto Pandeiros, iniciado em 2005, está desenvolvendo importante trabalho na região da APA Pandeiros, inclusive com a construção do Centro Comunitário Extrativismo e Artesanato do Cerrado (CCEAC). Através deste projeto, foram escoadas, no ano de 2006, três toneladas e meia de polpa de pequi ao preço de R\$ 3,50 o quilo para a Empresa Frutos do Cerrado de Japonvar (empresa que também estabelece relações comerciais com as comunidades do entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari).

Para um maior incremento da comercialização, torna-se importante, conforme anteriormente mencionado, o apoio ao desenvolvimento de estudos relativos à domesticação das fruteiras nativas do Cerrado para que possam ser cultivadas em lavouras comerciais. Dessa forma, evita-se o extrativismo predatório, ao mesmo tempo em que se conservam as espécies em seu habitat natural, evitando riscos de sua extinção. Estudos e projetos subseqüentes devem visar principalmente:

- Melhorias no sistema de comercialização no mercado local e regional;
- Agregação de valor aos produtos no local de produção e descentralização do processo produtivo incentivando o processamento local através de usinas de beneficiamento de produtos;

- Desenvolvimento de novos mercados para os produtos existentes e para os novos produtos;
- Apoio as ações de organizações associativas e cooperativistas, visando eliminar os intermediários e atravessadores;
- Incentivo a uma estratégia de marketing bem direcionada, como, por exemplo, a criação de rótulos ambientais de produção.

6.1.7. Parceiros

São diversas as entidades/instituições que atuam na região do Mosaico: organizações governamentais e não governamentais, universidades, empresas privadas, associações de moradores, dentre outras. No entanto, a inserção das mesmas, na maioria das vezes, é dada de forma isolada, havendo forte necessidade de maior integração. Devem-se considerar algumas experiências que obtiveram êxito no trabalho com o extrativismo, tais como a Associação dos Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado (Benfruc) do município de Damianópolis, GO, a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais (Cooper-jap) de Japonvar, MG, e a Cooperativa Grande Sertão, em Montes Claros, MG.

O Mosaico dispõe de um Conselho Consultivo composto por membros de órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada. Esses membros podem contribuir significativamente na implementação do projeto, e muitas parcerias poderão ser estabelecidas a partir daí. No quadro 6, são listados os principais parceiros que já atuam nas unidades de conservação do Mosaico:

Para o pleno desenvolvimento do extrativismo, prevê-se a manutenção e fortalecimento de parcerias já existentes e o estabelecimento de novas parcerias para atividades diversas, conforme indicado abaixo:

- Prefeituras municipais da região do MSVP (apoio ao extrativismo e ao artesanato);
- Emater/MG (extensão rural junto aos extrativistas);
- Instituto do Desenvolvimento do Nordeste, Banco do Nordeste, e Secretaria Especial do Governo Estadual para o Norte de Minas e Jequitinhonha (apoio e financiamento de projetos extrativistas);
- Universidade de Montes Claros, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais, Ceiva e CEFET de Januária (desenvolvimento de pesquisas e projetos relacionados ao extrativismo);
- Companhia Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) (implementação de projetos relacionados ao extrativismo e apoio a projetos de recuperação dos afluentes do Rio São Francisco na região do Mosaico);
- Centro de Agricultura Alternativa (CAA) de Montes Claros e Cooperativa Grande Sertão (intercâmbio de informações e escoamento da produção extrativista);
- Cooperativas extrativistas já existentes na região, tais como a Cooperativa de Japonvar/MG e Damianópolis/GO (intercâmbio de experiências e relações comerciais);

- INCRA (desenvolvimento de projetos extrativistas nos assentamentos de Rio dos Bois e São Francisco-Gentio, ambos no entorno do PARNA Grande Sertão Veredas, e Japuré, no entorno Parque Estadual da Mata Seca);
- Escolas Estaduais e Secretarias Municipais de Educação (desenvolvimento de ações relacionadas à educação ambiental).

Um adendo vale ser feito com relação à parceria do governo de Minas Gerais, estabelecida com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), relacionada ao Zoneamento Ecológico Econômico¹ (ZEE) de Minas Gerais que esta instituição está realizando. Esse ZEE é, por sua vez, base importante para elaboração e execução do DTBC.

6.1.8. Comunidades Prioritárias para o Extrativismo

Foram estabelecidas, junto com os gestores das unidades de conservação, comunidades prioritárias para se trabalhar inicialmente as propostas deste projeto. Ante a impossibilidade de se atuar com um número maior, a seleção se deu tendo em mente que as não contempladas neste momento serão beneficiadas futuramente, a partir da troca de experiências com aquelas nas quais se deu a interação direta. Ou seja, as comunidades trabalhadas pelo projeto, consideradas representativas da região, serão multiplicadoras de conhecimentos e práticas. Prevê-se, ao longo do processo, o desenvolvimento de ao menos uma ação (dentre as descritas no item

QUADRO 6: Principais parceiros atuando nas Unidades de Conservação do Mosaico

Categoria	Unidade Conservação	Principais Parceiros
Proteção Integral	Parna Grande Sertão Veredas	FUNATURA, Prefeitura de Chapada Gaúcha, Formoso e Cocos, IEF, Emater, Agência de Desenvolvimento Local (ADISC), Escolas do município, Agência de Desenvolvimento Integral e Sustentável do Vale do Rio Urucuia - ADISVRU, Fazenda Trijunção, Biotrópicos.
	Parna Cavernas do Peruaçu	Escritório Regional Alto Médio São Francisco – IEF Januária, Parque Estadual da Mata Seca, Prefeituras de São João das Missões e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Vale do Peruaçu, CEFET de Januária, Ceiva, ESPELEOGEO (Grupo de Espeleologia de Itacarambi-MG) .
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	Prefeitura de Cônego Marinho, Fazenda J. Alves, Agropecuária Letícia, IBAMA, UFMG, Unimontes, CEFET Januária e Ceiva.
	Parque Estadual Serra das Araras	Prefeitura de Chapada Gaúcha, Empresa Maderita, Usina Caeté.
	Parque Estadual da Mata Seca	Unimontes, Universidade Federal de Lavras-MG, Universidade do Canadá, Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Selvagem, IBAMA Peruaçu.
	Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros	Unimontes, UFMG, Centrais Elétricas de Minas Gerais, Associação dos Moradores Unidos do Pandeiros.
Uso Sustentável	APA Estadual do Pandeiros	Unimontes, UFMG, Associação Moradores Unidos do Pandeiros, Associação dos Produtores Florestais (APIFLOR), Associação Siderúrgicas Florestais (ASIFLOR).
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	Unimontes, UFMG, APIFLOR, ASIFLOR.
	APA Cavernas do Peruaçu	Escritório Regional Alto Médio São Francisco-IEF Januária, Prefeituras de São João das Missões e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Vale do Peruaçu, CEFET de Januária, Ceiva, ESPELEOGEO.
	RDS Veredas do Acari	Empresa Maderita, Prefeitura de Chapada Gaúcha, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Urucuia (ADISVRU), Cáritas de Januária.
	RPPN do Porto Cajueiro	Usina Coruripe, IEF de Januária.
	RPPN Veredas do Pacari	FUNATURA, Prefeitura de Chapada Gaúcha e IBAMA.
	RPPN da Arara Vermelha	FUNATURA, Prefeitura de Chapada Gaúcha e IBAMA.
Área legalmente protegida	Reserva Indígena dos Xacriabás	Emater, Prefeitura de São João das Missões, IEF, Cáritas de Januária, IBAMA, UFMG, FNMA, Centro de Agricultura Alternativa, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

¹ De acordo com o artigo 2º do decreto 4.297 de 10 de julho de 2002, o ZEE é um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas de proteção ambiental destinadas a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

7.1) em cada comunidade-foco. No quadro 7 são listadas as comunidades escolhidas (duas para cada área protegida, com exceção do Parna Grande Sertão Veredas, que contará com três comunidades):

QUADRO 7: Comunidades a serem atendidas no projeto extrativista do Mosaico

Categoria	Unidade de Conservação	Comunidades a serem atendidas
Proteção Integral	Parna Grande Sertão Veredas	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Assentamento Rural São Francisco Projeto Assentamento Rio dos Bois Ribeirão de Areia
	Parna Cavernas do Peruaçu	<ul style="list-style-type: none"> Comunidade do Fabião I Comunidade Vargem Grande
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	<ul style="list-style-type: none"> Veredas dos Cocos Vereda Grande I
	Parque Estadual Serra das Araras	<ul style="list-style-type: none"> Corredor Ecológico dos Buracos Comunidade do Barro Vermelho Comunidade da Serra das Araras
	Parque Estadual da Mata Seca	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Assentamento Japuré Comunidade Coqueiro/São Bernardo
	Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros	<ul style="list-style-type: none"> Vila de Pandeiros Comunidade dos Campos
Uso Sustentável	APA Estadual do Pandeiros	<ul style="list-style-type: none"> Vila de Pandeiros Comunidade dos Campos
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	<ul style="list-style-type: none"> Comunidade Retiro dos Bois Comunidade do Gibão
	APA Cavernas do Peruaçu	<ul style="list-style-type: none"> Fabião I Comunidade Vargem Grande
	R.D.S Veredas do Acari	<ul style="list-style-type: none"> Comunidade do Pequi Comunidade Vereda da Aldeia
	RPPN do Porto Cajueiro	<ul style="list-style-type: none"> Moradores do interior da UC Comunidade Porto Cajueiro
	RPPN Veredas do Pacari	<ul style="list-style-type: none"> Mesmas do PARNA GSV
Área legalmente protegida	RPPN da Arara Vermelha	<ul style="list-style-type: none"> Mesmas do PARNA GSV
	Reserva Indígena dos Xacriabás	<ul style="list-style-type: none"> Comunidade do Barreiro Comunidade do Sumaré

6.1.9. Planos de Manejo das Unidades de Conservação

O SNUC define o Plano de Manejo como “um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. No artigo 27, essa lei prescreve que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo que abranja sua área, zona de amortecimento e corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à

vida econômica e social das comunidades vizinhas. Por sua vez, o artigo 28, parágrafo único, proíbe nas UCs “quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos”. Já o artigo 25 determina que as unidades, exceto APAs e RPPNs, “devem possuir zona de amortecimento”. No artigo 2º inciso XVIII, é definido como zona de amortecimento “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos sobre a unidade”.

Das catorze unidades de conservação contempladas pelo Mosaico, quatro possuem planos de manejo já devidamente aprovados: Parque Nacional Grande Sertão Veredas; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Parque Estadual da Serra das Araras e a RPPN Porto Cajueiro; e em duas os planos estão sendo analisados: RPPN Veredas do Pacari e Arara Vermelha.

A seguir, são apresentadas algumas ações previstas nas zonas de amortecimento dos planos de manejo existentes que têm alguma relação com a atividade do extrativismo sustentável (não são considerados os planos das RPPNs porque, de acordo com o SNUC, não está prevista a exploração extrativista no seu interior e tampouco existe zona de amortecimento para este tipo de unidade).

6.1.9.1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Resultados esperados do Subprograma de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento: produção extrativa vegetal sendo realizada de forma sustentável e agregando renda aos pequenos produtores; pessoas da região melhor capacitadas para desenvolverem atividades relacionadas com produção agropecuária em bases sustentáveis, agroextrativismo, ecoturismo, artesanato, dentre outros; parcerias interinstitucionais atuando em programas alternativos de desenvolvimento.

Indicadores do Subprograma: maior produção/utilização de produtos regionais de forma adequada, tais como: artesanato, culinária regional, essências medicinais, produtos agroecológicos, dentre outros.

Atividades e normas: promover ações que visem a melhoria do ambiente ecológico e das populações do entorno do Parque em bases sustentáveis.

No Subprograma de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento é apontado como objetivo “levar às populações vizinhas conhecimento sobre a utilização sustentada dos recursos principalmente em direção às áreas que tenham relação direta com a Unidade”. Alguns resultados esperados são: a produção extrativa vegetal realizada de forma sustentável e agregando renda aos pequenos produtores; a capacitação dos agentes para desenvolverem atividades relacionadas à produção agropecuária em bases sustentáveis; agroextrativismo, ecoturismo, artesanato e parcerias interinstitucionais atuando em programas alternativos de desenvolvimento.

No item “atividades e normas” deste subprograma, é sugerido o estímulo à:

- adoção de sistemas agroflorestais e permacultura (plantios de árvores de espécies nativas de interesse econômico intercaladas aos plantios) nas áreas de produção agrícola;
- adoção, por parte dos pequenos produtores do entorno, da prática de agricultura orgânica e/ou alternativa;
- realização de parcerias com entidades que possuam experiências com agroecologia, tais como o CAA, a Associação de Agricultura Ecológica (AGE) de Brasília, dentre outras, para intercâmbio de experiências;
- agregação de valor através de agroindústrias, beneficiamento, artesanato, etc.;
- elaboração de projetos para agroindústrias (beneficiamento de frutos de pequi, buriti, dentre outros), visando buscar doações de recursos e/ou financiamento através de algumas linhas de crédito de agências financiadoras;
- agregação de valor à palha do coco-cabeçudo através da produção de vassouras; ao artesanato regional, proporcionando a capacitação/reciclagem de pessoas das comunidades locais que já trabalham ou que queiram trabalhar para melhoria dos produtos de origem extrativa e artesanal a serem comercializados;
- criação de condições de melhor comercialização destes produtos, junto a visitantes ou mercados específicos;
- realização de estudos de viabilidade para exploração dos recursos, visando identificar seu estoque e verificar o limite de exploração sustentável;
- realização de acordos com entidades afins para viabilizar essas atividades; ao fortalecimento do associativismo, especialmente junto aos pequenos produtores, através da criação de associações de pequenos produtores em algumas comunidades do entorno do Parque.

6.1.9.2. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

Objetivos específicos da Zona de Amortecimento: incorporar as comunidades às atividades de preservação e conservação da UC; promover o uso sustentável do solo, social, econômica e ambientalmente; normatizar o uso e ocupação do solo no entorno do Parque.

Normas da Zona de Amortecimento: as comunidades residentes na Zona de Amortecimento deverão ser inseridas nas atividades de educação ambiental, integração e alternativas de desenvolvimento previstas no Plano de Manejo; deverá ser implantado um Programa de Extensão Rural para os moradores desta Zona, visando a difusão de práticas corretas de utilização e conservação dos recursos naturais; o IBAMA deverá definir a localização das Reservas Legais das propriedades que fazem limite com o PNCP, situando-as preferencialmente em área contíguas ao Parque.

Programa Temático: Alternativas de Desenvolvimento e Integração Externa

- Apoiar os municípios na elaboração de planos de desenvolvimento rural sustentável;
- Fomentar projetos agrícolas ambientalmente sustentáveis (por exemplo: sistemas agroflorestais, agricultura orgânica);
- Contatar escolas técnicas e universidades locais e da região para a montagem de projeto piloto;
- Difundir práticas agrícolas ambientalmente saudáveis, inclusive com a incorporação de produtos da biodiversidade nativa;
- Estimular o desenvolvimento de técnicas para agregar valor aos produtos derivados do extrativismo na ZA;
- Implantar um sistema de certificação de produtos obtidos de modo compatível com as diretrizes da ZA – selo verde do PNCP/região, contando com parcerias entre a EMATER, IEF, SEBRAE, SESC, entre outras instituições;
- Implementar no programa de educação ambiental as ações destinadas às comunidades da ZA;
- Integrar o Parque com a comunidade através de cursos, palestras, elaboração e distribuição de cartilhas e visitas às suas residências e escolas;
- Incentivar a capacitação de pessoas para a atuação nas atividades de educação e interpretação ambientais do PNCP e como multiplicadores das informações;
- Promover e incentivar a capacitação de professores;
- Promover ações gerais de educação ambiental nas escolas da região;
- Inserir elementos da fauna regional nas atividades de educação ambiental com as comunidades do entorno;
- Trabalhar com agentes comunitários como multiplicadores das informações;
- Buscar parceiros para a implementação do programa de educação ambiental;
- Criar um Grupo de Trabalho (IBAMA, MMA, ONG, INCRA, FUNAI, Prefeitura, universidades, entre outras instituições) com vistas à implantação de programas para a formação/revitalização de corredores ecológicos;
- Para a integração externa, fomentar e apoiar iniciativas de convênios de cooperação técnica, voltados à preservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades;

Práticas silviculturais: Serão incentivados o estabelecimento de projetos agrosilvopastoris e também de extrativismo vegetal com base no aproveitamento de produtos e subprodutos do Cerrado, tais como frutos, fibras etc., considerando que os mesmos devem ser submetidos à aprovação pelo IBAMA.

- Apoiar a realização de cursos específicos para montagem de associações como: artesanato, sistema de gestão, culinária e primeiros socorros;
- Apoiar a realização de eventos para venda de produtos e divulgação de informações;
- Fomentar a formação de organizações da comunidade para desenvolver projetos no entorno do PNCP;
- O envolvimento da população local deve estar associado a um processo de capacitação e treinamento para que a mesma possa atender às novas demandas que irão surgindo no decorrer da implantação do Plano de Manejo;
- As atividades a serem desenvolvidas no entorno do PNCP devem ser compatíveis com o Plano de Manejo e com a proteção dos seus recursos naturais;

- Os cursos de capacitação e treinamento deverão ser desenvolvidos conjuntamente pela administração da UC;
- Deverão ser registrados todos novos projetos criados.

6.1.9.3. Parque Estadual da Serra das Araras

Resultados esperados do Subprograma de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento: número crescente de moradores locais trabalhando com as atividades em bases sustentáveis; pessoas da região melhor capacitadas para desenvolverem atividades relacionadas com a produção agropecuária em bases sustentáveis, agroextrativismo, ecoturismo, artesanato, dentre outras; parcerias interinstitucionais atuando em programas alternativos de desenvolvimento.

Indicadores do Subprograma: maior produção/utilização de produtos regionais de forma adequada, tais como: artesanato, culinária regional, essências medicinais, produtos agroecológicos, dentre outros.

Atividades e normas do Subprograma: promover ações que visem a melhoria do ambiente ecológico e as populações do entorno do PESA.

6.2. Turismo Ecocultural

6.2.1. Turismo Ecocultural na Região do Sertão

Turismo ecocultural é um segmento do produto turístico composto dos elementos natureza e cultura na sua formação, buscando atrair turistas interessados em comprar os serviços que lhes permitam contemplar, conviver, usufruir, aprender e intercambiar com os patrimônios naturais² e culturais³ visitados.

Esse mercado é formado por pessoas e grupos que deferem um especial apreço ao convívio com a natureza e com culturas tradicionais, ou diferenciadas, ou singulares, como é o caso do Sertão e das comunidades presentes no território do mosaico. Oportunamente, terá que ser objeto de estudos específicos que permitam que seja tecnicamente tratado, com vista à venda dos produtos que vierem a ser formatados – pesquisa de mercados emissores.

2 **Patrimônio Natural** – especificamente para a Região do Sertão “é aquele que contém significativas amostras do Cerrado e transição para a Caatinga, entre elas o Carrasco, nas quais incidem fauna, flora, cursos d’água e morfologia diferenciados, capazes de, por si ou conjugadamente, atrair a vontade de determinados indivíduos, grupos ou segmentos de mercado conhecê-lo”. (FUNATURA, 2006).

3 **Patrimônio Cultural** - especificamente para o modo de produção do Sertão “são as diversas formas pelas quais as intervenções humanas incidem na produção da sobrevivência e na geração de riquezas será objeto de particular abordagem, no mesmo plano das manifestações artísticas e culturais, como usualmente denominadas...As diferentes culturas de uso do solo e dos demais recursos naturais no Sertão ganham particular importância, na exata medida em que ali o conflito entre o sustentável e o convencional se faz gritante e patente. Enquanto comunidades tradicionais alcançam certa harmonia com o ambiente que as envolve, economias emergentes promovem um movimento de degradação da vida nos ecossistemas presentes”. (FUNATURA-2006).

Conforme previsto no artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁴, foram destacadas três idéias norteadoras para elaboração do Turismo Ecocultural do Plano de DTBC, primeiro: **compartilhar a presença da biodiversidade** - considerando-se que esta é um direito de todos e não está restrita às áreas de proteção ambiental legal, além do que tais áreas, ao serem instituídas, têm como propósito garantir o bem-estar coletivo demandando constante negociação e compreensão mútua entre os atores sociais envolvidos; segundo: **valorização da sociobiodiversidade** - posto que adotamos o entendimento de que a diversidade biológica é indissociável da diversidade cultural e que a valorização desses múltiplos aspectos de modo simultâneo é o caminho para um desenvolvimento de base conservacionista; e terceiro: **desenvolvimento sustentável no contexto regional** - desde que qualquer projeto de desenvolvimento sustentável que venha a se consolidar sob a nomenclatura de mosaico deve respeitar as particularidades locais, buscando agregar benefícios às formas sociais dos sujeitos envolvidos, estando esses sujeitos de acordo com as ações relacionadas ao respectivo projeto.

Dessa forma, no caso do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP), natureza e cultura devem ser pensadas juntas, tal qual proposto pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Cada elemento do patrimônio natural está intimamente relacionado a processos culturais de ocupação e uso dos recursos naturais.

Na região em questão, temos por um lado, as culturas sertanejas que são indelevelmente marcadas pelas condições de ambiente em que ocorrem, por outro lado, o ambiente da margem esquerda do Rio São Francisco, onde está localizado o MSVP, detém consideráveis níveis de conservação e está repleto de riquezas biológicas.

O sertanejo tem manejos adequados dos recursos naturais, seja ele ribeirinho, vazanteiro, chapadeiro, caatingueiro ou quilombola - e é altamente dependente e largo usuário de recursos locais *in natura*, para alimentação, lazer e produção artesanal, como mobiliário e utensílios domésticos, a exemplo de vassouras e esteiras produzidas por diferentes grupos e comunidades. Nesse sentido, faz-se necessário compreender largamente o termo cultura, não o restringindo às manifestações culturais religiosas, musicais e festivas.

Os modos pelos quais o sertanejo produz para a própria sobrevivência são singulares: pequenas lavouras dissimuladas na paisagem; silvopastoreio; extrativismo – plantas medicinais, alimentos, energia, matéria-prima de edificações, artefatos para a transformação de matéria-prima em derivados; artesanato utilitário; quintais com flora nativa mesclada com flora exótica e criatórios de animais domesticados, nativos e exóticos; domínio dos movimentos da natureza para

4 “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compartilhar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.” SNUC - Lei nº 9.985 de 18/07/2000. (grifos nossos).

definir períodos de plantio e colheita, e manejo de micro-ecossistemas, sobretudo solo e água. Tudo isso tendo como *locus* o cerrado, a caatinga e o carrasco, cada um com as suas variantes. Não há como separar tais incidências de uma compreensão de cultura, que, vista assim, é dotada de elevada atratividade, seja turística, agrônômica, antropológica, sociológica, etc.

6.2.2. Potencialidades do Turismo Ecocultural

6.2.2.1. Aspectos Gerais

O espaço físico de atuação, as realidades sócio-ambientais e as incidências políticas e administrativas existentes impõem ao Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do MSVP a necessidade imperiosa de pensar, democrática e participativamente, a respeito da sua exequibilidade. Até porque os processos predatórios do ambiente e da cultura presentes no que foi definido como território do mosaico avançam a uma velocidade supersônica, enquanto as vontades conservacionistas e a aplicação dos instrumentos preservacionistas avançam a passos lentos.

Percorrendo esses meandros, buscou-se desenvolver o Plano com ênfase na gestão integrada das Unidades de Conservação que formam o mosaico e tendo no vetor do turismo sustentável⁵, ao lado do extrativismo, uma abordagem mais consistente e superior do espaço rural. Desta forma, terão que ser objeto de intervenção, de saltos de qualidade, ou não serão alcançadas as dimensões que ensejam o desenvolvimento sustentável, que não comporta tratamentos fragmentários.

Muitos são os atrativos incidentes no território do Mosaico, porém esses não se constituem tecnicamente, ainda, em atrativos turísticos, porque há ausência quase que total de uma rede de equipamentos e serviços que permita que sejam visitados e carecem de uma infra-estrutura que lhes dê suporte para a operação.

Atualmente, o chamariz para os turistas tem sido os dois parques nacionais: Grande Sertão Veredas e Cavernas do Peruaçu. Ambos possuem planos de manejo elaborados e aprovados. Em segundo, vêm os parques estaduais, sendo que só o Parque Estadual da Serra das Araras possui plano de manejo. Três reservas particulares do patrimônio natural possuem plano de manejo, todavia ainda são pouco conhecidas. Os planos de manejo dessas unidades de conservação descrevem os potenciais atrativos, identificando as infra-estruturas necessárias para a visitação.

A melhor estratégia para o Mosaico será a consolidação dos atrativos naturais e culturais em roteiros, operacionalmente dimensionados e de tal forma a torná-los atrativos turísticos. Ao desenvolver roteiros turísticos em toda a região do Mosaico, estaremos desenvolvendo produtos turísticos

que, por sua vez, gerarão pequenos fluxos que irão clareando as demandas de equipamentos e serviços e de infra-estrutura e pressionando para que sejam implantados.

É importante ressaltar que o Mosaico possui um eixo central que é a estrada que liga a cidade de Formoso à cidade de Manga, passando por praticamente toda a extensão do Mosaico, para a qual está sendo proposta a sua caracterização como Estrada-Parque, a qual está sendo aqui denominada de Estrada Parque Guimarães Rosa. Esta caracterização vai ser de extrema importância na consolidação de roteiros turísticos já definidos e no desenvolvimento de novos.

Assim, o produto turístico ecocultural no Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu deverá ser formado contendo as unidades de conservação e seus entornos, os elementos urbanos e rurais, o elemento natural e o cultural, o tradicional e o novo, o literário e o real cotidiano, e assim sucessivamente, sem sonegar ao turista a possibilidade de interpretação ampla do que vem a ser o Sertão. Aqui é que podem estar contidos diferenciais de atratividade que serão determinantes na disputa por mercados compradores. Ao turista será oferecida a oportunidade de conhecer um processo humano singular, o sertanejo, incidindo em biomas singulares, ricos e ameaçados - o cerrado e a caatinga, perpassando atrativos turísticos naturais, culturais e eventos dispostos em roteiros que exhibirão, necessariamente, incidências e realidades contraditórias e contrastantes.

Devido à grande área abrangida e tendo a Estrada Parque Guimarães Rosa como eixo, dividiu-se o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu em três núcleos:

1. Núcleo Sertão Veredas - com sede na Chapada Gaúcha, abrangendo, ainda, parte dos municípios de Formoso, Arinos, Uruçuia e Cocos-BA;

2. Núcleo Pandeiros - com sede em Januária, abrangendo, ainda parte dos municípios de Bonito de Minas e Cônego Marinho;

3. Núcleo Peruaçu - com sede no Fabião, distrito de Januária, abrangendo ainda parte dos municípios de Itacarambi, São João das Missões e Manga.

6.2.2.2. Núcleo Sertão Veredas

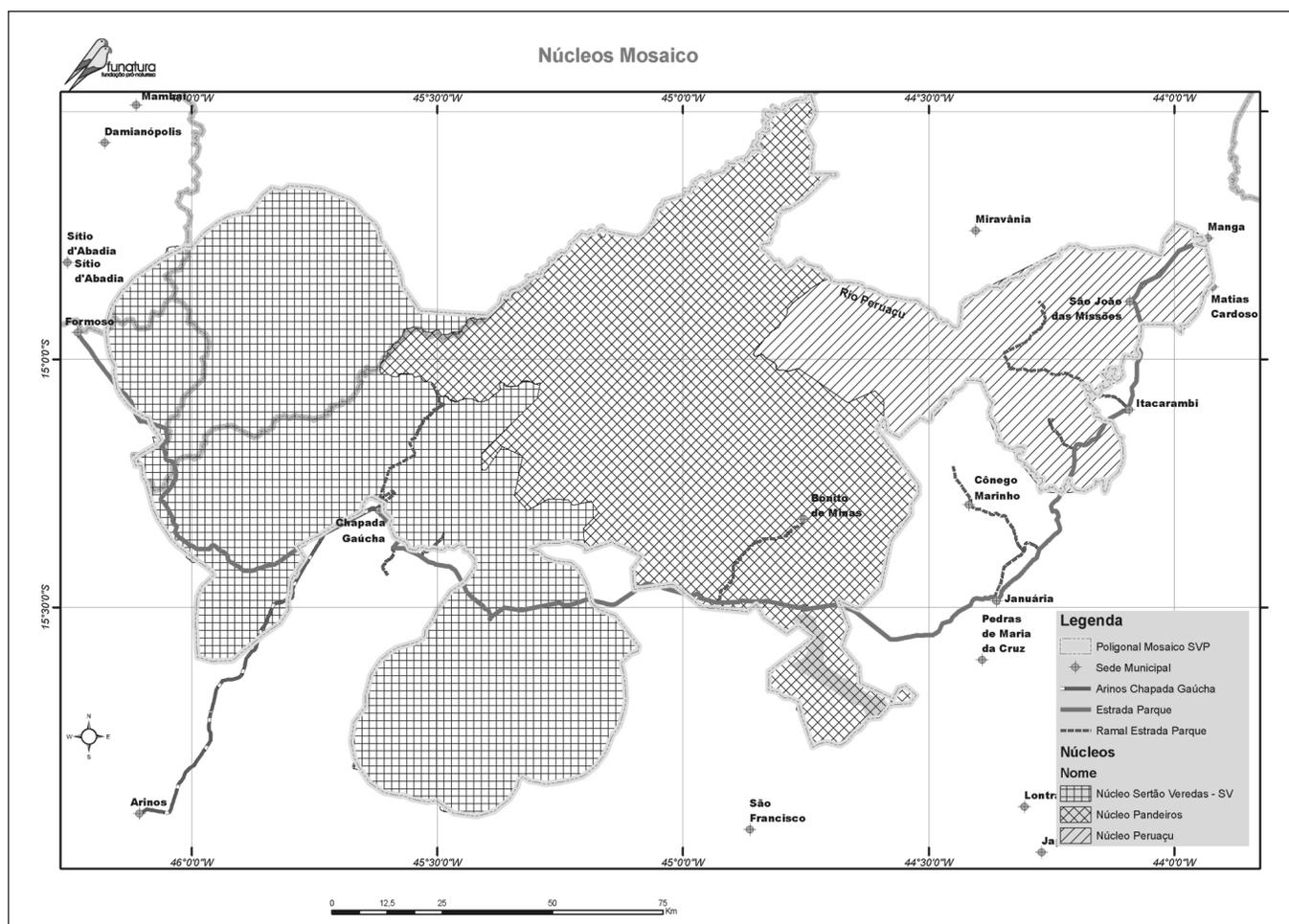
Este núcleo começa na cidade de Formoso, ponto inicial da Estrada Parque Guimarães Rosa e segue até o distrito de Serra das Araras, na divisa com a APA do Pandeiros, que coincide com a divisa dos Municípios da Chapada Gaúcha com Januária.

Conforme levantamentos já feitos na região (Planos de Manejo e outros Planos, Inventários, Roteiros Desenvolvidos⁶) e debates realizados nas Oficinas de Trabalho para a elaboração do presente Plano, os atrativos turísticos naturais mais representativos deste **Núcleo 1** estão no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no Parque Estadual da Serra das Araras, no Vão dos Buracos, na RDS Veredas do Acari e nas RPPNs Arara Vermelha e Veredas do Pacari. Entre os atrativos culturais, destacam-se aqueles encontrados nas

5 **Turismo Sustentável** – “é a atividade do turismo planejada e desenvolvida de forma a possibilitar a apropriação dos seus resultados por uma base social ampliada, propiciando, portanto, o desenvolvimento dos indivíduos, das comunidades e dos espaços – destinos sob perspectivas ambiental, econômica, social e cultural, com a máxima satisfação e segurança do turista, ou visitante”. (FUNATURA, 2006).

6 Vide Anexo

MAPA 8: Núcleos do Mosaico SVP



comunidades do Assentamento São Francisco, em Formoso, do Ribeirão de Areia, dos Buracos, do Buraquinho, do Barro Vermelho, do Rio dos Bois e da Serra das Araras, na Chapada Gaúcha.

De acordo com os documentos:

- a) Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MMA, FUNATURA, 2003);
- b) Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras (IEF/MG, FUNATURA, 2005);
- c) Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (FUNATURA, Prefeituras da Chapada Gaúcha e de Formoso, 2002);
- d) Roteiros Turísticos Vale do Urucuia – Grande Sertão (FUNATURA, SEBRAE-MG, 2006);
- e) Roteiros Buracos/Buraquinhos/Ribeirão de Areia (FUNATURA/TRÍADE, 2005).

Os atrativos turísticos naturais e culturais do Núcleo Sertão Veredas são:

1) Parque Nacional Grande Sertão Veredas:

- a) Setor de Visitação Mato Grande (Mirante da Seriema, trilha, cachoeira do Mato Grande); b) Setor de Visitação Três Irmãos (Trilhas e Mirante do Morro Três

Irmãos); c) Setor de Visitação Veredas (Trilha da Veredas e outras trilhas, banho na prainha do rio Preto, Espaço Pedro Boca, Porto da Muriçoca); d) Setor de Visitação Córrego do Onça (Trilha, corredeira do Onça); e) Observação de Aves (Mirante da Seriema); f) Cachoeira da Roncadeira (área ampliada do Parque, município de Cocos-BA); g) Observação de aves;

2) Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas:

- a) Assentamento São Francisco (comunidade tradicional do Cerrado, fabricação de farinha, artesanato, folia de Reis e outras festas tradicionais. Possui Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) realizado através de parceria entre FUNATURA/IPHAN);
- b) Cachoeira do rio Claro;
- c) Corredor Ecológico do Vão dos Buracos / Comunidades dos Buracos e Buraquinho (Mirantes, Contemplação, trilhas, comunidade tradicional do Cerrado, fabricação de farinha, artesanato, folia de Reis e outras festas tradicionais);
- d) Comunidade do Ribeirão de Areia (Associação Cultural Grande Sertão Veredas, Música Tradicional, Folia de Reis, Trilhas, Fabricação de Farinha, Artesanato);

- e) Comunidade do Rio dos Bois (trilha, banho no rio, fabricação de rapadura e açúcar mascavo, Folia de Reis);
- f) Cidade da Chapada Gaúcha (Unidade de Beneficiamento de Produtos do Cerrado, Artesanato, Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, CTG Chama Crioula);
- g) RPPNs Arara Vermelha e Veredas do Pacari (nascente do rio Pacari, Poço da Jibóia e do Pacari, Mirantes do Barrocão, do Jatobá e das Aves, trilha passando pelos atrativos e por diferentes formações vegetacionais);
- h) Comunidade Várzea Bonita (Vila onde viveu Antônio Dó, Artesanato, Folia de Reis);
- i) Cidade de Formoso (Lago Formoso, Marco da Trijunção MG-BA-GO, Encontro dos Rios (Corrente e Riacho Fundo), Rio Piratinga, Cachoeira do Pones, Fazenda Cachoeira, Comunidade Três Capões, Cachoeira da Fazenda Dori, Fazenda Bela Lorena, Comunidade Goiaminas, Comunidade Piratinga, Cavalgada Ecológica, Folia de Reis),
- j) Fazenda Trijunção (município de Cocos, BA).

3) Parque Estadual da Serra das Araras:

- a) Setor de Visitação da Praia São José (Trilha Interpretativa São José, Mirante São José, local para banho e área para piquenique);
- b) Trilha da Catarina - Caminhada de cerca de 7 km, sendo o leito do rio a trilha a ser percorrida;
- c) Trilha da Serra - Único trecho de subida permitido a porções da serra no interior do PESA, esse mirante natural conta com uma bela vista da Vila de Serra das Araras, de considerável extensão do Rio Catarina e da Chapada Gaúcha;
- d) Observação de Aves (Lagoa do Triste, mirantes da Praia São José e da Serra);
- e) Trilha do Grotão ou Trilha da Escola - utilizada pela comunidade local, a Trilha do Grotão corresponde a um divisor de águas de dois braços do córrego Riacho Fundo, contendo diversos mirantes naturais que proporcionam uma visão privilegiada do Parque;

4) Entorno do Parque Estadual da Serra das Araras:

- a) Comunidades do Morro do Fogo, do São José, do Barro Vermelho (Comunidades tradicionais do Cerrado, fabricação de Farinha, Artesanato, Folias de Reis);
- b) Vila da Serra das Araras (Festa de Santo Antônio, artesanato, Grupo folclórico da Dança de São Gonçalo, Lápide de Antônio Dó);
- c) Comunidade São Félix (População Tradicional Quilombola, festas tradicionais, artesanato);
- d) Sumidouro (ponte natural, banho).

6.2.2.3. Núcleo Pandeiros

Este núcleo abrange a parte central da Estrada Parque Guimarães Rosa, começando na divisa dos Municípios da Chapada Gaúcha com Januária, passando pelo Distrito de

Pandeiros e pelas Cidades de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho.

Conforme levantamentos já feitos na região e debates realizados nas Oficinas de Trabalho para a elaboração do presente Plano, os atrativos turísticos naturais mais representativos deste Núcleo 2 estão na APA do Pandeiros, no Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros e na APA do Cocha e Gibão. Entre os atrativos culturais, destacam-se aqueles encontrados na Vila do Pandeiros, na Comunidade dos Campos, na Vila de São Joaquim, na cidade de Bonito de Minas, na Comunidade do Retiros dos Bois, na Comunidade do Gibão e na própria cidade de Januária.

1. APA do Pandeiros:

- a) Vila do Pandeiros (Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado – CEAC, artesanato, festas tradicionais, barragem do Pandeiros),
- b) Comunidade dos Campos (Comunidade tradicional do Cerrado, fabricação de Farinha, Artesanato, Folias de Reis);
- c) Vila de São Joaquim (Artesanato, Folia de Reis);
- d) Cidade de Bonito de Minas (Artesanato, Folias de Reis, Festa da Paçoca, Lago Azul, Balneário do Catolé, Lagoa Formosa, Serra da Alméciga, Serra da Flexeira, Cachoeira do Gavião).

2. Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros:

- a) Balneário do Pandeiros;
- b) Passeio de Barco;
- c) Observação de aves.

3. APA do Cocha e Gibão:

- a) Cachoeira do Gibão;
- b) RPPN do Cajueiro;
- c) RPPN do Gibão;
- d) Comunidade Retiro dos Bois (Comunidade Tradicional Quilombola, Folia de Reis, Grupo Manzuá, Artesanato);
- e) Comunidade do Gibão (Folia de Reis, Artesanato);

4. Cidade de Januária:

- a) Cidade Histórica - Igreja do Rosário, Casarões Antigos, Brejo do Amparo (alambiques), Festas Tradicionais, Carnaval;
- b) Rio São Francisco;
- c) Praias do Rio Carcará;
- d) Formações Calcáreas;

5. Cidade de Cônego Marinho:

- a) Comunidade do Candeal - Artesanato em Cerâmica, com Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP);
- b) Rio Cochá (banho);
- c) Sossego (Paredão de calcário com pinturas rupestres);



- d) Cachoeira do Lajedo;
- e) Fazenda Cristal (Casarão, Palmeira Real, Engenho, Moinho);
- f) Fazenda do Peri-Peri;
- g) Comunidade Morissoca (descendentes de quilombolas).

6.2.2.4. Núcleo Peruaçu

Este núcleo abrange a parte final da Estrada Parque Guimarães Rosa, começando no município de Januária, na Vila do Fabião, passando pelas Cidades de São João das Missões e Manga.

Conforme levantamentos já feitos na região, Plano de Manejo e debates realizados nas Oficinas de Trabalho para a elaboração do presente Plano, os atrativos turísticos naturais e culturais mais representativos deste Núcleo 3 estão no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, nos Parques Estaduais Veredas do Peruaçu e Mata Seca, na APA do Peruaçu, na Área Indígena Xacriabá e nas cidades de Itacarambi, São João das Missões e Manga.

1. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: Conforme o Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, os principais atrativos de visitação são:

- a) Potencial Natural:** Cavernas, grutas e lapas (do Janelão, do Rezar, do Caboclo, do Carlúcio, do Índio, Bonita, do Boquete, dos Troncos, dos Cascudos, do Brejal), Abrigo (do Malhador) Arco do André, Formações Calcáreas, Vale Cárstico, Rio Peruaçu, Cânions e Mirantes (das Cinco Torres, do Arco do André, do Elias e da Dolina dos Macacos);
- b) Potencial Cultural:** Sítios Arqueológicos, Inscrições Rupestres e nos Paredões. **Lapa do Boquete:** Destaque testemunhos da ocupação pré-histórica no local, como as pinturas internas e externas à gruta e as escavações de prospecção arqueológica abertas. Este foi o sítio arqueológico mais estudado pelos arqueólogos e se tornou uma referência quando se trata de pré-história brasileira e sul-americana. Além de apresentar gravuras e pinturas rupestres características de várias tradições e estilos sucessivos, fornece informações relevantes sobre as mais antigas ocupações do Brasil Central, datações de arte rupestre, sobre a alimentação e os rituais pré-históricos, horizonte cronológico desde 12.000 anos antes do presente até o contato entre as sociedades indígenas e a sociedade colonial brasileira. O sítio é rico em instrumentos de pedra, osso e concha, em estruturas funerárias, estruturas de combustão, de preparação de pigmentos e de armazenamento de vegetais; **Lapa dos Desenhos:** representa um dos mais importantes sítios arqueológicos, ostentando painéis de arte rupestre das mais diversas tradições, além de uma gruta com algum interesse espeleológico; **Abrigo do Elias:** apresenta desenhos nas paredes; **Lapa do Rezar:** reúne toda a grandiosidade do cânion do rio Peruaçu com a riqueza da arte rupestre pré-histórica. Destacam-se as

dimensões de seu salão de entrada que alcança 90 metros de largura e mais de 40 metros de altura, além da variedade e exuberância de espeleotemas.

Roteiros previstos no Parque:

Roteiro 1: caverna Janelão – Lapa do Boquete – Torres – Arco do André – Mirante do Arco – Arco do André – Gruta dos Cascudos – Gruta dos Troncos e Caverna Janelão – total: 7.700m/7 horas;

Roteiros opcionais: **(a)** Caverna Janelão – Lapa do Índio – Lapa Bonita – Lapa do Boquete – Caverna Janelão (voltando pela mesma trilha); **(b)** Caverna Janelão – Lapa do Boquete – Mirante das Cinco Torres – Entrada secundária do Arco do André – Mirante do Arco do André - Caverna Janelão (voltando pela mesma trilha); **(c)** Caverna Janelão – Lapa do Boquete – Mirante das Cinco Torres – Entrada secundária do Arco do André - Mirante do Arco do André – Arco do André - Caverna Janelão (voltando pela mesma trilha); **(d)** Caverna Janelão – Lapa dos Troncos – Lapa dos Cascudos – Caverna Janelão;

Roteiro 2: Caverna Janelão – Lapa do Índio – Lapa Bonita – Caverna Janelão – total: 1.500m/2h20;

Roteiro 3: Caverna Janelão – Gruta do Janelão – Caverna Janelão – Total: 4.800m/5h30;

Roteiros opcionais: **(a) entrada principal** – passando pelo sítio arqueológico no paredão de acesso à gruta até o mirante na entrada da mesma, onde o visitante terá uma visão geral da cavidade, destacando-se a primeira clarabóia e um trecho do rio Peruaçu; **(b) final da segunda clarabóia** – indicada àqueles que queiram aprofundar mais na caverna, tendo uma visão mais completa do Janelão. As travessias do rio Peruaçu devem ser dotadas de pontes, levando o visitante ao final da segunda clarabóia; **(c)** a partir da segunda opção até o final da zona de penumbra;

Roteiro 4: Caverna Janelão – Lapa dos Desenhos – Abrigo do Elias – Mirante do Elias – Caverna Janelão – Total 4.100m/3h30;

Roteiro 5: Silu – Lapa do Cabloco – Lapa Carlúcio – Silu – Total: 2.000m/3h50;

Roteiro 6: Casinha do Rezar – Lapa do Rezar – Casinha do Rezar – Total: 2.400m/3h30;

Roteiros opcionais: **(a)** Mirante da Dolina dos Macacos; **(b)** Abrigo do Malhador.

2. Parque Estadual Veredas do Peruaçu:

- a) Potencial Natural** - abriga um complexo de veredas e lagoas, com destaque para a vereda do Peruaçu, com seus 37 quilômetros de comprimento decorados por palmeiras e buritis de até 20 metros de altura. Outras veredas de menor extensão também são encontradas no Parque como a Comprida, dos Lopes, da Lagoa Azul, da Passagem, da Cruz entre outras. Abriga ainda as lagoas: Jatobá, dos Patos, do Meio, Junco, Carrasco e do Jacaré. Tem potencial para observação de aves. Em estudos já realizados foram catalogados mais de 250 pássaros.

- b) **Comunidades do Entorno:** Veredas dos Cocos e Vereda Grande I (Comunidades Tradicionais do Cerrado, Artesanato, Folia de Reis)

3. Parque Estadual Mata Seca:

- a) **Potencial Natural** - Como o próprio nome diz, o Parque protege manchas de matas secas entre o domínio do Cerrado e Caatinga, onde destaca-se a árvore barbiguda *Cavanillesia arborea*. O limite leste do Parque margeia o Rio São Francisco em uma extensão de cerca de 20 km;
- b) **Comunidades do Entorno:** Comunidade Coqueiro/São Bernardo (Comunidades Tradicionais do Cerrado, Artesanato, Folia de Reis), Assentamento Japuré.

4. **APA Federal do Peruáçu:** Comunidade do Fabião I e Comunidade Vargem Grande

5. Área Indígena Xacriabá:

- a) **Aldeias Indígenas** - Patrimônio indígena Xacriabá, documentado pela II turma Xacriabá do Curso de Formação dos Professores Indígenas de Minas Gerais (2000-2004), localizado no município de São João das Missões. A documentação resultou em publicação financiada pelo governo estadual, na qual constam os bens naturais, bens materiais imóveis, bens materiais móveis, bens emocionais e bens intelectuais;

6. Cidade de São João das Missões:

- a) Formações Calcáreas;
- b) Cachoeira do Roncador;
- c) Sítios Arqueológicos e cavernas;
- d) Lagoa Histórica (Ranchador);
- e) Barreiro Preto (Casa de medicina tradicional);
- f) Sumaré (Cerâmica e casa da cultura Artesão Belarmino);

7. Cidade de Itacarambi:

- a) Margem do Rio São Francisco;
- b) Morro de Itacarambi;

8. Cidade de Manga:

- a) Margem do Rio São Francisco;
- b) Rio Verde Novo.

6.2.2.4. Calendário de Eventos

Formoso - Festa de Reis (25 de dezembro a 6 de janeiro), aniversário de Formoso (1 de março), Festa de Santo Antônio de Goiáminas (13 de junho), Festa da Nossa Senhora d'Abadia (segunda semana de julho) e Cavalgada Ecológica (abril).

Chapada Gaúcha - Festa de Reis (25 de dezembro a 6 de janeiro), Festa de Santa Cruz (1 a 3 de fevereiro), Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas (abril), Aniversário de Chapada Gaúcha (agosto), Festa Junina (agosto), Festa de Santo Agostinho (25 a 28 de agosto), Semana Farroupilha

(14 a 20 de setembro), Festa de Nossa Senhora Aparecida de Chapada Gaúcha (11 e 12 de outubro) e Festa de Santo Antônio na Serra das Araras (13 de junho).

Arinos - Festa de São Sebastião (20 de janeiro), Aniversário de Arinos (1 de março), Festa do Mês Mariano (último final de semana de maio), Festa Junina (junho), Exposição Agropecuária (maio ou junho), Festa da Nossa Senhora Aparecida e São José (julho), Festa de Morrinhos (último final de semana de agosto) e Romaria do Senhor Bom Jesus (4 a 6 de agosto).

Urucuia - Festa de Reis (25 de dezembro a 6 de janeiro), Festa de São Sebastião (20 de janeiro), Folia Boiadeira (janeiro), Festa de Santa Cruz (1 a 3 de maio), Festa de São Gonçalo (13 de maio), Festa Junina (junho) e Festa de São Cristóvão (24 de julho).

Cocos-BA - Aniversário da Cidade (14 de agosto), Festa de Dona Friciana (6 de janeiro), Reisado de Dom Mitila (1 a 6 de janeiro), Reisado do Öio D'Água (periodicamente), Mulheres Rezadeiras do Öio D'Água (periodicamente), Festa de Pentecostes do Santo Antonio (anual).

Bonito de Minas - Aniversário da Cidade (21 de dezembro), Cavalgada Desbravadores dos Sertões (junho), Encenação da Morte e Paixão de Jesus Cristo (semana santa), Festa de Bom Jesus (Padroeiro da Cidade) (agosto), Festa de Nossa Senhora Aparecida (outubro), Festa de Santo Antônio (12 e 13 de junho), Festa de São Pedro (junho), Festejos de São Sebastião (20 de janeiro), Festa de São José (19 de janeiro), Festejos das Folias de Santos Reis (dezembro de janeiro), Festa de Nossa Senhora de Lourdes (11 de fevereiro), PAÇOFEST – Festa da Paçoca (20 a 22 de junho), Festa de São Francisco (outubro) e Festa de São João (23 e 24 de junho).

Cônego Marinho - Festa do Peão de Boiadeiro e Festival da Lingüiça (agosto), Aniversário da Cidade (26 de setembro), Batuque e Dança do Ariri (nas diversas comemorações), Reis de Caixa (anual), São Gonçalo (anual), Festa do Padroeiro Bom Jesus (29 de julho a 06 de agosto), Reis das Pastorinhas (anual), Festejos de Santa Cruz (23 de abril a 03 de maio) e Festa do Padroeiro São Vicente de Paula (18 a 27 de setembro).

Januária - Festas dos Santos (outubro)

Itacarambi - Festival de Dança (outubro), Enduro nas Trilhas das Gerais (outubro), Festa Junina (junho), Enduro Papa Trilha Cross Country (setembro), Cavalgada (julho), Aniversário da Cidade (março), Reis dos Bois (janeiro), Concurso Gastronômico (março) Festa de Santo Antônio (junho), Dia do Rio São Francisco (outubro) e Desfile Cívico (setembro).

São João das Missões - Reisado (19 de dezembro a 6 de janeiro), Festa Junina (junho), Reza de Santa Cruz (23 de abril a 3 de maio), Festa do Vaqueiro (anual) e Festa do Índio (anual).

6.2.3. Equipamentos e Serviços

Os serviços turísticos têm as características de serem serviços de elevada exigência de interação entre o prestador e o tomador. Portanto, estamos tratando de relacionamentos

humanos, não apenas de simples compra e venda, mas de trocas, intercâmbios culturais e de experiências e necessidades individuais a serem mutuamente supridas.

Como já foi mencionado, o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu é pleno de atrativos, mas não desenvolveu a necessária rede de equipamentos e serviços que os permitisse se converter em atrativos turísticos. Sendo muito grande o passivo existente, o mais recomendável será fixar uma política de estabelecimento dos serviços mais essenciais e básicos que permitam o surgimento da economia do turismo em bases mais formais e sustentáveis.

Entre os serviços mais essenciais para o turismo estão a hospedagem, a alimentação, o deslocamento dentro do destino e o guiamento. Sem desconsiderar outros, de resolução mais difícil para os atores locais, posto que são problemas infra-estruturais ou de serviços de maior porte, como de comunicação e bancários que, aliás, já vêm se desenvolvendo satisfatoriamente em função das demandas das demais economias.

No que tange ao guiamento, a solução é simples e reside na capacitação de atores locais em guias de turismo, mediante cursos pensados, desenvolvidos e dimensionados a partir da realidade local. Algumas dificuldades terão que ser tangenciadas, como o foram em diversos destinos do país. Há uma legislação em vigência que restringe o reconhecimento de alguns tipos de guia, mesmo sendo eles imprescindíveis. Nos referimos aos guias que levam o visitante a conhecer os patrimônios naturais, guias que tantas vezes não têm educação formal mas que são portadores de cultura e conhecimentos que um guia formado dentro das normas legalmente estabelecidas jamais alcançará.

O deslocamento dentro do destino, ou seja, com o turista já tendo se deslocado da sua origem para o destino Sertão, merece uma especial atenção para o aproveitamento das potencialidades locais. Dependendo dos roteiros que estiverem sendo operados, carros de boi, carroças e montarias poderão ser largamente explorados, agregando atratividade aos roteiros e renda apropriada localmente. As embarcações existentes poderão ser melhoradas com investimentos relativamente pequenos de maneira a torná-las um pouco mais seguras e confortáveis para a operação turística. As bicicletas, muito usadas nas cidades pólos, também devem ser percebidas do prisma do estabelecimento da rede de equipamentos e serviços. Para os deslocamentos mais distantes, há uma oferta de veículos automotores já presente nas cidades pólos e nalgumas comunidades – vans, camionetas e ônibus de aluguel - que com investimentos de capacitação e pactuação de normas operacionais simples e realistas poderão atender uma demanda que comece por pequenos fluxos.

Nos serviços de alimentação – meios de alimentação, as limitações estão nas formas pelas quais os alimentos são manipulados e servidos, carecendo às vezes de práticas diferentes daquelas incidentes no Sertão, outras apenas melhoradas. Não há carência de matérias-primas, o Sertão é rico na oferta de variedades de alimentos. Mas há, isto sim, potenciais gastronômicos e culinários a serem explorados.

Para exemplificar, as castanhas, e derivados, são pouco usadas na culinária local, a oferta de frangos caipiras está muito aquém da demanda – falamos da atual, não apenas da que viria com o turismo – alguns produtos de rara qualidade não são explorados, como as tapiocas e beijus, rapadura, jacuba, doces e compotas, frutas nativas e exóticas e a carne do gado criado apenas em regime de silvopastoreio, de sabor sem igual e encontrada em Bonito de Minas e outras localidades.

Experiências em roteiros do Sertão, em diversas localidades, demonstraram que os lanches de trilha, caminhada e cavalgada podem ser inteiramente feitos com matérias-primas e mão de obra locais, sem nenhuma dificuldade, pelo contrário, e com elevada qualidade e bons preços.

Quanto aos meios de hospedagem, a situação é um pouco mais grave. Os padrões habitacionais presentes no Sertão são relativamente baixos e hotéis, pousadas e pensões seguem essa tendência. Para as exigências de mercado interno e do mercado externo, as soluções, dadas as condições dominantes, são muito difíceis. Mesmo a excelente alternativa da hospedagem em casa, ou “cama e café”, detentora de um forte viés de distribuição da renda do turismo, encontrará barreiras, maiores nas comunidades e menores nas cidades pólos.

O camping surge como alternativa interessante, desde que haja a compreensão de que um camping não é apenas um local para montar barracas, exige infra-estrutura e alguns serviços - sanitários, chuveiros, áreas de cocção, lavanderia, sombreamento, água potável, coleta e manejo dos resíduos sólidos e orgânicos e segurança contra insetos e animais peçonhentos e furtos, bem como certa proximidade dos atrativos que vierem a compor os roteiros.

Considerando o enorme déficit das condições habitacionais do Sertão, passamos a projetar e discutir no interior do GT Turismo do mosaico uma alternativa que não se encerrassem nas demandas do potencial turismo: são as pousadas comunitárias, com forte viés educativo, seja no sentido de estabelecer referenciais habitacionais mais elevados e com os mesmos paradigmas estéticos e culturais construtivos do próprio Sertão, seja servindo como pousadas escolas para comunidades vizinhas.

6.2.4. Infra-estrutura

A infra-estrutura existente na região do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu é precária para as demandas cotidianas das populações locais e, mais ainda, diante das demandas da economia do turismo.

As estradas são precárias em vários trechos - atolam no barro na estação chuvosa e em bancos de areia na estação seca.

As rodoviárias demandam investimento e gestão, bem como a própria frota de transportes inter-municipais e interestaduais. O aeroporto de Montes Claros é o mais próximo (200 km de Januária) e com condições de receber grandes aeronaves, porém, trata-se de um aeroporto que opera com poucas linhas. Os Aeroportos de Brasília (300 km) e Belo

Horizonte (600 km) são distantes, mas são os únicos que recebem fluxos contínuos de turistas de outros estados do Brasil ou do exterior. Há, ainda, pequenos aeroportos para pequenas aeronaves, cujos custos operacionais restringem a viagem turística, embora não eliminem. Alguns portos às margens do São Francisco, em operação, demandam investimento e gestão.

6.2.4.1. Estrada Parque Guimarães Rosa

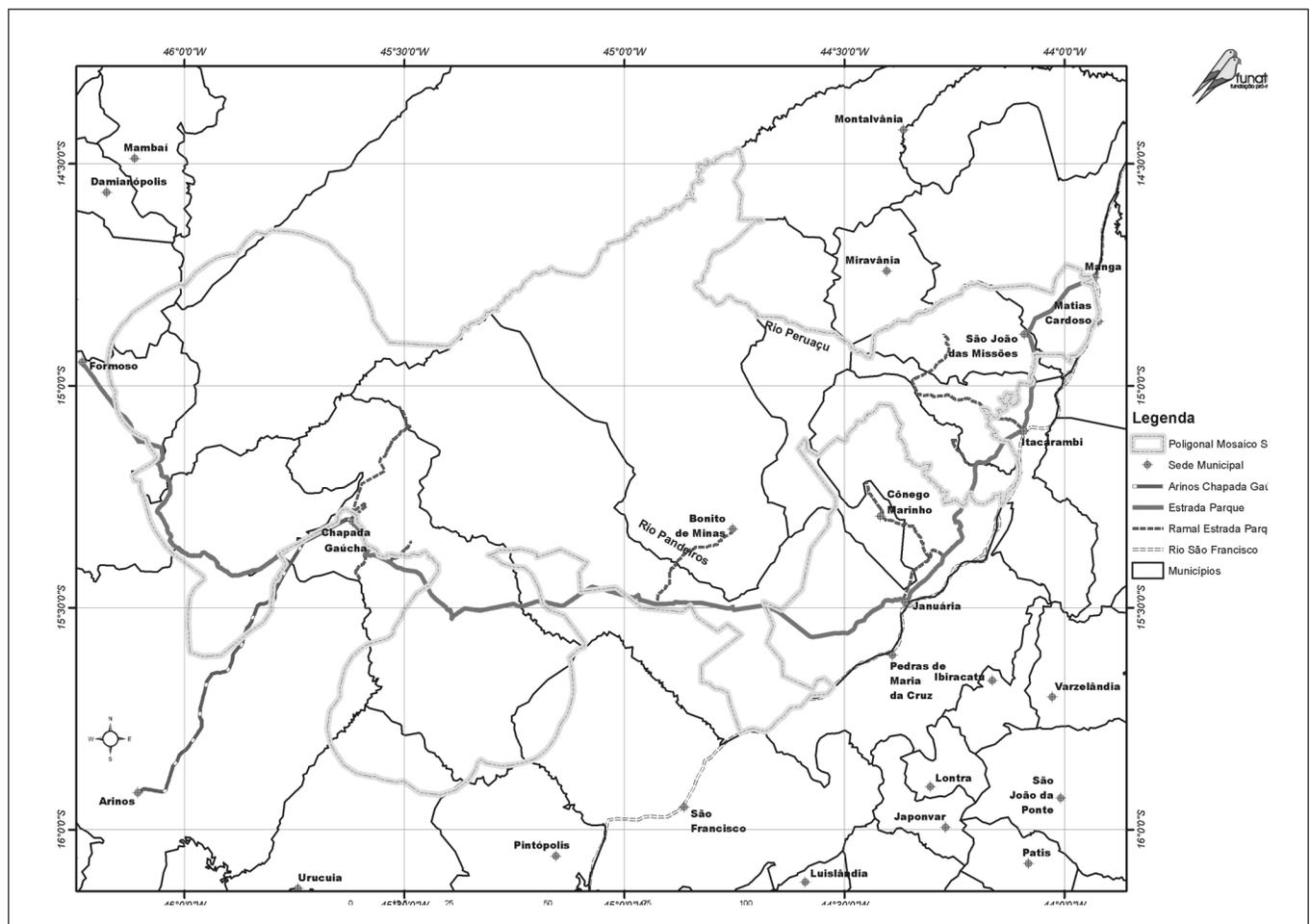
A região do Mosaico Sertão-Veredas é cortada por várias estradas, a quase totalidade não pavimentada. Uma das estradas passa por, praticamente, toda a extensão do Mosaico e pode ser caracterizada como uma estrada-parque, que no presente Plano, estamos denominando-a de “Estrada-Parque Guimarães Rosa”.

A Estrada-Parque Guimarães Rosa poderá ser uma solução intermediária para a resolução dos problemas cotidianos e uma solução de ponta para as demandas do potencial da economia do turismo. Gravar o mosaico, se incorporada por políticas públicas municipais, estaduais e federais, com um selo de qualidade que poucos destinos brasileiros possuem. Trará, ainda, a possibilidade do aquecimento das viagens in-

terlocalidades, inclusive da perspectiva da economia do turismo, ao permitir que o sertanejo se desloque melhor e visite o Sertão, que reveja os seus lugares de origem e parentes.

Esta estrada-parque, conforme indica o mapa 9, inicia-se (ou termina) na cidade de Formoso e segue em direção à cidade da Chapada Gaúcha, margeando o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Daí segue até a Vila da Serra das Araras passando ao lado do Parque Estadual da Serra das Araras. Na seqüência corta a parte sul da APA do Pandeiros e margeia o limite norte do Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros, passando pelas vilas de São Joaquim e Pandeiros e seguindo para a cidade de Januária. Daí segue para a cidade de Itacarambi, passando pelo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e pela APA do Peruaçu. Na seqüência, vai até a cidade de São João das Missões, passa ao lado da Área Indígena Xacriabá e margeia o Parque Estadual da Mata Seca até chegar à cidade de Manga, seu ponto final (ou inicial). Este trajeto cobre cerca de 400 km, sendo que o trecho - Januária – Itacarambi – São João das Missões - é asfaltado, cobrindo cerca de 85 km. As cidades da Januária, Itacarambi e Manga situam-se às margens do rio São Francisco.

MAPA 9: Estrada Parque Guimarães Rosa



Conceitualmente, uma estrada-parque pode ter algumas abordagens. Segundo Da-Ré, 1998, apud Araújo, 2001, trata-se de um empreendimento rodoviário que apresenta características, nas quais não seriam suficientes dispositivos de minimização de impactos ambientais, mas sim, desenhar um mecanismo que integre esforços voltados para a conservação ambiental e valorização do patrimônio do entorno. Fabos, 1995, apud Araújo, 2001, ressalta o valor de algumas estradas-parque como patrimônio histórico e cultural, no qual a composição do atrativo turístico, com aparelhos recreacionais e educacionais são capazes de trazer benefícios para ampliar a efetividade da estrada-parque de sazonal para permanente, ou seja, pode-se favorecer aspectos de infra-estrutura local para as comunidades, de forma a que esta tenha outras oportunidades de oferecer atrativos aos turistas, ampliando a estadia destes ao longo da estrada.

No presente plano, pretende-se ressaltar a abordagem na qual a valorização dos aspectos naturais e culturais da região do Mosaico, e conseqüentemente, as possibilidades de atrativos turísticos possam trazer benefícios, também, para as comunidades locais em termos de infra-estrutura de transporte. Neste aspecto, a Estrada-Parque Guimarães Rosa cumprirá, também, com objetivos de acesso, deslocamento, circulação de mercadorias e integração das Unidades de Conservação incidentes no Mosaico Grande Sertão – Peruaçu, bem como para a comunicação e integração de inúmeras cidades, comunidades rurais e comunidades tradicionais.

Uma vez implementada, a Estrada-Parque Guimarães Rosa gravará o destino Sertão, o mosaico e o Estado de Minas Gerais com selo de qualidade que poucos destinos turísticos possuem, não apenas no Brasil, mas no mundo.

Dentre as finalidades da Estrada-Parque Guimarães Rosa ressaltam-se:

1. a manutenção do ambiente como um todo e das unidades de conservação do Mosaico nos atuais estágios de preservação;
2. a composição e consolidação do patrimônio turístico do Sertão;
3. o refreamento da degradação do ambiente do cerrado em determinados espaços;
4. a recuperação do ambiente em alguns pontos específicos;
5. o escoamento da produção agrícola, pecuária, extrativista, e agroindustrial, reforçando as economias locais;
6. a circulação das diversas modalidades de transporte de pessoas e de carga;
7. o desenvolvimento tecnológico de engenharia ambiental para a gestão, construção, manutenção e recuperação de estradas e acessos;
8. a concepção de um modelo próprio de gestão e manutenção de estrada-parque, possivelmente com patrulhas mecanizadas dimensionadas por trechos e absorção dos recursos humanos locais;
9. a geração de postos de trabalho para a população local.

Dentre os preceitos para a caracterização da estrada atual como Estrada-Parque destacam-se:

1. melhoria das condições de tráfego da estrada, visando veículos de passeio, de transporte de passageiros e de carga;
2. melhoria de trechos críticos – áreas úmidas, atoleiros, bancos de areia e outros;
3. preservação e/ou construção de passagens de animais silvestres;
4. concepção de pontos de parada / mirantes para a observação de paisagens e outros fenômenos naturais relevantes, com áreas de estacionamento;
5. estabelecimento de limite de velocidade próprio às condições da Estrada-Parque;
6. engenharia de sistemas de preservação dos cursos d' água, com amortecimento de fluxos de enxurradas;
7. concepção de sistema de sinalização específico para uma Estrada-Parque;
8. concepção e implantação de sistema de sinalização turística;
9. construção de paradas de transporte coletivo, dissimuladas na paisagem e com estética própria do Sertão - algumas edificações às margens da estrada poderão ser absorvidas para esses fins;
10. concepção de sistema de comunicação para a obtenção de socorro;
11. concepção de sistema de informação turística em pontos específicos;
12. implantação de sistema de fiscalização;
13. adequação para pessoas portadoras de necessidades especiais, e
14. adequação aos Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

6.2.5. Mercados em Potencial

Da mesma forma que usamos a segmentação para entender os produtos turísticos que pretendemos elaborar, também o mercado pode ser abordado com a mesma ferramenta. Para cada produto turístico há um nicho de mercado correspondente.

À primeira vista, os potenciais consumidores dos produtos turísticos do Mosaico existentes fora do mercado local são turistas com os seguintes perfis, que podem estar presentes de forma isolada ou combinada:

1. gostam de natureza;
2. gostam de conhecer culturas diferentes da própria cultura;
3. são detentores de elevado nível de educação formal;
4. têm curiosidade científica;
5. são leitores da obra Roseana;
6. estão entre todas as faixas etárias;
7. têm bom nível de educação ambiental e apreço pelas questões pertinentes;

8. são militantes da causa do habitat íntegro e saudável;
9. têm hábitos alimentares e habitacionais particulares e diferentes daqueles praticados no Sertão;
10. têm poder aquisitivo de classe média;
11. têm o hábito de viajar de férias ou em feriados prolongados;
12. são pessoas subordinadas ao estresse da vida urbana;
13. viajam sozinhos, em grupos ou em família;
14. têm veículo próprio, geralmente;

Outro corte possível, para entender e captar mercados, está em cruzamentos mais específicos, buscando perfis mais reduzidos, a exemplificar:

1. pescadores amadores e esportivos;
2. observadores de pássaros;
3. observadores de borboletas;
4. observadores de insetos;
5. artistas prospectivos - musicais, plásticos, e outros;

Há, ainda, um outro corte pertinente, devido a lacunas presentes na oferta turística do país: as pessoas portadoras de necessidades especiais, um mercado muito maior do que percebe o senso comum e que não tem ofertas compatíveis com as suas respectivas demandas. E, aqui, será interessante não pensar de forma restrita ao “cadeirante”, mas nas diferentes demandas especiais, como cegos, surdos e mudos e outros.

Finalizando, é preciso que fique claro que o turismo ecológico se constitui em boa perspectiva para um conjunto de ações rumo ao desenvolvimento sustentável na região do Mosaico mas, ao mesmo tempo, não pode ser visto como panacéia. As visitas de campo da equipe técnica revelaram um território com inúmeros atrativos, porém ainda com uma infra-estrutura precária e práticas que não contribuem para o desenvolvimento do turismo no território.

O item 7 que descreve as ações para o turismo ecológico, procura levar em conta essas fragilidades e apresenta um conjunto de metas com foco na capacitação, dotação da infra-estrutura e valorização das culturas tradicionais do Mosaico, que certamente poderão iniciar um processo de reversão desse quadro.

6.3. Gestão Integrada

6.3.1. O conceito de gestão integrada e sua relação com o Plano de DTBC

O conceito de gestão integrada em um Mosaico de Unidades de Conservação, deve implicar nos seguintes pontos, considerados essenciais: o aperfeiçoamento do funcionamento das Unidades de Conservação existentes em um determinado território, a possibilidade da elaboração de políticas definidas de forma participativa, o fortalecimento do funcionamento de cada unidade por meio de novo comportamento de suas gerências e a potencialização do uso dos

recursos (técnicos e humanos) entre unidades e instituições envolvidas.

A gestão integrada de unidades de conservação visa aprimorar iniciativas de fiscalização, monitoramento, implementação de planos de manejo e pesquisa científica, além de buscar a sustentabilidade financeira para o efetivo funcionamento das unidades que fazem parte do mosaico. O Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista-DTBC do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, foi idealizado para contemplar esses direcionamentos.

As ações constantes do Plano de DTBC, disseminadas nas comunidades da região do mosaico em suas diferentes proposições, proporcionarão um efeito inovador nas atividades econômicas tradicionalmente praticadas no território, e tenderá a reduzir a pressão na zona de amortecimento das unidades de conservação de proteção integral. Uma redução gradativa de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, como a pecuária e os monocultivos de exportação, nesse plano, são metas fundamentais a serem atingidas.

Para o seu alcance, o plano tem a sua disposição diferentes instrumentos de gestão econômica com base no aproveitamento de produtos do cerrado e do turismo ecológico. Do ponto de vista político/institucional será constituído o Conselho Consultivo do Mosaico, que pela sua importância, será descrito a seguir.

6.3.2. O Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Conforme prevê o artigo 9º, capítulo III, do decreto de regulamentação nº 4.340 de 22/08/200 da lei 9.985, o mosaico deverá dispor de um Conselho do Mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem. A composição do Conselho é estabelecida na portaria que institui o mosaico e deverá obedecer os seguintes critérios:

- a) A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais nos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, povos indígenas e assentamentos agrícolas;
- b) A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- c) A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais;
- d) O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

- e) O Conselho do Mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Segundo o artigo 10º, Compete ao Conselho do Mosaico:

- I. “Elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;
- II. Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:
 - a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:
 1. os usos na fronteira das unidades;
 2. o acesso às unidades;
 3. a fiscalização;
 4. o monitoramento e avaliação dos planos de manejo;
 5. a pesquisa científica; e
 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.
 - b) a relação com a população residente na área do mosaico.
- III. manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades;
- IV. manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico. “

Para o Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, propõe-se que sua presidência seja alternada entre o IBAMA e o IEF/MG e que seja criada uma secretaria executiva a ser ocupada por uma entidade da sociedade civil com atuação na região e que tenha experiência em trabalhos com unidades de conservação e com comunidades locais nos focos deste Plano, ou seja, extrativismo vegetal sustentável e turismo ecocultural.

A secretaria executiva deverá ter sua ação definida no regimento interno, porém deverá ter, dentre outras atribuições, as seguintes: assessorar a presidência do conselho na convocação das reuniões, definição de pautas, elaboração das atas, acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Mosaico e aprovadas no Conselho.

6.3.3. Fundo de apoio ao desenvolvimento territorial sustentável do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu

Para que as ações previstas no Plano de Desenvolvimento com Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas–Peruaçu sejam executadas, propõe-se a criação de um Fundo, que seria composto por diferentes fontes de recursos e seria gerenciado pelo Conselho do Mosaico e operacionalizado pela Secretaria Executiva do Conselho.

Dentre as fontes para a composição do Fundo podem ser citadas: cooperação internacional (França, PNUD, PNUMA, GEF, JICA, USAID, DFID, Comunidade Européia); recursos públicos federais (FNMA, MMA, MDA, MI, MAPA, MCT) e

estaduais; recursos de compensação ambiental; recursos de ONGs (Boticário, WWF, CI, TNC); recursos de doações pela iniciativa privada, dentre outras fontes.

A idéia é que os recursos sejam canalizados para a região tendo como base o Plano de DTBC do Mosaico e sejam aplicados de forma integrada e otimizada.

A aprovação dos projetos seria feita pelo Conselho Consultivo do Mosaico. O monitoramento da execução dos projetos seria feito por uma equipe que estaria vinculada à entidade que responderia pela Secretaria Executiva do Mosaico. A cada três meses, a Secretaria Executiva reporta ao conselho o andamento da execução dos projetos.

Os recursos para a execução dos projetos podem ser operacionalizados de duas formas: a) repassados diretamente do agente financiador para a entidade executora, sempre com a aprovação e acompanhamento da Secretaria Executiva, ou seja, a entidade executora faz a solicitação de recursos à Secretaria Executiva, que se considerar que a execução do projeto está dentro da normalidade, encaminha a solicitação para a agência financiadora, que libera o recurso para a entidade executora; b) repassado a uma conta específica da Secretaria Executiva, aberta para operar exclusivamente os recursos da fonte financiadora. A Secretaria Executiva repassaria os recursos à entidade executora na medida em que considerar que a execução do projeto está dentro da normalidade.

Em todos os projetos, deverão ser alocados recursos para as atividades fins e para o monitoramento dos mesmos pela Secretaria Executiva. Os projetos podem ser apresentados por meio de demandas induzidas ou espontâneas tendo como regra geral chamadas por editais. As entidades executoras devem ter atuação comprovada na área do mosaico.

6.3.4. Os desafios da gestão integrada no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

A partir das conclusões do Grupo de Trabalho de Gestão Integrada de Unidades de Conservação que visitou todas as áreas protegidas do mosaico, foram relacionados diferentes problemas em seu território, afetando tanto as categorias de unidades de conservação de uso sustentável como as de proteção integral. De forma geral, os problemas concentram-se nas atividades impactantes no entorno das Unidades de Proteção Integral e de forma generalizada nas de uso sustentável. Foram relacionados ainda, os problemas ligados diretamente à administração dessas áreas protegidas.

O desmatamento para a obtenção de carvão que visa o abastecimento das indústrias siderúrgicas, é hoje um dos grandes problemas ambientais do território do mosaico. Outras formas de desmatamento, como o que visa à substituição da vegetação nativa por monocultivos de exportação também se constituem em grave problema do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. O plano prevê um conjunto de capacitações em seus focos de DTBC, que articulados com o Conselho Consultivo do Mosaico, serão capazes de mobilizar as comunidades e prepará-las para o desafio de lidar com novas formas de apropriação do meio ambiente. O aproveitamento

de produtos da biodiversidade do cerrado e o turismo ecológico inserem-se como estratégias para a manutenção do cerrado em pé.

A pecuária e suas formas de manejo tradicionais na região são impactantes não só por conta dos reflexos na conservação dos solos e presença de gado no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral, mais especialmente, pelo uso do fogo nas renovações das pastagens nativas ou exóticas dos produtores rurais localizados em suas zonas de amortecimento. A zona de amortecimento do Parque Nacional Grande Sertão Veredas é um exemplo dessa realidade. Seu entorno está ocupado por grandes plantações de capim brachiaria, que são manejados com uso intensivo do fogo. Isso tem reflexos dentro e fora do parque.

A incidência de queimadas no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu colocam em risco o aproveitamento dos produtos da biodiversidade do cerrado. A quantidade maior de incêndios ocorre junto com a floração de diversas espécies de valor econômico. Esse ano, devido ao atraso das primeiras chuvas, grandes prejuízos foram contabilizados pelas populações tradicionais da região. O fogo afetou espécies importantes da flora do cerrado, como a cagaita, pequi, buriti, coco-cabeçudo e diversas outras espécies de valor medicinal. A fauna do mosaico, tão importante para a dispersão de sementes da flora existente, também foi duramente atingida pelas queimadas acidentais ou não.

Outro problema grave existente na região, diz respeito ao tráfico de animais silvestres. A região do mosaico possui forte ocorrência de aves da família dos psitacídeos. A arara vermelha *Ara chloroptera* e a canindé *Ara ararauna* são animais extremamente visados pelos traficantes de animais silvestres. Os cultivos de subsistência realizados pelos agricultores familiares na região, muitas vezes não são suficientes para o sustento de suas famílias. Dessa forma, tornam-se presa fácil dos traficantes, que oferecem valores muito superiores a sua renda anual para que eles capturem aves da família mencionada. A caça ainda é um problema no mosaico. Especialmente a de grandes mamíferos, é uma realidade dentro e fora das áreas protegidas do mosaico.

Além dos desafios inerentes às formas de apropriação do meio ambiente no território do mosaico, somam-se os relacionados às unidades de conservação. De forma geral, sem mencionar os impactos causados em unidades de conservação de uso sustentável, as unidades de conservação de proteção integral enfrentam dificuldades de ordens diversas, como: inadequação da estrutura física, carências materiais para sua administração, ausência de equipamentos para visitação pública, invasões, número insuficiente de funcionários e a falta de divulgação de sua importância na região.

Considerando todos esses desafios, e com foco neles, foi planejado um conjunto de ações capazes de enfrentá-los e ao mesmo tempo, tornar realidade à gestão integrada de unidades de conservação no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. As ações estão descritas no item 7.3.

7. PROPOSTAS DE AÇÕES E ORÇAMENTOS PARA O EXTRATIVISMO VEGETAL SUSTENTÁVEL, TURISMO ECOCULTURAL E GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

7.1. Ações para o Extrativismo Vegetal Sustentável

7.1.1. Metas

A seguir, apresentam-se seis metas a serem cumpridas de acordo com a implementação do Plano (5 anos), necessárias ao fortalecimento do extrativismo sustentável na região do Mosaico. Estas podem ser utilizadas especialmente, com o objetivo de desenvolver alternativas viáveis de incremento das condições sócio-econômicas da população foco do projeto.

A implementação deste plano deve prioritariamente promover junto aos produtores: Capacitação (**Meta 1**); Educação Ambiental (**Meta 2**); Organização Comunitária (**Meta 3**); Visitas de Intercâmbio (**Meta 4**); Assistência Técnica (**Meta 5**); Dotação de infra-estrutura nos núcleos e comunidades (**Meta 6**).

De acordo com as zonas nucleares definidas para a delimitação do Mosaico (mapa 8), considera-se para o extrativismo as seguintes referências: **Núcleo Sertão Veredas** - sede na Usina de Beneficiamento dos Produtos do Cerrado da Cooperativa Sertão Veredas, Chapada Gaúcha, **Núcleo Pandeiros** - sede no Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado (CCEAC) na vila de Pandeiros, em Januária, e **Núcleo Peruaçu** - sede no Distrito de Fabião I, em Januária.

As propostas seguintes buscam articular-se interinstitucionalmente por meio de uma rede de parcerias e contatos com instituições atuantes na região, tais como: EMBRAPA, EMATER, SEBRAE, MDA, INCRA, IBAMA, IEF, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas Extrativistas etc. Parcerias com organismos internacionais (PNUD, BID, BIRD, JICA, GEF) e organizações não governamentais (TNC, CI, WWF, Rede Cerrado, Fundação O Boticário) poderão ser estabelecidas para financiamento das ações, que também podem advir de compensações ambientais e/ou termos de ajustamento de conduta via Ministério Público. A seguir serão apresentadas as descrições das metas anteriormente citadas.

7.1.1.1. Meta 1 - Capacitação das comunidades para o uso sustentável dos frutos do Cerrado

Visa permitir condições de trabalho aos extrativistas para que possam manejar adequadamente a coleta e beneficiamento dos frutos. É uma atividade de extrema importância

dado o potencial existente na região, pois visa atuar na produção de novos conhecimentos, aperfeiçoamento de técnicas já conhecidas, e intercâmbio de práticas entre os próprios produtores.

Descrição e desenvolvimento:

Realizar 09 (nove) cursos de capacitação, com cerca de 30 pessoas cada (10 pessoas de cada Núcleo), para membros das comunidades listadas na quadro 7. Serão promovidos 7 (sete) cursos de frutos de acordo com a época de frutificação dos mesmos, a saber: cagaita, pequi, favela, coco cabeçudo, buriti, araticum e umbu. Também será realizado 1 curso de artesanato e 1 de medicina natural do Cerrado. Os cursos serão realizados nos três Núcleos Extrativistas do Mosaico em locais onde seja possível alojar os participantes. A meta é atingir 270 produtores, representantes de, pelo menos, 20 comunidades (tabela 4).

Realizar um curso de capacitação, com 4 dias de duração, na área de gestão de unidades de beneficiamento e co-

mercialização de produtos do Cerrado para 15 pessoas – 5 pessoas de cada Núcleo (tabela 5).

Realizar um seminário, no primeiro semestre de 2008, com o objetivo de reunir produtores e compradores vinculados à cadeia produtiva dos frutos do Cerrado. A meta é atingir 40 pessoas (tabela 6).

Cronograma e locais dos cursos de frutos

QUADRO 8: Lista de cursos de frutos a serem realizados nos núcleos extrativistas

Frutos/Núcleos Extrativistas	Núcleo Extrativista Sertão Veredas	Núcleo Extrativista Pandeiros	Núcleo Extrativista Peruaçu
Cagaita		Ano III	
Coco cabeçudo		Ano II	
Pequi			Ano II
Umbu			Ano IV
Buriti		Ano IV	
Araticum	Ano III		
Favela	Ano II		

TABELA 4: Orçamento dos cursos de capacitação em frutos do cerrado/artesanato e plantas medicinais do cerrado

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 09 cursos x 40 horas (cada curso) = 360 horas	SC	Hora	360	60,00	21.600,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (10 cursos x 25 pessoas)	MC	Kit	270	4,00	1.080,00
Apostila	MC	Unid.	270	5,00	1.350,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 5 dias x 9 cursos)	MC	-	4050	5,00	20.050,00
Transporte (300 litros por curso x 9 cursos)	MC	Litros	2700	2,70	7.290,00
Material de divulgação	STPJ	Unid.	400	2,00	800,00
Aluguel de veículo (500 km por curso x 9 cursos = 4.500 km)	STPJ	Km	4.500	2,00	9.000,00
Matéria prima para curso (polpa de frutos, equipamentos, ferramentas, etc) 400,00 por curso x 9 cursos.	MC	-	9	400,00	3.600,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (125,00 por curso X 2 = 250,00), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista/relator (300,00 por curso) = 850,00 * .20 (RPA) = 1.020,00 * 9 cursos = 9.180,00	STPJ	cursos	9	1.020,00	9.180,00
Total					73.950,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

TABELA 5: Orçamento do curso de capacitação em gestão de unidades de beneficiamento e comercialização

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 1 curso de 4 dias x 8 horas = 32 horas	SC	Hora	32	60,00	1.920,00
Material dos cursos (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 15 pessoas)	MC	Kit	15	4,00	60,00
Apostila	MC	Unid.	15	8,00	120,00
Alimentação 3 refeições pessoa por dia x 15 pessoas x 4 dias = 180 refeições	MC	Unid	180	5,00	900,00
Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00
Hospedagem (15 pessoas x 3 dias)	MC	Diária	45	20	900,00
Transporte (200 litros)	MC	Litros	200	2,70	540,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista/relator (300,00 por curso) = 850,00 * .20 (RPA) = 1.080,00 (??)	STPJ	-	1	1.020,00	1.020,00
Total					6.460,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

TABELA 6: Orçamento do seminário de extrativismo

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	SC	Hora	24	60,00	1.440,00
Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 25 pessoas)	MC	Kit	25	4,00	100,00
Alimentação 3 refeições pessoa por dia x 25 pessoas x 3 dias	MC	-	225	5,00	1.125,00
Hospedagem (25 pessoas x 3 dias)	STPJ	Diária	75	20	1.500,00
Transporte (350km x 3 veículos)	MC	Km	1.050	1,80	1.890,00
Material de divulgação (50 cartazes)	STPJ	Unid.	50	2,00	100,00
Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00
Total					8.175,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.1.1.2. Meta 2 - Educação Ambiental

Visa desenvolver a educação ambiental em parceria com as associações locais, e escolas estaduais e municipais, buscando contribuir no aumento do nível de conscientização acerca da importância da preservação dos recursos naturais. Levando em consideração a área abrangida pelo Mosaico, a ênfase será dada ao bioma Cerrado e sua transição para a Caatinga (ecótono), além da presença da Mata Seca.

Descrição e desenvolvimento:

Promover 4 cursos de educação ambiental (25 pessoas por curso) na rede escolar e nas comunidades para professores e lideranças comunitárias, visando formar monitores ambientais. Durante os cursos – que preferencialmente

ocorrerão nos núcleos extrativistas, serão propiciadas visitas a unidades de conservação do Mosaico, assim como a lugares onde o extrativismo já esteja em níveis avançados de implementação. A meta é atingir 100 pessoas .

Realizar palestras e atividades relacionadas ao projeto em escolas e comunidades, com o intuito de demonstrar as riquezas existentes na região do Mosaico. Estas palestras serão realizadas pelo próprio consultor da área de extrativismo do projeto, podendo-se também utilizar as parcerias estabelecidas com o IBAMA e IEF. Caso não haja essa possibilidade, a tabela 8 apresenta o orçamento para a contratação de um consultor para as atividades mencionadas.

TABELA 7: Orçamento dos Cursos de capacitação em Educação Ambiental

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores (8 horas x 3 dias x 4 cursos)	SC	Hora	96	60,00	5.760,00
Material dos cursos (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (4 cursos x 25 pessoas)	MC	Kit	100	4,00	400,00
Apostila (4 cursos x 25 pessoas)	MC	MC	100	5,00	500,00
Alimentação (25 pessoas x 3 dias x 3 refeições x 4 cursos)	MC	Refeições	900	5,00	4.500,00
Combustível 300 litros x 4 cursos	MC	Litros	1.200	2,70	3.240,00
Material de divulgação (cartazes)	MC	Unid.	150	2,00	300,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 4 cursos = 2000)	STPJ	Km	2.000	2,00	4.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00 por curso x 4	STPJ	cursos	4	1.020,00	4.080,00
Total					22.780,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

TABELA 8: Orçamento da realização de palestras e atividades de divulgação

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário do consultor incluindo impostos	SC	Mês	6	3.000,00	18.000,00
Combustível (500l x 6 meses) = 3000 litros	MC	Litros	3.000	2,70	8.100,00
Total					26.100,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.1.1.3. Meta 3 - Fortalecimento da Organização Comunitária

O objetivo é mobilizar e organizar as comunidades do projeto do extrativismo, criando condições para a formação de grupos de extrativistas e artesãos. Também será prestado apoio ao trabalho desenvolvido pela COOP - Sertão Veredas (Chapada Gaúcha), pelo Centro Comunitário Extrativismo e Artesanato do Cerrado (Vila de Pandeiros), e pela mini-usina de beneficiamento de frutos recém instalada na Reserva Indígena dos Xacriabás.

Descrição e desenvolvimento:

Realizar 3 cursos de capacitação visando promover a formação de lideranças no associativismo e no cooperativismo. Será realizado um curso em cada Núcleo Extrativista. A meta é atingir 20 pessoas por curso, totalizando 60 pessoas.

Apoiar a criação e registro de novas associações, assim como auxiliar nos trabalhos das já existentes (deve ser realizado pelo consultor do Extrativismo do Projeto Mosaico).

TABELA 9: Orçamento da capacitação em associativismo e cooperativismo

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário do consultor 3 cursos x 3 dias x 8 horas	SC	Hora	72	60,00	4.320,00
Material de trabalho (kit - caderno, lápis, caneta, pasta)	MC	Kit	60	4,00	240,00
Alimentação (20 pessoas x 3 dias x 3 refeições x 3 cursos)	MC	Refeições	540	5,00	2.700,00
Combustível (400 litros x 3 cursos)	MC	Litros	1.200	2,70	3.240,00
Divulgação	MC	Unid.	150	2,00	300,00
Aluguel de veículo (500 km x 3 cursos = 1500 km)	STPJ	Km	1.500	2,00	3.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	3	1.020,00	3.060,00
Total					16.860,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.1.1.4. Meta 4 - Visitas de Intercâmbio

Visa promover visitas das comunidades extrativistas do Mosaico a associações e cooperativas que realizem trabalhos bem sucedidos de exploração sustentável do Cerrado e da Caatinga, objetivando a troca de experiências e estabelecimento de parcerias. Devido à proximidade, serão visitados os extrativistas do município goiano de Damianópolis (próximo a Formoso, MG), a

Cooperativa Grande Sertão em Montes Claros, MG, e a Cooperativa de Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar, MG.

Descrição e desenvolvimento:

Realizar 6 visitas técnicas (20 pessoas cada visita) de membros dos núcleos do extrativismo (Grande Sertão, Pan-deiros-Gibão e Peruaçu). A meta é atingir 120 pessoas.

TABELA 10: Orçamento da realização das visitas técnicas

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Alimentação (2 dias x 3 refeições x 20 pessoas x 6 visitas)	MC	Refeições	720	5,00	3.600,00
Hospedagem (1 diária x 20 pessoas x 6 visitas)	MC	Diária	120	20,00	2.400,00
Aluguel veículo para transporte (500 km x 6 visitas)	SPTJ	Km	3.000	2,00	6.000,00
Total					12.000,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.1.1.5. Meta 5 - Assistência técnica

Visa promover ações que incentivem o extrativismo sustentável em um período de cinco anos, no sentido de manejar a exploração dos frutos para extração de polpa, folhas, raízes e cascas na medicina natural, bem como sementes para a produção de artesanato. Nesta meta, serão contratados 1 engenheiro florestal ou agrônomo e 3 técnicos agrícolas (uma para cada Núcleo Extrativista), além de 13 mobilizadores ambientais que atuarão localmente nas 26 comunidades atendidas. Desta forma, o projeto poderá desenvolver um adequado programa de assistência técnica e mobilização acerca do extrativismo sustentável. Também se almeja dotar os núcleos extrativistas de infra-estrutura básica. Esta será a atividade central do plano, uma vez que o sucesso da produção susten-

tável de produtos do Cerrado depende fundamentalmente de uma adequada e eficiente assistência técnica.

Descrição e desenvolvimento:

Promover assistência técnica aos extrativistas da região de abrangência do Mosaico. Adquirir um veículo traçado e três motocicletas, bem como as despesas com o uso e a manutenção destes equipamentos.

Implementar unidades demonstrativas de campo em pelo menos três comunidades do Mosaico (uma em cada Núcleo Extrativista) nas quais será realizado um acompanhamento mais sistemático da exploração. A ideia é que estas áreas sejam delimitadas para servirem exclusivamente para o aproveitamento sustentável de produtos do Cerrado podendo ser coincidentes com áreas de Reservas Legais ou não.

TABELA 11: Orçamento da realização de assistência técnica

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorários do Agrônomo ou Florestal (incluindo encargos sociais) ⁽¹⁾ durante 5 anos	Pessoal	Mês	60	4.666,00	280.000,00
Honorários dos 3 TA-NM (incluindo encargos sociais) ⁽²⁾	Pessoal	Mês	60	2.333,00	420.000,00
Contratação de 13 mobilizadores ambientais (incluindo encargos sociais) ⁽³⁾ durante 5 anos	Pessoal	Mês	60	663,92	517.862,80
Consultoria para Sistema de Informações Geográficas	STPJ	Mapas	10	1.500,00	15.000,00
Veículo traçado 4x4	MP	Unid	1	80.000,00	80.000,00
Motocicletas	MP	Unid	3	8.000,00	24.000,00
Seguro veículo 4x4 durante 5 anos	STJP	Ano	5	3.500,00	17.500,00
Manutenção do veículo (peças)	MC	Conj	5	3.500,00	17.500,00
Manutenção do veículo (mão-de-obra)	STPJ	H/Ano	5	3.500,00	17.500,00
Manutenção das motocicletas (peças)	MC	Conj	15	500,00	7.500,00
Manutenção das motocicletas (mão-de-obra)	STPJ	H/Ano	10	500,00	5.000,00
Combustível para o veículo 4x4 (200l diesel/mês x 60 meses)	MC	L	12.000	2,00	24.000,00
Lubrificantes para o veículo 4x4 (20l/ano x 5 anos)	MC	L	100	5,00	500,00
Combustível para as motocicletas (50l gasolina/mês x 60 meses x 3 motos)	MC	L	9.000	2,70	24.300,00
Lubrificantes para as motocicletas (5l/ano x 5 anos x 3 motos)	MC	L	75	5,00	375,00
Lanche para as reuniões comunitárias (55 pessoas x 20 reuniões x 5 regiões)	MC	Dia	5.500	3,00	16.500,00
GPS	MP	Unid	3	700,00	2.100,00
Computador / Impressora	MP	Unid	3	2.000,00	6.000,00
Material de escritório (6 conj. x 5 anos)	MC	Conj	30	100,00	3.000,00
Material de consumo para Unidades Demonstrativas de Campo	MC	Conj	5	500,00	2.500,00
Total					1.481.137,80

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

(1) Agrônomo ou Engenheiro florestal: [R\$2.800,00 x 36,6% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses (13º e férias) + R\$5.100 (rescisão)] = 56.000 x 5 anos = R\$300.000,00;

(2) Técnicos agrícolas de nível médio: [R\$1.400,00 x 36,6% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses + R\$2.500 (rescisão)] = 28.000 x 5 anos = R\$140.000 x 3 téc = R\$420.000,00.

(3) Mobilizadores ambientais: nível básico: R\$ 400,00 x 36,6% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses + R\$ 700,00 (rescisão)] = 7.967,12 x 5 anos = 39.835,60 x 13 agentes 517.862,80

7.1.1.6. Meta 6 - Ações de implantação de infra-estrutura nos núcleos e comunidades

Esta meta busca apoiar a estruturação e funcionamento das unidades de beneficiamento já existentes, a saber: Usina de Beneficiamento de Produtos do Cerrado (Cooperativa Agrosilvixtrativista Sertão Veredas/Chapada Gaúcha), Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado (CCEAC/IEF/Pandeiros), e Unidade de Beneficiamento de Frutos recém instalada na Reserva Indígena dos Xacriabás. Além disso, visa incentivar a criação de uma Usina de Beneficiamento de Frutos na região da comunidade de Fabião I ou Fabião II (entorno do Parna Peruaçu), onde foi sugerido o estabelecimento do Núcleo de Extrativismo Peruaçu. Também será incentivada a criação de mini-usinas de beneficiamento nas comunidades, que devem conter equipamentos básicos que possam ao menos fazer o be-

neficiamento prévio dos frutos. Serão realizadas ações de melhoria da apresentação e qualidade dos produtos (tabela 12), e estruturação das usinas de beneficiamento dos produtos do Cerrado (tabela 13).

Das usinas existentes, somente a Cooperativa Sertão Veredas possui maior estrutura, porém carecendo ainda de equipamentos básicos para um melhor funcionamento. É importante equipar estas usinas com, no mínimo, despoldadeiras, câmaras frias, tubo de congelamento, embaladoras, balanças, fogões, etc. Ações serão desempenhadas em relação à apresentação dos produtos, tanto em termos de qualidade, como em termos de rotulagem. Cada usina terá pelo menos um técnico de nível médio (já orçado no item anterior) para realizar a administração da unidade e estabelecerá canais de comercialização com compradores de alguns importantes centros consumidores.

TABELA 12: Orçamento para a melhoria do aspecto visual de produtos do extrativismo

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorários de consultor para melhorar a apresentação dos produtos	SC	Dia	10	400,00	4.000,00
Material de consumo (embalagens, material de limpeza, etc.)	MC	Conj.	10	800,00	8.000,00
Impressão de rótulos	STPJ	Conj	8	1.000,00	8.000,00
Técnico administrativo – NM (1)	Pessoal	H/Mês	60	2.333,00	140.000,00
Total					160.000,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente
(1) Técnico NM - [R\$1.400,00 x 36,6% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses + R\$2.500 (rescisão)] = R\$28.000 x 5 anos = R\$140.000

TABELA 13: Orçamento de infraestrutura para implantação UBs.

Descrição dos equipamentos	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Câmara Fria	MP	Unid	3	20.000,00	60.000,00
Tubo de congelamento	MP	Unid	3	20.000,00	60.000,00
Armários de aço	MP	Unid	6	300,00	1.800,00
Estante de aço com 5 divisórias	MP	Unid	6	90,00	540,00
Secador solar para desidratação de frutas	MP	Unid	3	1.000,00	3.000,00
Seladores de pedal semi-automático	MP	Unid	3	400,00	1.200,00
Seladoras de pedal convencional	MP	Unid	3	220,00	660,00
Fogão industrial	MP	Unid	3	700,00	2.100,00
Panelas industriais	MP	Unid	9	300,00	2.700,00
Conjunto com 5 panelas de 31,7 litros, 23,8 litros, 20,4 litros, 17,4 litros e 14,5 litros	MP	Unid	3	1.200,00	3.600,00
Liquidificador industrial de 8 litros	MP	Unid	3	650,00	1.950,00
Moinho industrial	MP	Unid	3	2.000,00	6.000,00
Cozinhador vertical TCE 30	MP	Unid	3	3.200,00	9.600,00
Mini-prensa MPE40	MP	Unid	3	6.500,00	19.500,00
Filtro prensa FPE20/6	MP	Unid	3	5.500,00	16.500,00
Quebrador de coco	MP	Unid	3	900,00	2.700,00
Balança mecânica (300 kg)	MP	Unid	3	550,00	1.650,00
Balança eletrônica (15 kg)	MP	Unid	3	1.000,00	3.000,00
Total					196.500,00

TABELA 14: Orçamento total para implementação das metas do extrativismo

META	VALOR
Meta 1 – Capacitação das comunidades ao uso sustentável dos frutos do Cerrado	88.585,00
Meta 2 – Educação ambiental	48.880,00
Meta 3 – Fortalecimento da organização comunitária	16.860,00
Meta 4 – Visitas de intercâmbio	12.000,00
Meta 5 – Assistência técnica	1.481.137,80
Meta 6 – Ações de infra-estrutura nos núcleos e comunidades	356.500,00
Total	2.003.962,80

7.2. Ações para o Turismo Ecocultural

A implementação deste plano referente ao Foco Turismo Ecocultural deve prioritariamente promover junto às comunidades as seguintes ações: capacitação (Meta 1); visitas de intercâmbio dos membros de comunidades do Mosaico a localidades onde o turismo ecocultural já está bem desenvolvido (Meta 2); valorização da cultura tradicional (Meta 3); organização comunitária (Meta 4); Melhoria da infraestrutura (Meta 5); Elaboração de Planos Diretores (Meta 6); e Marketing (Meta 7).

7.2.1. Capacitações

Capacitar pessoas da região é fundamental para que o turismo se desenvolva em bases sustentáveis e possa torná-los

protagonistas desta atividade, tornando-os, de certa forma, independentes de agentes externos.

Conforme a realidade atual, os principais serviços que merecem um esforço em capacitação são: a) empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação; b) guiação de turistas; c) desenvolvimento de roteiros ecoculturais; d) operadores locais de turismo; e) noções de turismo, conceitos e operação turística tendo como alvo os chefes das unidades de conservação, técnicos de prefeituras e outras instituições que direta ou indiretamente atuam com atividades turísticas.

a) Empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação

Serão realizados 9 (nove) cursos, três por cada núcleo do mosaico, para 30 participantes em cada curso.

TABELA 15: Orçamento para Empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 09 cursos x 40 horas (cada curso) = 360	SC	Hora	360	60,00	21.600,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) 9 cursos x 30 pessoas)	MC	Kit	270	4,00	1.080,00
Apostila	MC	Unid.	225	5,00	1.125,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 5 dias x 9 cursos)	MC	Refeições	4050	5,00	20.250,00
Hospedagens (30 pessoas x 5 dias x 9 cursos)	STPJ	Diárias	1.350	15,00	20.250,00
Transporte (300 litros por curso x 9 cursos)	MC	Litros	2700	2,70	7.290,00
Material de divulgação (60 cartazes x 9 cursos)	STPJ	Unid.	540	2,00	1.080,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 9 cursos = 4.500 km)	STPJ	Km	4.500	2,00	9.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista / relator (300,00 por curso) = 850,00 * 0,20 (RPA) = 1.020,00 * 9 cursos =	STPJ	cursos	9	1.020,00	9.180,00
Total					90.855,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

b) Guiagem de turistas

Serão realizados 6 (seis) cursos, dois por cada núcleo do mosaico, para 30 participantes em cada curso.

TABELA 16: Orçamento para Guiagem de Turistas

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 06 cursos x 40 horas (cada curso) = 240 horas	SC	Hora	240	60,00	14.400,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) 6 cursos x 30 pessoas)	MC	Kit	180	4,00	720,00
Apostila	MC	Unid.	150	5,00	750,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 5 dias x 6 cursos)	MC	Refeições	2.700	5,00	13.500,00
Hospedagens (30 pessoas x 5 dias x 6 cursos)	STPJ	Diárias	900	15,00	13.500,00
Transporte (300 litros por curso x 6 cursos)	MC	Litros	1800	2,70	4.860,00
Material de divulgação (60 cartazes x 6 cursos)	STPJ	Unid.	360	2,00	720,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 6 cursos = 3.000 km)	STPJ	Km	3.000	2,00	6.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista / relator (300,00 por curso) = 850,00 * 0,20 (RPA) = 1.020,00 * 9 cursos =	STPJ	cursos	6	1.020,00	6.120,00
Total					60.570,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

c) Desenvolvimento de roteiros ecoculturais

Serão realizados 9 (nove) cursos, três por cada núcleo do mosaico, para 30 participantes em cada curso.

TABELA 17: Orçamento para desenvolvimento de roteiros ecoculturais

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 09 cursos x 40 horas (cada curso) = 360 horas	SC	Hora	360	60,00	21.600,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) 9 cursos x 30 pessoas)	MC	Kit	270	4,00	1.800,00
Apostila	MC	Unid.	225	5,00	1.125,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 5 dias x 9 cursos)	MC	Refeições	4050	5,00	20.250,00
Hospedagens (30 pessoas x 5 dias x 9 cursos)	STPJ	Diárias	1.350	15,00	20.250,00
Transporte (300 litros por curso x 9 cursos)	MC	Litros	2700	2,70	7.290,00
Material de divulgação (60 cartazes x 9 cursos)	STPJ	Unid.	540	2,00	1.080,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 9 cursos = 4.500 km)	STPJ	Km	4.500	2,00	9.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista / relator (300,00 por curso) = 850,00 * 0,20 (RPA) = 1.020,00 * 9 cursos =	STPJ	cursos	9	1.020,00	9.180,00
Total					90.855,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

d) Operadores locais de turismo

Serão realizados 11 (onze) cursos, um por cada município do mosaico, para 25 participantes em cada curso.

TABELA 18: Orçamento para operadores locais de turismo

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 11 cursos x 40 horas (cada curso) = 440 horas	SC	Hora	440	60,00	26.400,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (11 cursos x 25 pessoas)	MC	Kit	275	4,00	1.100,00
Apostila (11 cursos x 25 pessoas)	MC	Unid.	275	5,00	1.375,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 25 pessoas x 5 dias x 11 cursos)	MC	Refeições	4.125	5,00	20.625,00
Hospedagens (25 pessoas x 5 dias x 11 cursos)	STPJ	Diárias	1.375	15,00	20.625,00
Transporte (300 litros por curso x 11 cursos)	MC	Litros	3.300	2,70	8.910,00
Material de divulgação (60 cartazes x 11 cursos)	STPJ	Unid.	660	2,00	1.320,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 11 cursos = 5.500 km)	STPJ	Km	5.500	2,00	11.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista / relator (300,00 por curso) = 850,00 * 0,20 (RPA) = 1.020,00 * 11 cursos =	STPJ	cursos	11	1.020,00	11.220,00
Total					102.575,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

e) Noções de turismo, conceitos e operação turística tendo como alvo os chefes das unidades de conservação, técnicos de prefeituras e outras instituições que direta ou indiretamente atuam com atividades turísticas.

Serão realizados 11 (onze) cursos, um por cada município do mosaico, para 25 participantes em cada curso.

TABELA 19: Orçamento para noções de turismo

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário de consultores 11 cursos x 40 horas (cada curso) = 440 horas	SC	Hora	440	60,00	26.400,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (11 cursos x 25 pessoas)	MC	Kit	275	4,00	1.100,00
Apostila (11 cursos x 25 pessoas)	MC	Unid.	275	5,00	1.375,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 25 pessoas x 5 dias x 11 cursos)	MC	Refeições	4.125	5,00	20.625,00
Hospedagens (25 pessoas x 5 dias x 11 cursos)	STPJ	Diárias	1.375	15,00	20.625,00
Transporte (300 litros por curso x 11 cursos)	MC	Litros	3.300	2,70	8.910,00
Material de divulgação (60 cartazes x 11 cursos)	STPJ	Unid.	660	2,00	1.320,00
Aluguel de veículo (500 km por curso * 11 cursos = 5.500 km)	STPJ	Km	5.500	2,00	11.000,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00 por curso), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista / relator (300,00 por curso) = 850,00 * 0,20 (RPA) = 1.020,00 * 11 cursos =	STPJ	cursos	11	1.020,00	11.220,00
Total					102.575,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

TABELA 20: Orçamento Total da Capacitação

Nome do curso	Número de cursos	Número total de treinandos	Valor Total R\$
a) Empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação	9	270	90.855,00
b) Guiagem de turistas	6	180	60.570,00
c) Desenvolvimento de roteiros ecoculturais	9	270	90.855,00
d) Operadores locais de turismo	11	275	102.575,00
e) Noções de turismo, conceitos e operação turística	11	275	102.575,00
TOTAL	46	1.70	447.430,00

TABELA 21: Cronograma dos Cursos

Nome do curso	ANOS / Quantidade de cursos				
	1	2	3	4	5
a) Empreendedorismo relacionados com hospedagens e alimentação	3	3	3		
b) Guiagem de turistas	3	3			
c) Desenvolvimento de roteiros ecoculturais	3	3	3		
d) Operadores locais de turismo	3	2	2	2	2
e) Noções de turismo, conceitos e operação turística	6	5			

7.2.2. Visitas de Intercâmbio

Esta ação visa promover visitas de membros das comunidades interessados em desenvolver ações voltadas para o turismo a localidades que realizem trabalhos bem sucedidos relacionados com ecoturismo e turismo ecocultural, objetivando a troca de experiências e estabelecimento de parcerias. Serão visitadas as localidades da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, Bonito, no Mato Grosso do Sul e uma área a ser definida, no estado de Minas Gerais.

ros, em Goiás, Bonito, no Mato Grosso do Sul e uma área a ser definida, no estado de Minas Gerais.

Serão realizadas 6 visitas técnicas, sendo duas em cada localidade (20 pessoas cada visita) de membros dos 3 núcleos do mosaico (Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu). A meta é atingir 120 pessoas. Serão realizadas duas visitas no ano 1, duas no ano 2 e duas no ano 3.

TABELA 22: Orçamento para visitas técnicas

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
1. Chapada dos Veadeiros					12.400,00
Alimentação (3 dias x 3 refeições x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	-	360	10,00	3.600,00
Hospedagem (2 diárias x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	Diária	80	40	3.200,00
Entradas nos atrativos a serem visitados (2 atrativos x 20 pessoas x 2 visitas)	SPTJ		80	10	800,00
Aluguel Microonibus para transporte (1.200 km x 2 visitas)	SPTJ	Km	2.400	2,00	4.800,00
2. Bonito - MS					37.200,00
Alimentação (5 dias x 3 refeições x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	-	600	10,00	6.000,00
Hospedagem (5 diárias x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	Diária	200	60	12.000,00
Entradas nos atrativos a serem visitados (2 atrativos x 20 pessoas x 2 visitas)	SPTJ		80	40	3.200,00
Aluguel Microonibus para transporte (4.000 km x 2 visitas)	SPTJ	Km	8.000	2,00	16.000,00
3. Localidade em Minas Gerais					12.400,00
Alimentação (3 dias x 3 refeições x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	-	360	10,00	3.600,00
Hospedagem (2 diárias x 20 pessoas x 2 visitas)	MC	Diária	80	40	3.200,00
Entradas nos atrativos a serem visitados (2 atrativos x 20 pessoas x 2 visitas)	SPTJ		80	10	800,00
Aluguel Microonibus para transporte (1.200 km x 2 visitas)	SPTJ	Km	2.400	2,00	4.800,00
Total					62.000,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.2.3. Valorização da Cultura Tradicional

7.2.3.1. Educação ecocultural nas escolas e comunidades

Esta ação visa desenvolver a educação ecocultural em parceria com as associações locais, e escolas estaduais e municipais, buscando contribuir no aumento do nível de conscientização acerca da importância da preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Serão realizadas palestras e atividades relacionadas ao projeto em escolas e comunidades, com o intuito de demonstrar as riquezas existentes na região do Mosaico. Estas palestras serão realizadas por consultor da área de turismo do projeto, podendo-se também utilizar das parcerias estabelecidas com o IBAMA e IEF. Ao todo serão 33 atividades, sendo 9 no ano 1 e 6 em cada um dos anos subsequentes. O orçamento previsto é o seguinte:

TABELA 23: Orçamento para palestras

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Honorário do consultor incluindo impostos (palestras em 3 escolas por município) 3 x 11	SC	Atividade	33	400,00	13.200,00
Alimentação (2 pessoas x 3 visitas x 11 municípios)	MC	-	66	10,00	660,00
Combustível (80 l x 11 viagens) = 880 litros	MC	Litros	880	2,70	2.376,00
Total					16.236,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.2.3.2. Realização do Encontro Anual dos Povos do Grande Sertão Veredas

Está sendo prevista a ampliação e fortalecimento do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, evento realizado anualmente na Chapada Gaúcha, que já se tornou uma tradição na região.

Este Encontro objetiva valorizar e difundir os conhecimentos tradicionais e as manifestações culturais das comunidades localizadas na região do Grande Sertão Veredas, com reconhecidas expressões culturais relacionadas ao patrimônio imaterial do sertão brasileiro, à obra literária de Guimarães Rosa, à riqueza da biodiversidade do cerrado e ao aproveitamento sustentável de produtos do cerrado.

Com a proposta de ampliar e consolidar este evento como uma ação que envolve toda a área do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, tendo em vista que o romance *Grande Sertão: Veredas*, se passa por toda esta região, o Encontro buscará atingir os seguintes objetivos específicos:

- Preservar a identidade cultural sertaneja, através de manifestações artísticas, da produção de artesanato, da culinária tradicional, por meio da participação dos povos tradicionais que vivem na região;
- Reforçar junto à população da região, a importância do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, bem como a riqueza da biodiversidade e a necessidade de manter o cerrado em pé;
- Implementar a Feira de Produtos Sustentáveis do Cerrado como atividade integrante da programação do En-

contro dos Povos do Grande Sertão Veredas, para que funcione como uma vitrine e oportunidade de negócios para os pequenos produtores locais, difundindo e estimulando o uso sustentável de produtos do Cerrado;

- Promover o repasse de conhecimentos tradicionais por meio de oficinas realizadas pelos mestres das comunidades, com a participação do público em geral, estimulando a transmissão desses saberes e a continuidade das tradições;
- Promover exposições sobre a história das comunidades sertanejas e seu estilo de vida, demonstrando os modos de fazer e viver, com a instalação, na praça do evento, de uma “Casa do Sertão”, que reproduza as casas sertanejas, uma “Casa de Farinha”, que demonstre o modo artesanal de produzir farinha, um “Moinho”, que demonstre a produção artesanal de garapa de cana e o “Corredor da História”, local onde são expostos documentos antigos, fotografias, textos, móveis e objetos relacionados às tradições do sertão tão bem descritas na obra de João Guimarães Rosa;
- Promover o debate, por meio de mesas redondas, sobre temas de interesse ao desenvolvimento sustentável da região e à valorização da cultura tradicional, visando influenciar na definição de políticas públicas.

Para a realização deste Encontro anualmente na Chapada Gaúcha, são necessários recursos na ordem de R\$150.000,00 por evento, distribuídos da seguinte forma:

TABELA 24: Orçamento para o Encontro dos Povos

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Pessoal (Produtor: R\$10.000; Coordenação local: R\$5.000, Coordenador de palco: R\$1.000, Assistentes: 4 x R\$500 = R\$2.000, Pagamento de artistas: 30 x R\$1.000 = R\$30.000, Apoio logístico: 10 x R\$200=R\$2.000)	STPJ	Hora	1.660	30,00	50.000,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 1000 pessoas x 4 dias)	MC	-	12.000	2,00	24.000,00
Hospedagens (800 pessoas x 4 dias)	STPJ	Diárias	320	20,00	6.400,00
Aluguel de Equipamentos: Palco, Iluminação e Som: R\$20.000, Tendas: R\$10.000, 2 Banheiros Químicos: R\$5.000, Telão: R\$2.000	STPJ	Dias	4	9.250	37.000,00
Material de divulgação Cartazes: 2.000 x R\$2 = R\$4.000, Folders: 2.000 x R\$1,50 = R\$3.000, Faixas: 10 x R\$100 = R\$1.000, Banners: 5 x R\$400 = R\$2.000, Camisetas: 2.000 x R\$9 = R\$18.000	STPJ	Unid.	660	2,00	28.000,00
Aluguel de veículos	STPJ	Diárias	75	50	3.750,00
Combustível	MC	lt	315	2,70	850,00
Total					150.000,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

Como serão Encontros Anuais, o valor total para os cinco anos será: 5 x R\$150.000,00 = **R\$750.000,00**

7.2.3.3. Realização de Inventários do Patrimônio Imaterial e Material

Esta ação objetiva inventariar os bens culturais de 6 comunidades selecionadas (duas por núcleo), localizadas na

região do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, no intuito de favorecer e estimular ações de salvaguarda do patrimônio de natureza imaterial dessa região sertaneja, valorizando a relação entre a biodiversidade e a diversidade cultural dos povos tradicionais do cerrado. Os objetivos específicos são:

- Conforme a metodologia do INRC, realizar as três fases do inventário em cada comunidade, ou seja: 1. levantamento

preliminar dos bens culturais das comunidades selecionadas; 2. Identificação dos bens mais representativos de cada levantamento; 3. Documentação dos bens identificados na Fase II;

- Capacitar agentes culturais e pesquisadores locais para o desenvolvimento da pesquisa com a utilização da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC;
- Realizar o registro audiovisual sobre os bens culturais a serem levantados;
- Estimular o exercício da memória oral das comunidades inventariadas.

Para a realização desta atividade, estão previstos os seguintes montantes:

Fase I – R\$80.000 x 6 = R\$480.000,00

Fase II – R\$70.000 x 6 = R\$420.000,00

Fase III – R\$40.000 x 6 = R\$240.000,00

TOTAL – R\$1.140.000,00

A idéia é que os inventários sejam realizados respeitando o seguinte cronograma:

TABELA 25: Cronograma dos inventários

Núcleo do Mosaico / Comunidade	ANOS / Fase do Inventário				
	1	2	3	4	5
a) Sertão Veredaas					
Comunidade 1	Fase 1	Fase 2	Fase 3		
Comunidade 2		Fase 1	Fase 2	Fase 3	
b) Pandeiros					
Comunidade 1	Fase 1	Fase 2	Fase 3		
Comunidade 2		Fase 1	Fase 2	Fase 3	
c) Peruaçu					
Comunidade 1	Fase 1	Fase 2	Fase 3		
Comunidade 2		Fase 1	Fase 2	Fase 3	

TABELA 26: Orçamento Total da Valorização da Cultura Tradicional

Atividade	R\$
1. Educação ecocultural nas escolas e comunidades	16.236,00
2. Realização do Encontro Anual dos Povos do Grande Sertão Veredas	750.000,00
3. Realização de Inventários do Patrimônio Imaterial e Material	1.140.000,00
Total	1.906.236,00

7.2.4. Fortalecimento da Organização Comunitária

O objetivo desta ação é fortalecer a organização dos grupos que estarão envolvidos nas atividades de guiagem de turistas e no empreendedorismo relacionados com pousadas e restaurantes. Neste sentido, serão apoiados a criação e o registro de, pelo menos três novas associações, assim como auxiliar nos trabalhos das já existentes. Prevê-se que estes apoios se darão nos anos 1, 2 e 3.

TABELA 27: Orçamento para fortalecimento da organização comunitária

Descrição da Despesa	Sigla da Despesa	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Total
Honorário do consultor	SC	H	40	60	2.400,00
Material de Consumo	MC	kit	100	6	600,00
Registros de associações	OST-PJ	cada	3	500	1.500,00
TOTAL					4.500,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.2.5. Melhoria da Infra-estrutura

Esta atividade visa apoiar a melhoria da infra-estrutura em dois aspectos importância para o turismo ecocultural se desenvolver a contento na região do Mosaico, ou seja, a implementação da Estrada-Parque Guimarães Rosa e a implantação de três pousadas comunitárias, sendo uma em cada núcleo do Mosaico (Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu).

7.2.5.1. Estrada-Parque Guimarães Rosa

a) Elaboração do projeto da estrada-parque

A Estrada tem uma extensão de aproximadamente 400 km. Serão necessários serviços topográficos, definição de pontos onde serão construídas as obras-de-arte, eventuais alterações de traçados (há uma pequena parte da estrada que passa dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas), pontos de passagens de animais, pontos de paradas turísticas para contemplação e interpretação ambiental, dentre outros aspectos que caracterizem a estrada-parque.

Este projeto será desenvolvido entre o ano 1 e 2 do Plano.

Estima-se que para a elaboração deste projeto são necessários recursos no valor de **R\$400.000,00** (quatrocentos mil reais), ou seja R\$1.000,00 x 400 km. .

b) Construção da estrada-parque

O orçamento para a construção da Estrada-Parque dependerá do projeto que será elaborado.

7.2.5.2. Pousadas Comunitárias

As Pousadas comunitárias funcionarão como locais de multi-uso, com a função principal de operar como meio de hospedagem destinado ao fornecimento de alojamento e alimentação para turistas / visitantes às comunidades do Mosaico, podendo exercer outras funções quando não os estiver atendendo e com acentuada função pedagógica.

Entre essas outras funções podemos enumerar:

1. hospedar técnicos e agentes da extensão rural e tecnológica, da saúde, da educação, e outros que estejam prestando serviços às comunidades;
2. hospedar membros de outras comunidades visitantes, em processo de capacitação, ou por outros motivos;
3. servir como centro de capacitação em hospedagem, manipulação de alimentos, informática, artesanato, guiamento, ou quaisquer outras atividades de capacitação pertinentes;
4. prover os membros da comunidade de referências de padrões habitacionais superiores aos praticados por eles próprios, dentro dos seus próprios parâmetros estéticos, culturais e das respectivas disponibilidades de materiais nas respectivas localidades;

As pousadas comunitárias deverão ser concebidas por meio de projetos arquitetônicos de paisagismo, tecnologia e engenharia que contemplem:

1. a estética e a cultura locais;
2. os materiais locais disponíveis;
3. a proximidade com os padrões habitacionais locais;
4. ambiente de dormitório com camas e fixadores de rede;
5. banheiros para o atendimento dos dormitórios adaptados para cadeirantes, cegos e outros portadores de necessidades especiais;

6. banheiros de uso comum, adaptados para portadores de necessidades especiais;
7. ambiente interno de convívio – sala de estar – devidamente equipado;
8. ambiente de cocção, com fogão a lenha;
9. ambiente de despensa;
10. ambiente de alojamento para os locais no exercício da prestação de serviços;
11. ambiente para alimentação - refeitório;
12. ambiente externo – varanda – de uso comum;
13. conforto térmico;
14. segurança contra insetos e animais peçonhentos;
15. decoração de interiores e exteriores com artesanato local;
16. mobiliários, utensílios e roupas produzidos localmente, sempre que possível;
17. jardins e paisagismo com plantas do cerrado e ou adaptadas, de baixa demanda hídrica;
18. uso de tecnologias alternativas de esgotamento sanitário e energia para diversas finalidades, ainda que haja oferta de energia elétrica e gás liquefeito;
19. armazenamento de água potável, em condições ótimas, e possível tratamento com técnicas alternativas;
20. provimento dos serviços de comunicação, tais como telefone e internet, e conseqüentes demandas;

Para esta ação, está prevista a elaboração dos projetos arquitetônicos e de engenharia das três pousadas comunitárias e, na seqüência, a construção das mesmas, em comunidades a serem selecionadas, sendo uma em cada núcleo do Mosaico. Cada pousada comunitária terá uma área de 200 m².

Para a elaboração de projeto arquitetônico e de engenharia de pousadas comunitárias estão previstos recursos na ordem de R\$7.000,00 para cada pousada. A construção de cada pousada estará em torno de R\$80.000,00. Além disso, serão necessários equipamentos e outros materiais permanentes para o funcionamento das mesmas.

TABELA 28: Orçamento para as pousadas comunitárias

Item	Núcleo Sertão Veredas	Núcleo Pandeiros	Núcleo Peruaçu	Total
1. Projeto arquitetônico e de engenharia	7.000,00	7.000,00	7.000,00	21.000,00
2. Obra	80.000,00	80.000,00	80.000,00	240.000,00
3. Equipamentos e materiais permanentes	20.000,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00
TOTAL	107.000,00	107.000,00	107.000,00	321.000,00

As pousadas serão construídas nos anos 1, 2 e 3, em localidades a serem definidas.

Orçamento Total para a Infraestrutura

1. Estrada-Parque Guimarães Rosa	R\$400.000,00
2. Pousadas Comunitárias	R\$321.000,00
Total.....	R\$721.000,00

7.2.5.3. Elaboração de Planos Diretores Municipais

Tendo em vista que os municípios estarão estruturando-se para o recebimento de turistas, é essencial que cada um construa de forma participativa o seu Plano Diretor, que após discutido e aprovado em audiências públicas, deverão ser transformados em leis municipais.

Em média, para a elaboração de um plano diretor de municípios do porte dos que compõem o Mosaico, com exceção de Januária, fica em torno de R\$150.000,00. Para Januária, município de médio porte, são necessários recursos na ordem de R\$200.000,00. Estes valores envolvem despesas com consultorias, realização de viagens de campo, realização de audiências públicas e publicações.

O valor total desta ação corresponde a:

10 municípios x R\$150.000,00 =	R\$1.500.000,00
1 município médio porte (Januária) =	R\$200.000,00
TOTAL	R\$1.700.000,00

Estes Planos Diretores deverão ser desenvolvidos obedecendo o seguinte cronograma:

TABELA 29: Cronograma para os planos diretores

Município	ANOS				
	1	2	3	4	5
1. Formoso		X	X		
2. Chapada Gaúcha		X	X		
3. Arinos			X	X	
4. Urucuia			X	X	
5. Cocos-BA	X	X			
6. Januária	X	X			
7. Bonito de Minas			X	X	
8. Cônego Marinho			X	X	
9. Itacarambi			X	X	
10. São João das Missões				X	X
11. Manga				X	X

7.2.6. Marketing

Será necessária a definição de uma estratégia de marketing para “vender” o produto turístico “Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”. Para isso, serão contratados profissionais da área para o desenvolvimento da estratégia de material de divulgação. Prevê-se um montante de **R\$300.000,00** para os cinco anos desta atividade. Esta atividade deverá ser desenvolvida entre os anos 1 e 2.

TABELA 30: Orçamento Global do Turismo Ecocultural

Atividade	R\$
1. Capacitações	447.430,00
2. Visitas de Intercâmbio	62.000,00
3. Valorização da Cultura Tradicional	1.906.236,00
4. Fortalecimento da Organização Comunitária	4.500,00
5. Melhoria da Infra-estrutura	721.000,00
6. Planos Diretores	1.700.000,00
7. Marketing	300.000,00
Total	5.141.166,00

7.3. Ações para a Gestão Integrada de Unidades de Conservação

As ações foram divididas em 05 (cinco) metas, a saber: Programa de Fiscalização Integrado (**Meta 1**), Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (**Meta 2**), Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico (**Meta 3**), Programa Integrado de Pesquisa Científica nas Unidades de Conservação do Mosaico (**Meta 4**), Programa de Levantamento da Situação Fundiária das Unidades de Conservação do Mosaico (**Meta 5**).

7.3.1. Metas para a Gestão Integrada de Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

7.3.1.1. Programa de Fiscalização Integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Descrição e desenvolvimento

Visa proporcionar ao Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, um conjunto de ações de fiscalização integradas, de tal forma

que haja uma potencialização dos esforços para a redução dos desafios mencionados no item 6.3.

Constitui-se de um conjunto de atividades, que se inicia por um levantamento da situação atual, do ponto de vista da fiscalização, das Unidades de Conservação do Mosaico.

Prevê ainda um encontro anual dos fiscais e demais instituições responsáveis pela segurança da região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, e a capacitação para a Fiscalização Integrada do Mosaico.

TABELA 31: Orçamento do Programa de Fiscalização

	Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Levantamentos	Levantamento da situação da fiscalização das UCs	SC	Hora	160	60,00	9.600,00
	Deslocamento do consultor (aluguel de carro+combustível)	DC	Km	1500	5,00	7.500,00
Total						17.100,00
Encontro de Fiscais	Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	SC	Hora	24	60,00	1.440,00
	Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 25 pessoas)	MC	Kit	25	4,00	100,00
	Alimentação (25 pessoas x 3 dias x 3 refeições x R\$5,00)	MC	Participante	25	45,00	1.125,00
	Transporte (350km x 3 veículos)	MC	Km	1.050	1,80	1.890,00
	Material de divulgação (50 cartazes)	STPJ	Unid.	50	2,00	100,00
	Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00
Subtotal						6.675,00
Um encontro por ano – 5 anos – Total dos Encontros						33.375,00
Capacitação	Honorário de consultores (8 horas x 3 dias x 1 curso)	SC	Hora	24	60,00	1.440,00
	Material dos cursos (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (1 curso x 25 pessoas)	MC	Kit	25	4,00	100,00
	Apostila (1 curso x 25 pessoas)	MC	MC	25	5,00	125,00
	Alimentação (25 pessoas x 3 dias x 3 refeições x R\$5,00)	MC	Participante	25	45,00	1.125,00
	Combustível 300 litros x 1 curso	MC	Litros	300	2,70	810,00
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.200,00
Total						4.800,00
Total						55.275,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.3.1.2. Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Descrição e desenvolvimento da meta

Visa a execução de um conjunto de atividades capazes de prevenir e combater os incêndios que todo ano, no período mais seco, causam enormes prejuízos à flora e fauna do cerrado. A ação integrada proposta tem como fundamento o envolvimento de todas as comunidades, instituições públicas, órgãos de assistência técnica, associações da sociedade civil e demais interessados no tema, a se unirem em um conjunto de esforços para a redução de queimadas na região do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

Suas atividades dividem-se em um levantamento do estado atual da prevenção e combate a incêndios florestais na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, encontro anual de brigadas de prevenção e combate existentes no território e a oficina de planejamento estratégico para o público citado no primeiro parágrafo. A oficina envolve não só o aprendizado do conjunto de técnicas necessárias à prevenção e combate às queimadas, mais também a educação ambiental aos produtores rurais que manejam suas culturas com o uso do fogo.

As estratégias elaboradas na Oficina de Planejamento serão revisadas nos encontros anuais das brigadas.

TABELA 32: Orçamento do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

	Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Levantamentos	Levantamento da situação da prevenção e combate a incêndios das UCs	SC	Hora	160	60,00	9.600,00
	Deslocamento do consultor (aluguel de carro+combustível)	DC	Km	1500	5,00	7.500,00
Total						17.100,00
Encontro de Brigadas	Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	SC	Hora	24	60,00	1.440,00
	Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 30 pessoas)	MC	Kit	30	4,00	120,00
	Alimentação (30 pessoas x 3 dias x 3 refeições x R\$5,00)	MC	Participante	30	45,00	1.350,00
	Transporte (350km x 3 veículos)	MC	Km	1.050	1,80	1.890,00
	Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00
	Subtotal					
Um encontro por ano – 5 anos – Total dos Encontros						34.100,00
Oficina de Planejamento Estratégico	Honorário de consultores/moderador (8 horas x 3 dias x 1 oficina)	SC	Hora	24	60,00	1.440,00
	Material dos cursos (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (1 cursos x 30 pessoas)	MC	Kit	30	4,00	120,00
	Alimentação (30 pessoas x 3 dias x 3 refeições x R\$5,00)	MC	Dia	30	45,00	1.350,00
	Combustível 300 litros x 1 oficina	MC	Litros	300	2,70	810,00
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.200,00
Total						4.695,00
Total						55.895,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.3.1.3. Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico

Esse programa visa o fortalecimento do Conselho Consultivo do Mosaico, órgão fundamental para a gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. O Conselho do Mosaico será composto por um conjunto de instituições atuantes na região e a presidência, ocupada por um gestor de unidade de conservação da região, será assessorada por uma secretaria executiva escolhida entre seus integrantes, conforme descrito no item 6.3.2.

Do programa constam as seguintes atividades: capacitação de gestores de unidades de conservação para a gestão em mosaicos de unidades de conservação, promoção de encontros anuais de gestores de unidades de conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu e a divulgação das unidades de conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com a previsão da criação de um portal e um Jornal do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com edição trimestral.

TABELA 33: Orçamento do programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico

	Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quant	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)	
Capacitação de Gestores de UCs	Honorário de consultores/moderador (8 horas x 3 dias x 1 curso)	SC	Hora	24	60,00	1.440,00	
	Material dos cursos (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (1 curso x 15 gestores)	MC	Kit	15	4,00	60,00	
	Alimentação 3 dias x 3 refeições (15,00/dia)	MC	pessoa/dia	15	45,00	675,00	
	Combustível 300 litros x 1 oficina	MC	Litros	300	2,70	810,00	
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00	
	Total						4.005,00
Encontro de Gestores	Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	SC	Hora	24	60,00	1.440,00	
	Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 15 pessoas)	MC	Kit	15	4,00	60,00	
	Alimentação 3 dias x 3 refeições (15,00/dia)	MC	pessoa/dia	15	45,00	675,00	
	Transporte (350km x 3 veículos)	MC	Km	1.050	1,80	1.890,00	
	Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00	
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00	
Subtotal						6.085,00	
Um encontro por ano – 5 anos – Total dos Encontros							30.425,00
Divulgação							
Jornal do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	Jornalista (honorários)	SC	edição	4	3.000,00	12.000,00	
	Diagramação	SC	edição	4	1.000,00	4.000,00	
	Impressão	STPJ	exemplar	4000	3,00	12.000,00	
Portal	Elaboração	SC	hora	80	60,00	4.800,00	
	Manutenção (5 anos)	SC	hora	300	60,00	18.000,00	
	Taxa de domínio (5 anos)	STPJ	ano	5	60,00	300,00	
Total						51.100,00	
						85.530,00	

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.3.1.4. Programa Integrado de Pesquisa Científica nas Unidades de Conservação do Mosaico

Objetiva difundir as pesquisas realizadas no território do mosaico, sobretudo aquelas que tiveram como foco as áreas protegidas do mosaico, inclusive as que já foram executadas na Reserva Indígena Xacriabá. Visa ainda, o apoio a pesquisadores interessados em trabalhos científicos na região do mosaico e a realização de encontros com a presença de especialistas em espécies ameaçadas ou não do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

As atividades se iniciam com um levantamento das pesquisas realizadas e em andamento nas UC's e na região. Serão promovidos encontros anuais de pesquisado-

res das unidades de conservação do mosaico, e de outros especialistas que estejam realizando trabalhos relevantes para a conservação e o uso sustentável do bioma cerrado. Será criado um banco de dados dos trabalhos de pesquisa realizados e o contato atualizado dos pesquisadores. Os dados serão divulgados em uma biblioteca virtual abrigada no site do mosaico e em outros que manifestarem interesse.

Ainda como atividade relevante, esse programa apoiará a elaboração de planos de manejo naquelas unidades de conservação que ainda não possuem. Nas unidades de conservação que estão em fase de implementação de seus planos, o programa apoiará sua execução.

TABELA 34: Orçamento do Programa Integrado de Pesquisa Científica

	Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)	
Levantamentos	Levantamento das pesquisas realizadas nas UCs e na região	SC	Hora	320	60,00	19.200,00	
Encontro de Pesquisadores	Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	SC	Hora	24	60,00	1.440,00	
	Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 30 pessoas)	MC	Kit	30	4,00	120,00	
	Alimentação (30 pessoas x 3 dias x 3 refeições x R\$5,00)	MC	Pesquisador	30	45,00	1.350,00	
	Transporte (350km x 3 veículos)	MC	Km	1.050	1,80	1.890,00	
	Aluguel de veículo (500 km)	STPJ	Km	500	2,00	1.000,00	
	Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00	STPJ	cursos	1	1.020,00	1.020,00	
Subtotal						6.820,00	
Um encontro por ano – 5 anos – Total dos Encontros							34.100,00
Total						53.300,00	

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceiros Pessoa jurídica MP: Material permanente

7.3.1.5 - Programa de Levantamento da Situação Fundiária das Unidades de Conservação do Mosaico

Tem como objetivo conhecer de maneira mais detalhada, a situação fundiária das unidades de conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

Como produto, deverá apresentar um mapa georreferenciado ou a revisão dos já existentes, da situação fundiária de cada uma das Unidades de Conservação do Mosaico, contemplando as zonas de amortecimento ou entorno.

TABELA 35: Orçamento Programa de Levantamento da Situação Fundiária

Descrição das despesas	Sigla da despesa	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)	Custo total (R\$)
Elaboração de 13 Mapas	SC	Km ²	13.000	1.000,00	1.300.000,00

SC: Serviço de Consultoria MC: Material de Consumo STPJ: Serviço de Terceira Pessoa Jurídica MP: Material permanente

TABELA 36: Orçamento Geral da Gestão Integrada de Unidades de Conservação

Meta 1 – Programa de Fiscalização Integrada	55.275,00
Meta 2 – Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	55.895,00
Meta 3 – Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico	85.530,00
Meta 4 – Programa Integrado de Pesquisa Científica	53.300,00
Meta 5 – Programa de Levantamento da Situação Fundiária das UCs	1.300.000,00
Total	1.550.000,00

TABELA 37: Orçamento Global do Plano de DTBC

Focos	VALOR
Foco 1 – Extrativismo Vegetal Sustentável	
Meta 1 – Capacitação das comunidades ao uso sustentável dos frutos do Cerrado	88.585,00
Meta 2 – Educação ambiental	48.880,00
Meta 3 – Fortalecimento da organização comunitária	16.860,00
Meta 4 – Visitas de intercâmbio	12.000,00
Meta 5 – Assistência técnica	1.481.137,80
Meta 6 – Ações de infra-estrutura nos núcleos e comunidades	356.500,00
Total Foco 1	2.003.962,80
Foco 2 – Turismo Ecocultural	
1. Capacitações	447.430,00
2. Visitas de Intercâmbio	62.000,00
3. Valorização da Cultura Tradicional	1.906.236,00
4. Fortalecimento da Organização Comunitária	4.500,00
5. Melhoria da Infra-estrutura	721.000,00
6. Planos Diretores	1.700.000,00
7. Marketing	300.000,00
Total Foco 2	5.141.166,00
Foco 3 - Gestão Integrada	
Meta 1 – Programa de Fiscalização Integrada	55.275,00
Meta 2 – Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	55.895,00
Meta 3 – Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico	85.530,00
Meta 4 – Programa Integrado de Pesquisa Científica	53.300,00
Meta 5 – Programa de Levantamento da Situação Fundiária das UCs	1.300.000,00
Total Foco 3	1.550.000,00
Total do Plano de DTBC	8.695.128,80

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. G. (org) 2005. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia, GO: Vieira.

ANJOS, R. S. A. 2000. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria.

ARAÚJO, R. M. P. **Estrada Parque Pantanal: Uma Ferramenta de Conservação da Biodiversidade Pantaneira**. 129 p. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2001. Dissertação de Mestrado CDS No 065 - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.

ARTICULAÇÃO SOJA HOLANDA. S/D. **Um outro olhar sobre a soja**.

BALÉE, W. 1992. "People of the fallow. A historical ecology of foraging in lowland South America". In **Conservation of Neotropical Forests: Working from traditional resource use**. New York: Columbia Univ. Press, pp. 35-57.

BARRETO FILHO, H. T. 2001. **Populações Tradicionais: introdução à crítica de uma noção**. Palestra apresentada no Workshop "Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade". Parati, RJ.

BIODIVERSITAS. **Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para a sua Conservação**. MG, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA EXECUTIVA. 2005. **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco**. Brasília, DF.

CASTRO, E. 2000 [1997] "Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais" Em: DIEGUES, C. A. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: AnnaBlume: Nuapaub - USP: HUCITEC.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA NORTE DE MINAS. **Cerrado e Desenvolvimento**. Montes Claros: Rede Cerrado de Organizações Não-Governamentais, 2000. 309p.

DIEGUES, A. C. S. 1993. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação**. *Série Documentos e Relatórios de Pesquisa*. n. 1. São Paulo.

FELFILI, M.J. E SILVA JR, M. C. **Biogeografia do Bioma Cerrado - Estudo fitofisionômico na Chapada do Espigão Mestre do São Francisco**. Brasília: Universidade de Brasília, faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, 2001. 152p.

FILHO, J. M. J. **Novo paradigma: gestão integrada e participativa ou ausência do estado na questão ambiental?** (texto). Florianópolis, 2002.

FUNATURA, IBAMA, TNC. **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Brasília: 2003. 433p.

FUNATURA, IEF. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras**. Brasília: 2005. 312p.

FUNATURA. **Estudo de Mercado e Plano de Negócios**. Brasília: Projeto para o desenvolvimento de ações no Cerrado do Vale do Uruçua, 2006. 129p.

FUNATURA. **Parcerias e co-gestão em Unidades de Conservação**. Brasília, 1996. 70 p.

FUNATURA. **Plano de Aproveitamento Sustentável de Produtos do Cerrado**. Brasília: Projeto Frutos do Cerrado no Vale do Rio Uruçua/SEBRAE-MG, 2006. 129p.

FUNATURA. **Plano de Manejo da RPPN Arara Vermelha**. Brasília: Projeto BRA/00/G35 – Fundo Global para o Meio Ambiente, 2005. 67p.

FUNATURA. **Plano de Manejo da RPPN Veredas do Pacari**. Brasília: Projeto BRA/00/G35 – Fundo Global para o Meio Ambiente, 2005. 67p.

FUNATURA/TRÍADRE. **Elaboração de Roteiros em Comunidades do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, MG**. Brasília: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 2006.

GEERTZ, C. 2003 [1997]. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONÇALVES, C.W.P. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003. 590p.

GOVERNO DO MATO GROSSO. **Programa Estadual de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, 2004.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa, 1993. 202p.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu**. São Paulo: CSD GEOKLOCK, 2005.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IIEB). 2005. **Metodologias Participativas: caminho para o fortalecimento de espaços públicos sócioambientais**. São Paulo, SP: Peirópolis.

LEI nº 9.985 de 18/07/2000. **Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação**.

LÉVI-STRAUSS, C. 1989 [1982]. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus.

LITTLE, P. E. 2002. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. *Série Antropologia* n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**. Nova Odessa: Plantarium, 1992. 352 p.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**. Vol. 2. Nova Odessa: Instituto Plantarium, 2002. 368 p.

LUZ, C. & DAYRELL, C. (orgs.) 2000. **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros, MG: Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas (CAA/MN) & REDE CERRADOS.

McCORMICK, J. 1992 (1989). **As raízes do ambientalismo**. In: *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp 21-41.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Seminário gestão, mercados e políticas públicas para produtos sustentáveis da biodiversidade brasileira**. São Paulo: A Casa Verde/ISPN/MDA – SAF /ADT/PNUD, 2005.

MMA, FUNATURA, CI, BIODIVERSITAS e UnB. **Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. 1999.

NEVES, W. 1992. “Sociodiversidade e Biodiversidade: dois lados de uma mesma equação” Em Aragon, L. (org) **Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos**. V. 2. Belém: Unamaz: UFPA (Série “Cooperação Amazônica”, v. 13), pp. 365-397.

PÁDUA, J. A. 1987. “Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. Em **Ecologia e Política no Brasil**. J. A. Pádua (org.) pp. 25-134, Rio de Janeiro: Rocco.

POSEY, D. 1987. “Introdução. Etnobiologia: Teoria e Prática”; **Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras, Campos Cerrados (Kayapó)**. Em: RIBEIRO, B. (org.) *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1 – Etnobiologia. Petrópolis: Vozes; FINEP.

RAMBALDI, Denise Marçal e OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (orgs.). **Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003. 510p.

RODRIGUES, L. e MAIA, C. (org). **Cerrado em perspectiva(s)**. Montes Claros: Unimontes, 2003. 189p.

ROSA, J. G. 2001. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

SANTILLI, J. 2005. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis.

SANTO, C.V.E. **Diagnóstico Preliminar - Projeto Mosaico Sertão Veredas/Peruaçu**. Brasília: FUNATURA, 2006. 13p.

SANTOS, K.W.S. **O SNUC e a gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Monografia. Pós-graduação em Gestão e Meio Ambiente em Sistemas Florestais. Lavras: UFLA, 2006. 76p.

SILVA, S.R. **Plantas do cerrado utilizadas pelas comunidades da região do Grande Sertão Veredas**. Brasília: FUNATURA, 1998. 109p.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000; decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002**. 2 ed. Brasília: MMA/SBF, 2006. 52p.

SOARES, M.C.C.; Bensusan, N; Ferreira, P.S.F. **Entorno de UC's – estudo de experiências em UC's de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112p.

Portais consultados:

www.ambientebrasil.com.br
www.cedefes.org.br/
www.cenargen.embrapa.br/
www.efl.unb.br/
www.fjp.gov.br/
www.frutasdocerrado.com.br/
www.fruticultura.iciag.ufu.br/fruteiras
www.funatura.org.br
www.ibama.gov.br/go/
www.ibge.gov.br
www.ispn.org.br
www.pequi.org.br/
www.sebraemg.com.br/geral/
www.socioambiental.org/pib/
www.todafruta.com.br/todafruta/

ANEXO

Roteiros de Turismo Ecocultural do Núcleo Sertão Veredas

Estes roteiros foram definidos e discutidos com as comunidades e representantes do poder público.

O Roteiro Grande Sertão está previsto no Documento Roteiros Turísticos do Vale do Urucuia – Grande Sertão - FUNATURA, SEBRAE-MG, 2006.

Os Roteiros que envolvem as comunidades dos Buracos, Buraquinhos, Inhumas e Ribeirão de Areia foram elaborados quando da execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, e incluídos no documento “Elaboração de Roteiros em Comunidades do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (2005)”.

1) Roteiro Grande Sertão

Primeiro dia - Saída de Brasília às 8h, pela Saída Norte, BR020, passando por Sobradinho, Planaltina, Formosa e Cabeceiras indo até Formoso, primeiro município do roteiro turístico, com chegada prevista para as 13h. Em Formoso, breve passeio pela cidade e visita ao Lago Formoso, onde será feita a refeição do almoço. Descanso e passeio pela cidade. Saída para o Assentamento São Francisco / Gentio, às 15h, em estrada de terra. Chegada ao assentamento às 16h, recepção pela comunidade local, na sede da associação de moradores, com café típico. Hospedagem nas residências de alguns sertanejos, com opção de camping numa das duas sedes da associação. Nesse assentamento, serão encontradas as populações tradicionais que habitavam a área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, quando da sua constituição, em 1989, numa área de aproximadamente 5.600 ha, mantendo parte significativa de mais autêntica cultura sertaneja.

- **Segundo dia** - Alvorada sertaneja, galo cantando, galinha cacarejando, sinfonia de pássaros, e “ouvir o môm das vacas devendo o seu leite” (Rosa, 1986, 26), seguido de café da manhã com comidas típicas do Sertão. Saída a cavalo, com opção de carroça ou carro de boi, para observação de paisagens, aves e animais em direção ao Rio Gentio, com banho e descanso. Às 11h deslocamento para a sede da associação, com chegada prevista para as 12h, onde será

servido almoço sertanejo. Às 15h saída para visita a residências sertanejas, com direito a prosa e observação dos saberes e fazeres, como artesanato, quintais e processamento de plantas medicinais do Cerrado. Volta ao pouso, banho, caminhada ao final da tarde. À noite, encontro com a arte musical e danças tradicionais. Pernoite

-Terceiro dia - Alvorecer, café da manhã. Às 8h traslado para o Parque Nacional, em estrada tangenciando o Liso do Suçuarão. "...o Liso do Suçuarão concebia silêncio, e produzia uma maldade – feito pessoa!" (Rosa, 1986, 47) Às 9h30 chegada ao Mirante Seriema e ao Centro de Apoio ao Visitante. Visita à Cachoeira do Mato Grande, em caminhada de cerca de 30 minutos, com banho e descanso. Deslocamento para Chapada Gaúcha, em meio a paisagens de Cerrado até encontrar as impactantes lavouras de soja e capim brachiária. Chegada, alojamento em pousadas locais. Jantar e noite livre.

- Quarto dia - Café da manhã. Saída para Centro de Apoio ao Visitante do Rio Preto (CAV Rio Preto). Caminhada de cerca de duas horas até a Prainha do Rio Preto, passando por diversas veredas monumentais. Banho, descanso e lanche. De lá segue para Porto Muriçoca, às margens do rio Carinhanha, pela trilha Pedro Boca. Seguimos pela trilha do Carmosino de volta ao CAV Rio Preto. Volta à Chapada Gaúcha para almoço tardio e noite livre.

- Quinto dia - Café da manhã às 8h. De veículo, saída para as comunidades do Corredor Ecológico Vão dos Buracos. Descida a pé para os Buracos, banho no rio Calengue, lanche na casa do Paulo Gomes. Segue para casa do Zezo, reconhecida liderança comunitária. Enquanto o almoço é preparado, prosa e banho no Rio Três Passagens. Após o almoço, caminhada para os Buraquinhos, ao longo do Rio Pardo, até a casa do Tico e da Maria. Lanche e subida para o Mirante dos Buraquinhos. Retorno à Chapada Gaúcha, jantar.

- Sexto dia - Café da manhã. Opcional: Saída para o Parque Estadual de Serra das Araras. Caminhada de duas horas a partir da Vila até o alto da serra. Ou: Manhã livre em Serra das Araras. Almoço na vila. Saída para Ribeirão de Areia, onde os afazeres tradicionais ainda estão presentes no dia-a-dia da comunidade, com características únicas. Visita à casa de farinha, com a fabricação de farinha de mandioca ao som de cantos tradicionais. Jantar sertanejo, ao som de músicas, cantos, danças e causos. Retorno à Chapada Gaúcha para pernoite.

- Sétimo dia - Café da manhã às 9h. Saída de Chapada Gaúcha às 10h, com chegada prevista para as 16h a Brasília.

2 – Roteiros nas Comunidades dos Buracos, Buraquinhos, Inhumas e Barro Vermelho

2.1. – Característica: 3 Dias - Grau de dificuldade: médio

1º dia

Início: 7h45

A entrada aos Buracos deve ser feita pelo Valdemar. Rumo a banho no Rio Três Passagens. Chegada ao rio às 9h40. Banho, descanso e reforço de lanche. Após duas horas de caminhada, em ritmo contemplativo, rumo a casa de Joaquim Gomes / Escola - momento de integração com a comunidade (possibilidade de ação solidária com as crianças). Segue a casa de D.Silu as 12h. Banho no rio. Almoço as 13h – descanso e banho. Continua-se a caminhar as 15h30, rumo a casa de D. Zefa. Chegando a casa de D.Zefa as 16h45 para descarregar bagagens, café da tarde e banho no rio Três Passagens. Pôr-do-sol. Janta as 20h. Pernoite.

2º dia.

Café da manhã as 7h30 na D.Zefa. Manhã na prainha do Três Passagens. Saída de D.Zefa as 11h para casa de Zé Bandeira / Zezu. Almoço as 12h. Início da caminhada para Buraquinhos as 14h30, continuando a Travessia do Rio Pardo. Chega-se aos Buraquinhos as 18h, junto ao pôr-do-sol. Banho no rio Pardo. Montagem de barracas no quintal e jantar as 20h no João Grilo ou Tico e Maria. Ida a Prainha do rio Pardo para contemplação do céu. Pernoite.

3º dia

Café da manhã as 7h30. (Possibilidade de atividade solidária na escola, na casa de farinha ou junto à comunidade.) Caminhada no rio Pardo, sentido encontro deste rio com o Rio Buraquinhos, até 12h. Retorno para almoço. Almoço às 12h30. Descanso e convívio com comunidade. Desmontar barracas e subir pela serra atrás da escola as 16h30 para ver o pôr-do-sol no Mirante.

Pernoite na Chapada Gaúcha ou ônibus.

2.2. – Característica - 4 Dias e 3 pernoites - Grau de dificuldade: médio

1º dia:

Início: 7h45

A entrada aos Buracos deve ser feita pelo Sr. Valdemar, rumo a banho no Rio Três Passagens. Chegada ao rio às 9h40. Banho, descanso e reforço de lanche. Após duas horas de caminhada, em ritmo contemplativo, rumo a casa de Joaquim Gomes / Escola - momento de integração com a comunidade (possibilidade de ação solidária com as crianças). Segue a casa de D.Silu as 12h. Banho no rio. Almoço as 13h – descanso e banho. Continua-se a caminhar as 15h30, rumo a casa de D. Zefa. Chegando a casa de D.Zefa as 16h45 para descarregar bagagens, café da tarde e banho no rio Três Passagens. Pôr-do-sol. Janta as 20h. Pernoite.

2º dia.

Café da manhã as 7h30 na D.Zefa. Manhã na prainha do Três Passagens. Saída de D.Zefa às 11h para casa de Zé Bandeira / Zezu. Almoço às 12h. Início da caminhada para Buraquinhos as 14h30, continuando a Travessia do Rio Pardo. Chega-se aos Buraquinhos às 18h, junto ao pôr-do-sol. Banho no rio Pardo. Montagem de barracas no quintal e jantar as 20h no João Grilo ou Tico e Maria. Ida a Prainha do rio Pardo para contemplação do céu. Pernoite.

3º dia

Café da manhã as 7h30. (Possibilidade de atividade solidária / cultural na escola, na casa de farinha ou junto à comunidade.) Caminhada no rio Pardo, sentido Buraquinhos, até 12h. Retorno para almoço. Almoço às 13h. Descanso e convívio com comunidade. Desmontar barracas. Saída para Inhumas as 15h. Em ritmo contemplativo, chega-se na casa de D.Balbina as 17h30. Banho no rio Inhumas e pôr-do-sol (há possibilidade de buscar um local para mirante). Montar barracas. Jantar 19h30. Fogueira e contos. Pernoite.

4º dia

Café da manhã as 7h30 e banho no Inhumas. Desmontar barracas e voltar sentido Buraquinhos as 11h. Chegada na casa de D.Francisca as 12h15 para almoço. Descanso e convívio. Seguir às 15h, chegando em Buraquinhos as 16h30 para lanche. Saída de Buraquinhos às 17h para ver o pôr-do-sol no Mirante.

Pernoite na Chapada Gaúcha ou ônibus.

2.3 – Característica: 5 Dias e 4 Pernoites – Grau de dificuldade: Médio

1º dia

Início: 7h45

A entrada aos Buracos deve ser feita pelo Valdemar, rumo a banho no Rio Três Passagens. Chegada ao rio às 9h40. Banho, descanso e reforço de lanche. Após duas horas de caminhada, em ritmo contemplativo, rumo a casa de Joaquim Gomes / Escola - momento de integração com a comunidade (possibilidade de ação solidária com as crianças). Segue a casa de D.Silu as 12h. Banho no rio. Almoço as 13h – descanso e banho. Continua-se a caminhar as 15h30, rumo a casa de D. Zefa. Chegando a casa de D.Zefa as 16h45 para descarregar bagagens, café da tarde e banho no rio Três Passagens. Pôr-do-sol. Janta as 20h. Pernoite.

2º dia.

Café da manhã as 7h30 na D.Zefa. Manhã na prainha do Três Passagens. Saída de D.Zefa às 11h para casa de Zé Bandeira / Zezu. Almoço às 12h. Parte da tarde: convívio, banho e caminhada no rio Pardo, subida ao mirante da cruz do morro, possibilidade de ação solidária / cultural com comunidade, lanche. Montar barraca no quintal de seu Zé Bandeira. Noite: jantar, fogueira e conversas na cozinha de D. Lucrecia. Observação do céu. Pernoite

3º dia

Café da manhã as 7h30. Saída para Buraquinhos as 8h30, continuando a Travessia do Rio Pardo. Passagem pelos morros. Paradas para banhos e lanches. Chega-se aos Buraquinhos até às 15h, para almoço. Descanso e convívio com comunidade. Parte da tarde: lanche e pôr-do-sol. Possibilidade de ação solidária/cultural com crianças e comunidade. Montagem de barracas no quintal e jantar às 20h de João Grilo ou Tico e Maria. Ida a Prainha do rio Pardo para contemplação do céu. Pernoite.

4º dia

Café da manhã as 7h30. Possibilidade de atividade solidária / cultural na escola, na casa de farinha ou junto a comunidade.

Duas opções:

1- ida a Inhumas para almoço e retorno aos Buraquinhos no fim da tarde. Saída para Inhumas as 8h30. Em ritmo contemplativo, chega-se na casa de D.Balbina às 11h. Banho no rio Inhumas e almoço. Banho no rio Inhumas. Almoço às 12h. Descanso e banho no rio Inhumas, convívio com família. Retorno às 15h com parada na casa de D.Francisca às 16h para lanche. Saída até 17h. Por do sol na prainha do Rio Pardo dos Buraquinhos. Jantar e pernoite.

2- manhã pelos Buraquinhos, caminhando no rio Pardo e almoço, seguindo para Inhumas para pernoite em D. Francisca ou D. Balbina. Caminhada no rio Pardo até 11h. Almoço às 12h. Convívio e desmontar barracas. Saída para Inhumas às 15h. Em ritmo contemplativo, chega-se na casa de D. Francisca às 16h30 ou de D.Balbina as 17h30. Banho na Lagoa Verde ou no rio Inhumas e pôr-do-sol (há possibilidade de buscar um local para mirante). Montar barracas. Jantar 19h30. Fogueira e contos. Pernoite.

5º dia

Café da manhã as 7h30 e banho na Lagoa Verde ou no Inhumas. Desmontar barracas e seguir sentido Barro Vermelho. Em ritmo contemplativo, com paradas para banho e lanche. Chegada na casa de S. Domingos às 14h para almoço. Descanso e convívio com família. O carro deverá estar esperando. Saída às 16h para retorno observando paisagem do São José. Parada em Serra das Araras, já no início da noite. Possibilidade de parar para lanche ou janta, bem como para pernoite, ou seguir para pernoite em Chapada Gaúcha.

2.4. Característica: 2 Dias e 1 Pernoite - Grau de dificuldade: baixo

1º dia:

A entrada aos Buracos deve ser feita pelo Sr. Valdemar, rumo a banho no Rio Três Passagens. Chegada ao rio às 9h40. Banho, descanso e reforço de lanche. Após duas horas de caminhada, em ritmo contemplativo, rumo a casa de Joaquim Gomes / Escola, chegando as 11h30 - momento de integração com a comunidade (possibilidade de ação solidária / cultural com as crianças). Segue para a casa de D.Silu às 12h. Banho no rio. Almoço às 13h – descanso e banho. Continua-se a caminhar as 15h30, rumo a casa de D. Zefa. Chegando a casa de D.Zefa para descarregar bagagens, café da tarde e banho no rio Três Passagens. Pôr-do-sol. Janta às 20h. Fogueira e roda de conversa. Pernoite.

2º dia:

Café da manhã e banho no rio Três Passagens. Saída para casa de Sr.Zé Bandeira às 11h. Chegada para almoço às 12h. Tarde em convívio e descanso, pode-se subir o mirante da cruz do morro.

Café da tarde as 16h30. Pôr-do-sol e retorno de carro as 18h30. É possível jantar na casa também.

2.5. Característica: 2 Dias e 1 Pernoite - Grau de dificuldade: baixo

1º dia:

Café da manhã no Tico ou João Grilo com possibilidade de ação solidária /cultural com comunidade ou crianças. Saída para Inhumas. Em ritmo contemplativo, chega-se na casa de D.Balbina para almoço. Banho no rio Inhumas. Saída para cada de D. Francisca às 15h, chegando às 16h para lanche e banho na Lagoa Verde. Montagem de barracas. Janta, fogueira e observação do céu. Pernoite.

2º dia:

Café da manhã na D. Francisca e banho na Lagoa Verde. Saída em direção de Buraquinhos as 10h30. Parada na prainha para banho. Chegada para almoço as 12h30. Convívio e descanso, banho no rio pardo. Lanche às 16h para saída as 17h. Pôr-do-sol no mirante.

2.6. Característica: 1 Dia - Grau de dificuldade: baixo

2.6.1. Buracos_1

Grupo de até 12 pessoas, com dois guias.

Caminhada forte: Trekking, para grupos com prática em caminhada.

Nível de dificuldade: Alto – para opção toda a pé.

Médio – para opção só de ida a pé.

Saída da Chapada Gaúcha às 7h – após café da manhã no hotel. (Possibilidade de ver o nascer do sol no pé de ingá, saindo da Chapada Gaúcha às 6h e lanchando no campo.)

Chegada na entrada do Valdemar as 7h30. No local, faz-se alongamento, respiração, leitura de texto do G Rosa, observação, escuta. Inicia a caminhada às 8h rumo a casa da D.Silu, com parada para banho no rio Três Passagens. Caminhada em ritmo contemplativo, chega-se a D. Silu onde o almoço será servido às 12h.

Saída da casa de D. Silu as 14h30, rumo ao rio Três Passagens e casa da D. Zefa, chegando para banho no rio às 15h30. Lanche na D. Zefa às 16h para saída as 16h30.

Duas opções de retorno:

- a pé, pelo mesmo local de chegada até Valdemar – 11km

Com parada de 20m para lanche na casa do Joaquim Gomes.

Chegada ao Valdemar às 20h – lanterna, lua, primeiros socorros, guias capacitados.

Total do passeio: 22km de caminhada.

- de carro

Fica-se mais tempo no rio, até 16h30, quando segue para D. Zefa para o lanche, saindo às 17h30 de carro pela estrada em melhor condição. É possível parar em algum local para ver o pôr do sol.

Total do passeio: 11km de caminhada.

2.6.2. Buracos_2

Até dona Silu

Grupo de até 12 pessoas, com dois guias.

Nível de dificuldade: médio leve

Saída da Chapada Gaúcha às 7h, após café da manhã no hotel, chega-se ao Valdemar dos Buracos as 7h30. No local: alongamento, respiração, leitura de texto do G Rosa, observação, escuta. Inicia a descida às 8h, segue caminhada para almoço na casa da D. Silu. Caminhada em ritmo contemplativo com parada para banho no rio Três Passagens, chega-se a D. Silu as 11h30. Banho no rio Pardo. Almoço às 12h30.

Saída da casa de D. Silu as 14h30.

Duas opções de retorno:

- Retorno pelo mesmo caminho:

Chegada a casa de Paulo Gomes as 15h00 para conto de história e café da tarde as 15h30. Retorno a pé as 16h

Chegada ao Valdemar às 18h30

Total do passeio: 12 km de caminhada.

- Retorno por outra estrada:

Banho em ponto do rio Três Passagens às 15h30. Lanche em alguma casa às 16h30. Conto de história. Saída às 17h.

Total do passeio: 10 km de caminhada.

2.6.3. Buracos_3

Descendo pelo Valdemar

Grupo de até 12 pessoas, com dois guias.

Nível de dificuldade: médio leve

Saída da Chapada Gaúcha às 7h, após café da manhã no hotel, chegando no ponto do Valdemar às 7h30. No local: Alongamento, respiração, leitura de texto do G Rosa, observação, escuta. Início da caminhada às 8h, rumo a banho no Rio Três Passagens. Chegada ao rio às 9h40. Banho, descanso e reforço de lanche. (Pode-se organizar lanche na casa da D Zefa.) Lanche de 10h10 as 10h40. Saída do rio às 10h40 rumo casa do Sr. Zé Bandeira para almoço, chegando na casa de Sr. Zé Bandeira/Zezu às 11h30. Almoço às 12h. Banho no rio Pardo e descanso. Saída do Sr. Zé Bandeira/Zezu às 15h30'

Duas opções de retorno:

- pelo mesmo caminho

Com parada de 20m em local da trilha a ser definido para descanso, chega-se ao ponto de início às 18h30.

Total do passeio: 13km de caminhada.

- passando por Joaquim Gomes para lanche e contos de história e pela outra estrada para carro (próxima ao Rio Retiro).

Total do passeio: 9km

2.6.4. Buracos_4

Nível de dificuldade: baixo

De Carro: as possibilidades são as mesmas descritas acima

2.6.5. Buraquinhos

Buraquinhos_1 Rio Pardo guiando

Para grupos de até 12 pessoas.

Nível de dificuldade: baixo.

Saindo do estacionamento às 7h30 chega-se, por fora da escola, às 8h na parte plana. Caminhada no Rio Pardo (sentido Buraquinhos) para Lanche às 9h30 na casa do João Grilo ou Tico e Maria. (* trecho a ser feito dentro do rio ou por trilha que o margeia). Saída casa de JGrilo às 10h15. Passando por dentro da comunidade, volta-se ao ponto de chegada no rio para caminhada no outro sentido. Retorno passando por dentro da comunidade para almoço no Tico e Maria às 12h30. Ida para prainha e para encontro dos rios Pardo e Buraquinhos até 15h. Retorno para lanche na casa de João Grilo às 16h30. Retorno a Chapada Gaúcha às 17h15, subida para ver por do sol no Mirante.

Total do passeio: 8 km de caminhada.

2.6.6. Buraquinhos_2: Buraquinhos educando

Para grupos de até 12 pessoas.

Grau de dificuldade baixo.

Chegando na escola às 8h, inicia a atividade educacional, com crianças ou adultos: Apresentação "teórica" da comunidade e das atividades que serão desenvolvidas; atividades com crianças de acordo com a grade escolar; brincadeiras de roda; caminhadas para reconhecimento/observação/interação dos temas estudados; banho no rio Pardo; lanche no campo.

Almoço às 12h na casa de Tico e Maria. Convivência na comunidade (casa de farinha, descanso em esteiras) até 15h.

Ida para prainha e para encontro dos rios Pardo e Buraquinhos.

Volta para lanche na casa de João Grilo (ou outro) às 16h30.

Retorno: Saída às 17h15 para ver por do sol no Mirante.

Total do passeio: 8 km de caminhada.

2.6.7. Buraquinhos_3 - Inhumas

Grupo de até 12 pessoas.

Grau de dificuldade: médio.

Chegada por fora da escola. Café da manhã no Tico e Maria às 7h30. Saída para Inhumas às 8h, chegando na casa de D. Balbina às 10h30. Banho no rio Inhumas e almoço às 12h. Descanso e banho no rio Inhumas, retornando às 15h com parada na casa de Francisca e Antonio para lanche às 16h. Saindo às 16h30, chega-se nos Buraquinhos às 17h30 para subida e por do sol no mirante.

Total da caminhada: 10,5 km

3. Roteiro na Comunidade do Ribeirão de Areia

3.1. Característica: 2 Dias e 1 Pernoite - Grau de dificuldade: baixo

1º Dia

Chegada no Ribeirão, estaciona-se na casa de Vani ou Sr Jonas às 7h45. Segue para casa de Pretinha a pé para café da manhã. Parada as margens da Vereda Ruim para leitura de texto, chegando às 8h20 e saindo às 9h. Caminha-se para banho no Ribeirão às 10h20, na Passagem Diamante. Pode-se subir no mirante Diamante (mirante natural). Saída às 11h30 para casa de João Catatau, chegando às 12h15 para almoço, descanso e banho no rio Pardo. Saída às 15h para casa de D. Antoninha e S. Sérgio chegando às 16h para lanche. Saindo da casa às 17h, observa-se o pôr-do-sol no caminho e chega-se a casa de D. Adalice, onde será o pernoite. Janta e roda de histórias, música e canto.

2º dia:

Café da manhã e banho na lagoa da D. Adalice. Caminhada. Ida para almoço no Sr. Jonas, às 12h. Às 15h30, encontro com os grupos culturais do Ribeirão, com roda de música e dança. Lanche e partida no início da noite para a Chapada Gaúcha.

3.2. O paladar do Ribeirão- Característica: Grau de dificuldade: médio leve.

A pé ou a cavalo (carro ou animal no ponto de saída e chegada)

Para grupos de até 12 pessoas.

Chegada no Ribeirão, estaciona-se na casa de Vani ou Sr Jonas às 7h45. Segue para casa de Pretinha a pé para café da manhã. Breve parada as margens da Vereda Ruim para leitura de texto. Chegando às 8h20 e saindo às 9h. Caminha-se para banho no Ribeirão às 10h20, na Passagem Diamante. Pode-se subir no mirante Diamante (mirante natural). Saída às 11h30 para casa de João Catatau, chegando às 12h15 para almoço, descanso e banho no Ribeirão. Saída às 15h para casa de D. Antoninha e S. Sérgio (ou D. Adalice) chegando às 16h para lanche. Saindo da casa às 17h, observa-se o pôr-do-sol no caminho e chega-se a casa onde o carro ficou estacionado às 18:30. Jantar às 19h e, após, retorno a Chapada.

Total da caminhada: 7km

3.3. A galope no Ribeirão – Característica: Grau de dificuldade: baixo.

Para grupos de até 10 pessoas.

Chega-se no Barroco, na casa de Umbelino, onde o carro fica estacionado. Toma-se o café da manhã às 7h45 e faz-se a montaria às 8h30. Seguindo as margens do Ribeirão, em ritmo contemplativo, faz-se paradas para banho e segue para casa de Sr. Alvinho para almoço às 11h30. Descanso e convívio, segue montaria às 14h para um lanche na casa de Marciana às 15h. Retorna-se às 15h30 para Barroco, vê-se pôr-do-sol no caminho e chega-se às 18h30. É possível jantar no Umbelino ou retornar para Chapada Gaúcha.

3.4. Característica: Grau de dificuldade: baixo

De Carro: as possibilidades são as mesmas descritas acima e, também, pode-se desenvolver visitas a casas específicas.